

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO - SR (12)



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

São Luís/MA/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO - SR (12)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional
José Inácio Sodré Rodrigues

Chefe da Procuradoria Regional
Luís Fernando Pedrosa Fontoura

Chefe da Divisão de Administração
Aldemir de Souza Carvalho

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Verônica Viana da Fonseca

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Lucílio Araújo Costa

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Jovenilson Corrêa Araújo

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	13
Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária.....	20
Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*.....	21
Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	31
Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos/ Execução física e orçamentária.....	32
Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos/ Execução de Restos a Pagar*.....	33
Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.....	50
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento/ Execução física e orçamentária.....	54
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento/ Execução de Restos a Pagar*.....	55
Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	74
Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.....	80
Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.....	80
Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	81
Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	81
Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	82
Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	83
Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	84
Quadro 18: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	86
Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	90
Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.....	94
Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da Superintendência Regional.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de comunidades quilombolas com relatório antropológico contratado em 2013.....	24
Tabela 2: Indenizações de emissão de TDA's – Decisões Judiciais.....	36
Tabela 3: Indenizações de emissão de TDA's – Iniciais e acordos adm. e judicial.....	37
Tabela 4: Demonstrativo dos imóveis obtidos por desapropriação em 2013 na SR 12(MA).....	38
Tabela 5: Projetos de Assentamento beneficiados pelo convênio 720515/2009.....	40
Tabela 6: Projetos de Assentamento beneficiados pelo convênio 793099/2013.....	41
Tabela 7: Demonstrativo da execução financeira com obtenção de imóveis rurais de 2012/2013.....	44
Tabela 8: Custos projetados para o assentamento das famílias a serem cadastradas em 2014.....	46
Tabela 9: Dados do Contrato de ATER e Chamada Pública 2013.....	58
Tabela 10: Convênios publicados_ Ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em projetos de assentamento.....	60
Tabela 11: Demonstrativo da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência.....	78
Tabela 12: Resultados obtidos após promoção de capacitação pela Instituição.....	80
Tabela 13: Estoque de Convênios: Plano detalhado de execução para 2014.....	89
Tabela 14: Tomadas de Contas Especial instauradas em 2013.....	107
Tabela 15: Registro das solicitações encaminhadas a Ouvidoria Agrária do INCRA.....	115
Tabela 16: Atividades Desenvolvidas x Recomendações.....	125

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Acesso a publicidade das informações do processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis.....	47
FIGURA 2: Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por sexo/exercício.....	84
FIGURA 3: Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por exercício com percentual acumulado em relação à força de trabalho total.....	85
FIGURA 04: Demonstrativo da rotatividade de servidores por cargo (ingressos/egressos).....	85
FIGURA 05: Comparativo dos reajustes de nível superior em diferentes órgãos do Governo.	87
FIGURA 06: Janela do software utilizado no acompanhamento dos relatórios temáticos.....	97
FIGURA 07: Janelas do aplicativo utilizado na consulta aos projetos de assentamento.....	98
FIGURA 08: Janela do relatório de Avaliação de Desempenho – Metas Institucionais.....	99
FIGURA 9: Relatório de Procedimentos Instaurados.....	130
FIGURA 10: Relatório de Procedimentos em indiciamento/citação.....	130
FIGURA 11: Relatório de Procedimentos encaminhados para julgamento.....	131
FIGURA 12: Relatório de Procedimentos Julgados.....	131

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE FIGURAS	8
INTRODUÇÃO.....	11
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	13
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	14
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	14
3. Acompanhamento dos principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão.....	20
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	20
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....	32
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	54
4. Prestação Direta de Serviços ao Público.....	77
4.1 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	77
4.2 Principais atividades de controle do Gestor.....	77
5. Gestão de Pessoas.....	78
5.1 Distribuição de servidores.....	78
5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	79
5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.....	79
5.4 Recursos Humanos da Unidade.....	80
5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	87
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	88
6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.....	88
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.	94
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber.....	94
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR....	98
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	99
7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	99
7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	101
7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações.....	105

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	106
7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	107
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....	108
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.....	108
8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.....	112
9. Ouvidoria.....	113
9.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência.....	114
9.2 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo.....	125
10. Correição.....	128
10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência.....	128
BIBLIOGRAFIA.....	132

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa - TCU N°. 127 de maio de 2013, o Relatório de Gestão 2013 do INCRA-MA, apresenta-se devidamente estruturado, cumprindo o dever institucional de prestar contas das suas ações aos órgãos de controle e, especialmente, à sociedade.

Em seu conjunto, o Relatório reafirma a necessidade e o significado das ações de Reforma Agrária para a melhoria das condições de vida de um contingente expressivo de trabalhadores rurais assentados no Estado do Maranhão.

Dentre os muitos desafios e oportunidades que se apresentam para a consecução da Reforma Agrária, além das inseridas no presente relatório, merece destaque a quantidade numerosa de ações que o INCRA desempenha, sem que as condições operacionais e de força de trabalho sejam suficientes e adequadas, exigindo a adoção permanente de estratégias marcadas pela resiliência e maximização dos recursos.

A. Informações complementares ao Relatório de Gestão 2013:

São descritas abaixo, de forma sucinta, outras ações vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, tendo o INCRA como parceiro:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (Ação 210W - Documentação da Trabalhadora Rural)

Criado em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e INCRA, é uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais. Por meio dele são emitidos gratuitamente: registro de nascimento, cadastro de pessoa física (CPF), documento de identidade, carteira de trabalho, registro junto ao INSS e carteira de pescador. A documentação civil é condição para o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, como é o caso do Bolsa Família e dos benefícios previdenciários (aposentadoria rural e auxílio maternidade).

No Estado, o programa de documentação, é coordenado pela delegacia federal do MDA e pelo INCRA/MA, tendo como parceiros a Caixa Econômica Federal (CEF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Instituto de Identificação do Estado, a Receita Federal, a Delegacia

Regional do Trabalho (DRT/MA), a Secretaria Especial de Pesca (SEAP), o Banco do Nordeste e Movimentos Sociais ligados às trabalhadoras rurais. Cabe destacar, que apesar do nome da ação, os documentos são emitidos a ambos os sexos e não atende apenas assentados rurais, mas qualquer pessoa que busque o serviço durante a realização do mutirão. Desta forma, no Ano de 2013 o INCRA/MA, realizou 07 mutirões (percorrendo 47 municípios), com 17.759 documentos expedidos e 37.023 atendimentos realizados.

- Programa Fome Zero/ Distribuição de Cestas Básicas (Ação 210R - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas)

A iniciativa faz parte do Programa Fome Zero do governo federal, voltado a promover segurança alimentar e nutricional a pessoas com dificuldades de acesso a alimentos. Permite a distribuição de cestas de alimentos, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, etc.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá de milho, farinha de mandioca, macarrão, óleo, leite e açúcar, a Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB, recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS ou pelo Ministério da Integração Nacional/MI (de acordo com as indicações dos órgão/entidades). No caso das ações em apoio às famílias candidatas à condição de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como às famílias assentadas que ainda estão em situação de vulnerabilidade alimentar, o INCRA indica as famílias/povos/comunidades que receberão as cestas e garante o transporte e a entrega das cestas do armazém da CONAB até os beneficiários.

Em 2013, tal ação na SR12/MA atendeu **1.391** famílias de **19** acampamentos, com distribuição (em 4 etapas) de 5.564 cestas de alimentos.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	
Denominação abreviada: INCRA	
Código SIORG: 4037	Código LOA: 49201
Código SIAFI: 37201	
Situação: Ativa	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo CNPJ: 00.375.972/0015-66	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(98) 3245-9394; (98) 3244-7957; (98) 3245-9791
Endereço eletrônico: http://www.incra.gov.br ; joseinaciorodrigues@sls.incra.gov.br	
Endereço Postal: Avenida Santos Dumont, nº. 18, Bairro do Anil, São Luís-MA, CEP: 65046-660	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> - Manual de Operações do PRONERA 2012 – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011; - Apostila para elaboração de Mapas Temáticos no programa de Sistemas de Informações Georreferenciadas/ Quantum GIS INCRA – 5º versão, em 04 de maio de 2012; - Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008; - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006; - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006; - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010; - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002; Manual de Cadastro Rural; - Manual de Fiscalização Cadastral. 	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
133085	Unidade Avançada da Imperatriz
133086	Unidade Avançada de Açailândia
373042	Unidade Avançada de Bacabal
373043	Unidade Avançada de Pindaré
373041	Unidade Avançada de Barra do Corda
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373040	37201

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE - Brasília, porém os programas executados seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

Confeccionado o Planejamento Institucional Preliminar de atuação nacional pelo INCRA/SEDE, ocorre a elaboração dos Planos de Compromisso de Ações e Metas de cada Superintendência Regional do INCRA, sendo estes, ao final do processo, objetos de pactuação formal entre o Presidente da Autarquia e os Superintendentes. Assim, o Plano de Ação 2013/2014, contendo as metas físicas e orçamentárias, alocadas dentro das ações a serem executadas, é considerado o documento balizador para condução dos trabalhos em busca das metas estabelecidas. Contudo, devemos lembrar, que este plano, assim como qualquer plano estratégico, inclusive o Planejamento Estratégico idealizado pelo INCRA-SEDE é muito dinâmico, normalmente alterado pelo contingenciamento de recursos em razão de mudanças no cenário econômico, portanto, é inevitável redefinições de metas ao longo de todo o exercício, pois a Lei Orçamentária Anual (LOA) sofre alterações.

Quanto ao Plano de Ação 2013/2014 do INCRA-MA, cada Divisão as quais compõem e coordenam os macroprocessos, executou as ações sob sua responsabilidade para consecução dos objetivos institucionais do Órgão, como também, coordenou e fiscalizou o seu planejamento estratégico, propiciando o melhor cumprimento das metas de acordo com o que foi estabelecido, monitorando os “marcos intermediários” (produtos intermediários para alcançar os produtos finalísticos) e permitindo ações corretivas que pudessem contribuir para o alcance das metas físicas.

a) Ações e Metas da Superintendência como desdobramento do Plano de Ação/SEDE

No que se refere ao Desenvolvimento dos Assentamentos, a principal orientação do INCRA/SEDE, voltou-se à promoção, articulação e integração das ações do INCRA com outras políticas públicas, que contribuem para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, tais como: Programa Minha Casa Minha Vida Rural; Programa Água e Luz para Todos; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); PAC II (abertura e recuperação de estradas); Bolsa Verde e outros. Neste sentido, buscou-se desenvolver ações organizadas em “rotas” de articulações de políticas públicas, como “Rota Brasil Sem Miséria (BSM)” para superar a pobreza nos assentamentos priorizados, garantindo renda, habitação,

infraestrutura, ATES e fomento; “Rota Assentamentos Verdes”, para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda, regularização fundiária e ambiental e “Rota Estruturação Produtiva”, para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.

Quanto a Obtenção de Terras e Implantação de Novos Projetos de Assentamento, destacou-se a importância em atender aos novos parâmetros de definições de regiões prioritárias para obtenção de terras (áreas com concentração de pobreza rural, concentração fundiária, demanda social fundamentada, etc), garantindo a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento articulada com a área do Desenvolvimento. No que se refere a seleção e cadastramento de beneficiários no programa de reforma agrária, busca-se integrar a seleção destes ao cadastramento no CAD-Único do Ministério do Desenvolvimento Social, desde o acampamento, possibilitando desta forma, o acesso a políticas de inclusão social e de cidadania.

Para melhoria da Governança Fundiária, traçou-se como pontos principais e de grande relevância: Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios); Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e atualização cadastral; Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias; aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombolas, etc.

Por fim, à Gestão coube destacar um melhor monitoramento e avaliação das suas metas e marcos do Plano de Ação, maior transparência e publicidade das ações e resultados desenvolvidos, melhor eficiência operacional na execução orçamentária e física e busca contínua a melhoria dos ambientes e valorização a produção dos servidores.

Neste sentido, as principais atividades propostas a SR12/MA em 2013 foram:

- Para Divisão de Obtenção de Terras: Realizar estudos e levantamento de dados para elaboração do diagnóstico fundiário regional, visando estabelecer as regiões prioritárias de atuação no estado; Realizar vistorias para levantamento de dados de informações e avaliação e elaborar estudo de capacidade de geração de renda; Confirmar o enquadramento, preparar e encaminhar os Atos necessários para publicação de Decreto e/ou emissão de TDA; Resolução de processos com óbices judiciais e finalização de processos de obtenção de terras; Criação de Projetos; etc.

- Na Divisão de Desenvolvimento: Contratar e manter ATES para famílias dos assentamentos; Monitorar e fiscalizar os contratos de ATES; Estimular ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e atividades pluriativas da reforma agrária (Programa Terra Forte), através de divulgação do programa em assentamentos com potencialidade para acesso ao programa e sensibilização de prefeituras e assentamentos; Acompanhar o Termo de

Cooperação em execução, realizado através do PRONERA; Acompanhar os Termos de Cooperação em execução (Curso Superior em Pedagogia da Terra e Curso Técnico em Agroecologia, realizados com o aporte financeiros do PRONERA); Definir prioridade e consolidar o PMCMVR nos assentamentos; Apresentar demanda de Infraestrutura, qualificando por tipo de obra, extensão, custos, família e outras informações para atendimento ao PMCMVR; Realizar Mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR; Levantar passivo de demarcação topográfica e georreferenciamento dos projetos de assentamentos; Elaborar plano de Ação para a Supervisão Ocupacional dos assentamentos; Ampliar o número de famílias atendidas pelo Bolsa Verde; Recuperar as áreas degradadas com geração de renda (aditivar, celebrar, acompanhar e fiscalizar convênios); etc

- Na Divisão de Ordenamento Fundiário: Articular com os prefeitos a implantação das UMC's; Monitorar a execução dos processos de certificação em andamentos na SR e no CIGEx; Analisar os formulários de atualização cadastral e respectivos documento comprobatórios e processar as atualizações cadastrais deferidas; Finalizar os contratos de elaboração de Relatório Antropológico em andamento; Elaborar e publicar o RTID; Elaborar, analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos; Elaborar e analisar conjunto avaliação; Georreferenciar, demarcar, certificar, titular e registrar títulos de comunidade quilombola; etc.

- Na Divisão de Administração: Levantar os convênios que necessitam de fiscalização técnica; Realizar diagnóstico dos convênios com inconsistências e com prazo de vigência expirado; Definir regras para aquisição, locação e utilização de veículos; Implementar rotina de redução de custos; Implementar controle dos gastos com impressão; Implementar controle dos gastos com ligações telefônicas; Aquisição de móveis e utensílios; Capacitar Servidores; Fazer levantamento dos custos operacionais para a criação da Unidade de Zé Doca; Reforma do prédio da Superintendência e Unidade Avançada de Imperatriz; etc.

b) Principais resultados estratégicos

Com o intuito de preservar a necessidade de desenvolver melhor os projetos implantados e aqueles que se encontram em fase de implantação, e tendo em vista a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, o INCRA-MA, na atual gestão, desenvolveu ações que visaram o desenvolvimento e o debate sobre a importância da Reforma Agrária, tendo como eixos as desigualdades regionais e a exclusão social. Vale ressaltar que, atualmente, no Estado do Maranhão, encontram-se 128.265 famílias assentadas, num total de 987 Projetos de

Assentamento, com área global de 4.666.213,2294 ha. (Fonte: Dados extraídos do SIPRA – 31/12/2013).

Desta forma, expressados os desafios a serem enfrentados, definiu-se as ações prioritárias de curto e médio prazo (dentro do horizonte de dois anos_Plano de Ação 2013/2014), tendo como principais resultados¹:

- Identificação das prefeituras com demanda de acampados e assentados para inclusão no CADÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e início do encaminhamento de ofícios para cadastramento, permitindo acesso às políticas municipais, estaduais e federais;
- Realização de 20 Vistorias e Avaliações de Imóveis Rurais, para fins de desapropriação ou de aquisição de compra em venda, com área total vistoriada de 69.292,7755 ha;
- Obtenção de 9 imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 22.397,92 ha, representando 7,22% da meta nacional;
- Criação de 28 novos projetos de assentamento ao Programa Nacional, contribuindo em mais de 21% para o total de 133 PA's criados no país;
- Assinatura do Termo de Compromisso com Ministério Público Federal /MPF, para redução do desmatamento na Amazônia Legal, estabelecendo um novo marco na implantação e estruturação de assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal (Programa Assentamentos Verdes/PAV);
- Firmada parceria com Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), na execução do projeto Maranhão Sustentável, apoiado pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES. Tal projeto irá abranger, inicialmente 30 municípios com presença do Bioma Amazônia e 1 município com presença do Bioma Cerrado, beneficiando pequenos produtores e posseiros rurais de assentamentos do Estado e do INCRA, de áreas de abrangência dos programas Crédito Fundiário, Cédula da Terra e Terra Legal e de Comunidades Quilombolas, tendo como objetivo apoiar a gestão ambiental no estado do Maranhão, mediante a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a elaboração de Planos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas;
- Firmado convênio com a Associação Educação e Meio Ambiente – EMA, para execução das ações de recuperação ambiental e manejo sustentável de assentamentos localizados no Estado, através de recuperação de áreas degradadas por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais e de outras alternativas sustentáveis de produção. Tal convênio irá beneficiar 14 projetos de assentamentos, localizados na Amazônia Legal;

¹ As informações apresentadas foram levantadas a partir da compilação dos *releases* da Assessoria de Comunicação da SR/12 e dos relatórios do Módulo de Monitoramento e Avaliação/SIR.

- Capacitação de técnicos para atuação no Programa Terra Forte, através de Termo de Cooperação Técnica assinado entre o INCRA/UFMA, e voltado para os estudos especializados e planos estratégicos com foco na cadeia produtiva, como suporte na confecção de projeto técnico, acompanhamento à implementação e monitoramento de empreendimentos agroindustriais da reforma agrária. Tal cooperação contribui e enfatiza a importância do programa como mecanismo de mudança da realidade dos assentados, na medida em que estimula o cooperativismo e a implantação de agroindústrias;

- Beneficiamento de 6.353 famílias com serviços de implantação e recuperação de estradas vicinais e abastecimento de água, propiciando o escoamento da produção, facilidade do transporte escolar e de materiais de construção e de recuperação de moradias das famílias assentadas;

- Agilização do acesso à linha de crédito PRONAF, com acordo firmado com o governo do Estado, para que o ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, passe também, a emitir a Declaração de Aptidão (DAP), documento este que possibilita ao assentado o acesso ao crédito;

- Realização de vistorias para supervisão da ocupação em 3.392 parcelas/lotes, com intenção de garantir que as terras públicas estejam, de fato, ocupadas por famílias de trabalhadores rurais oficialmente autorizadas;

- Concessão de documentação às famílias assentadas, perfazendo um total de 5.544 Contratos de Concessão de Uso - CCU e 45 Contratos de Concessão do Direito Real de Uso - CCDRU;

- Realização da Chamada Pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, beneficiando 17.510 famílias, em 166 assentamentos, com contratação de 291 técnicos com atuação no campo. Tal serviço também possibilita melhor orientação às famílias quanto ao acesso a políticas públicas como, Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Programa Terra Sol, etc.;

- Viabilização do início das ações do Programa Minha Casa Minha Vida Rural – MCMVR, com um total de 343 contratos de construção pelo programa, a serem realizados em parceria com o Banco do Brasil/BB e a Caixa Econômica Federal/CEF;

- Proposição de assinatura de Termo de Cooperação Técnica junto às prefeituras para implantação do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) nos municípios. Tal termo possibilita às prefeituras a implantação das Unidades Municipais de Cadastro (UMC's) para prestação de informações ao cidadão sobre questões relacionadas ao cadastramento de imóveis rurais e sobre emissão do Certificado de Cadastro Rural (CCIR), como também, recepção e preenchimento dos

formulários de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural e, em casos, de imóveis com até quatro módulos fiscais, lançamento dos dados diretamente no SNCR.

- Realização de 13.386 atualizações cadastrais, superando em mais de duas vezes a meta estabelecida; com emissão de 53.495 CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural), que embora possam ser obtidos diretamente da internet no site do INCRA, 9.586 ainda foram emitidos diretamente na Superintendência;

- Contratação (através de Pregão Eletrônico) de empresa para elaboração de 29 relatórios antropológicos de Comunidades Quilombolas, beneficiando 3.000 famílias e acelerando o processo de regularização de várias comunidades;

- Realização de ações voltadas ao treinamento de servidores (ultrapassando a meta em 103%), com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais (IN 52/2009);

- Criação da Unidade Avançada de Zé Doca. Tal município, encontra-se localizado no Território da Cidadania Alto Turi/Gurupi, possuindo 11.210 agricultores familiares, 141 projetos de assentamentos, com cerca de 14.632 famílias assentadas e 02 terras indígenas; e

- Iniciadas melhorias na sede do INCRA/MA. As obras incluem as partes hidráulicas, elétricas, e outros setores do prédio, além de ampla reforma arquitetônica e estrutural. Dentre as melhorias, estão à construção de rampas de acessibilidade e elevador exclusivo para cadeirantes.

3. Acompanhamento dos principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und.)	6.697	13.386	78.163,51	62.454,80	35.173,11	35.173,11	27.281,69
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	68	0	47.066,45	46.897,72	40.310,86	40.310,86	6.586,86
		Esgotar o passivo processual de certificação (und.)	834	920					
		Ampliar o nº de polígonos georreferenciados na base (und.)	700	676					
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	6.747	-	1.625.728,79	1.623.942,42	308.828,50	308.828,50	1.315.113,92
		Contratar Relatório Antropológico (und.)	28	29					
		Elaborar RTID (und.)	3	0					
		Publicação de RTID (und.)	1	0					
		Inserção de dados de comunidades	92	92					
		Decreto de Território (und.)	1	1					
		Titulação de território (und)	4	0					
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	1.696,66	1.696,66	1.696,66	1.696,66	0,00

Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	-	727,41	0,00	0,00	727,41
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	-	-	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	1.570,95	0,00	0,00	1.570,95
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	-	-	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Segue abaixo, a demonstração dos resultados da execução física e financeira das Ações da LOA de responsabilidade da Superintendência, ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária:

a) 2105 PO01, PO02 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

O Plano de Ação 2013 estabelecia para a Superintendência, meta física de 6.697 atualizações cadastrais de imóveis no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural); implantação de 16 novas UMC's (Unidade Municipal de Cadastro de Imóvel Rural), em parceria com prefeituras municipais; capacitação de 26 servidores municipais para atuarem nas UMC's; e correção de 41 cadastros de imóveis rurais com código de nacionalidade inexistente ou inválido. Para execução dessas metas físicas foi previsto no Plano de Ação o valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil) em despesas correntes.

Como pode ser extraído do Quadro 2, em relação a principal meta física da Ação, que consiste na atualização de cadastro de imóveis rurais, no ano de 2013 foram realizados 13.386 atualizações cadastrais, superando em mais duas vezes a meta estabelecida; com emissão de 53.495 CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural), que embora possa ser obtido diretamente da internet, no site do INCRA, 9.586 ainda foram emitidos diretamente na Superintendência.

Outra meta da Ação alcançada foi a de correção de códigos de nacionalidade inexistente ou inválidos no SNCR. Nessa atividade, todos os códigos de imóveis diagnosticados com problemas nesse campo, naquele momento, foram analisados e corrigidos.

Quanto à implantação de UMC's, embora se tenha conseguido firmar alguns termos de cooperação técnica com prefeituras municipais para implantação, no referido exercício, não se conseguiu iniciar o funcionamento de nenhuma. Isto em consequência da não concretização da terceira atividade proposta para a Ação, que consistia na capacitação de servidores municipais para operação das UMC's. Como um círculo vicioso, por sua vez, não se pôde realizar as capacitações para viabilizar a implantação, principalmente, por insuficiência de pessoal capacitado na Superintendência para atender a demanda de requerimentos de atualizações cadastrais e a de capacitação, ao mesmo tempo.

Em relação à execução financeira, em consequência da não execução das atividades de capacitação de técnicos para operação de UMC's, apenas 19,26 %, R\$ 78.163,51(setenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e um centavos) do valor previsto no Plano de Ação foi recebido, e desse total, apenas R\$ 35.173,11 (trinta e cinco mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), foi efetivamente utilizado com despesas de material de consumo, diárias e passagens para treinamentos de servidores.

b) 210U PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

No exercício de 2013, os esforços da Superintendência foram concentrados no esgotamento do passivo processual de certificação de imóveis rurais; e consequentemente, na ampliação do número de polígonos georreferenciados na base cartográfica digital do INCRA. Dessa forma, não houve execução direta de serviços georreferenciamento de imóveis rurais pela Superintendência em 2013, com exceção de seis territórios quilombolas, que, contudo, foram custeados com recursos da ação de reconhecimento, delimitação e titulação de território quilombola, como será informado mais a frente.

Como observado no Quadro 2, a meta física de esgotamento do passivo de processos de certificação foi superada, com análise de 920 processos. Contudo, por questões de pendências técnicas, em geral por questões de sobreposição, nem todos os processos analisados puderam ser certificados. Dessa forma, do total de processos analisado no ano de 2013, 676 foram concluídos com expedição da certificação e lançamento na base cartográfica digital. Esse total representa 96,6% da meta física estabelecida no Plano de Ação da Superintendência. A área total dos imóveis rurais certificados em 2013 de 1.123.330,0180 ha, corresponde a aproximadamente 3,4% da área total do Estado do Maranhão.

c) 210Z PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

O Plano de Ação 2013 estabelece como meta física a contratação de 28 (vinte e oito) relatórios antropológicos, elaboração de 03 (três) RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) de território quilombola, propor ao INCRA Sede a publicação de 01 (um) RTID, de uma portaria de reconhecimento de território quilombola, inserir dados de 92 (noventa e duas) comunidades quilombolas no I3Geo e no SIPRA, propor a decretação de um território quilombola para desapropriação de áreas e titular 04 (quatro) territórios quilombolas. Para a realização dessas metas físicas foi previsto no Plano de Ação 2013 o valor de R\$ 929.644,00 (novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais).

Como observado no Quadro 2, das metas físicas estabelecidas para as ações de reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas, as ações de contratação de relatório antropológico e decretação de território quilombola foram efetivamente cumpridas no exercício. Sendo que a meta de contratação de relatório antropológico foi superada em uma unidade, o que representa aumento de 3,57% na meta física prevista. Já a meta de decreto foi atingida com o Decreto Presidencial de 5 de dezembro de 2013, que declara de interesse social,

para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território Quilombola Matões dos Moreiras, localizado no município de Codó/MA. Esses imóveis devem entrar na meta de avaliação do ano de 2014.

Em relação à meta de contratação de relatório antropológico, foram contratadas por licitação do tipo pregão eletrônico, empresas especializadas para elaboração de 29 (vinte e nove) relatórios antropológicos, objetivando a identificação de 29 territórios quilombolas reivindicados por comunidades remanescente de quilombo, conforme especificado na tabela abaixo.

Tabela 1: Relação de comunidades quilombolas com relatório antropológico contratado em 2013

Lote	Comunidades (Processos)	Municípios	Quant. relatório	Contrato	Povoado por território
I	Santo Antônio dos Pretos	Grajaú			2
	Peixes	Colinas	3	25000/2013	3
	Onça	Santa Inês			1
II	Mandacaru dos Pretos	Matões			4
	São Zacarias	São João do Sóter	3	25000/2013	1
	Jacarezinho	São João do Sóter			4
III	Mata Virgem				1
	Cipoal dos Pretos	Codó	3	25000/2013	1
	Bom Jesus				5
IV	Aldeia Velha	Pirapemas			8
	Lagoa Grande	Presidente Vargas			8
	Pução	Presidente Vargas	4	25000/2013	1
	Sapucaial	Presidente Vargas			1
V	Vera Cruz				1
	Açude e outros				6
	Rosário e outros	Serrano do Maranhão	4	25000/2013	5
	Mariano dos Campos				11
VI	Ramal do Quindiuá /	Bequimão			3
	Mafra	Bequimão			4
	Conceição e outros	Cedral	4	25000/2013	1
	Engole				1
	Boa Vista	Central do Maranhão			
VII	São José de Brito	Turiaçu			8
	Pindobal de Fama	Turilândia			1
	Bem Fica / Janaubeira	Santa Helena	4	25000/2013	2
	Vivo e outros.	Santa Helena / Mirinzal			3
VIII	Lacral e Espírito Santo	Pinheiro			3
	Pau Pombo e outros	Santa Helena			6
	Enseada dos Nogueiras	Palmerândia	4	37000/2013	1
	Pericumã e outros	Perimirim			8

Ainda na Ação, foram levantadas informações geográficas de localização de 118 comunidades remanescentes de quilombo. Restando apenas o lançamento das informações no I3Geo. Quanto ao lançamento de informações no SIPRA, embora se tenha cadastro de dezenas de

famílias quilombolas, não foram lançadas porque ainda se aguarda regulamentação de procedimentos para o lançamento.

Quanto às outras três metas previstas na ação de reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas, que são: publicação de portaria de reconhecimento, conclusão de RTID e titulação, estas embora tenham sido trabalhadas ao longo do ano, não foram efetivamente concluída em função de diversos fatores que não puderam ser controlados pela Superintendência. Como exemplo, cita-se a publicação de portaria de reconhecimento de território quilombola, que embora tenha se instruído 02 (dois) processos e encaminhado ao INCRA/SEDE para publicação, as mesmas ainda estão em análise. Já em relação à meta de titulação, conseguiu-se concluir o georreferenciamento de 06 (seis) territórios como uma das últimas etapas no processo de titulação, contudo, não houve tempo para finalização dos processos com expedição dos títulos. Dessa forma, espera-se concluir os procedimentos para titulação ainda no primeiro semestre de 2014, com a mesma expectativa para a conclusão dos 03 (três) RTID's.

Em relação às metas financeiras para as ações de reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas, foi previsto no Plano de Ação 2013 o valor de R\$ 929.644,00 (novecentos e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e quatro reais), considerando que não havia previsão para início de todos os relatórios antropológicos no exercício de 2013, visto que a licitação só ocorreu no segundo semestre do ano. Contudo, em função da disponibilidade de recursos orçamentários decorrente de remanejamentos realizados pelo INCRA/SEDE, foi descentralizado e empenhado, ainda em 2013, todo o recurso previsto para execução dos contratos de elaboração dos relatórios antropológicos contratados. Dessa forma, foram recebidos R\$ 1.625.728,79 (Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), gastos R\$ 308.828,50 (trezentos e oito mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) com despesas, diárias, serviços, material de consumo, etc., necessários a execução das ações previstas. O restante, R\$ 1.315.113,96 (Um milhão, trezentos e quinze mil, cento e treze reais e noventa e seis centavos) ficou em restos a pagar referente aos contratos das empresas responsáveis pela elaboração dos 29 relatórios antropológicos.

d) 210Z PO 03 - Regularização Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos

O Plano de Ação da Superintendência não previa metas físicas para esta ação no exercício de 2013, contudo em função de determinação judicial nos autos da Ação de Desapropriação nº 0047247-10.2010.01.3700, referente ao Processo Administrativo de Desapropriação nº 54230.004516/2007-23, foi depositado em juízo o valor de R\$ 1.696,66 (Um mil seiscentos e

noventa e seis reais e sessenta de seis centavos) como complementação do valor correspondente a indenização do imóvel denominado “Fazenda Mandioca II”, desapropriado do Sr. Evaristo Santos Pereira Cardoso. Esse imóvel faz parte de uma das cinco áreas implicadas na desintrusão para regularização do Território Quilombola de Santa Maria dos Pretos, localizado no município de Itapecuru Mirim.

Em relação à execução financeira de restos a pagar, Quadro 3, na Ação 2105 (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural) há o valor de R\$ 727,41 (setecentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) remanescentes do exercício de 2012. Contudo, considerando que esse valor seria para pagamento de diárias de pessoal civil que não foi efetivado durante todo o exercício de 2013, pressupõe-se que as diárias a que corresponderia o valor não foram efetivadas. Dessa forma, será solicitado à Divisão de Administração o devido cancelamento do valor.

Na Ação 210U (Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional), também há valor inscrito em restos a pagar, de R\$ 1.570,95 (hum mil, quinhentos e setenta reais e noventa centavos) para pagamento de diárias de pessoal civil.

3.1.2 Cartografia

Até o final do exercício de 2013, foram certificados 1.746 imóveis rurais de particulares. Correspondendo uma área total de 3.375.457,0364 ha, o que representa aproximadamente 10,37% da área total do Estado. Essa área somada com as glebas públicas certificadas até o momento (1.291.466,3502 ha), com as áreas de proteção ambiental (1.204.234,8070 ha), com as terras indígenas (2.203.041,7574 ha) e com as áreas de projetos de assentamento, federais, estaduais e municipais (3.694.467,6857 ha), representam 11.768.667,6385 ha, aproximadamente 35% da área total do Estado. Dessa forma, ainda resta cerca de 65% da área total do Estado a ser incluída no Banco de Dados Cartográfico da Superintendência.

De acordo com o SNCR (Sistema Nacional de Cadastro de Rural), em 2013 o Estado do Maranhão possuía 138.375 imóveis rurais cadastrados, correspondendo a uma área total de 27.295.523,91 ha. Dessa forma, considerando que a área total de imóveis rurais constantes na base cartográfica, incluindo assentamentos, glebas públicas, áreas indígenas e ambientais corresponde apenas a 2.733 imóveis, o déficit de imóveis a serem incluídos na base cartográfica, que em tese representa os 65% de representação gráfica ausente, é de aproximadamente 135.642 imóveis rurais, ou aproximadamente 98% dos imóveis cadastrados no SNCR.

Até o final do exercício de 2013 foram protocolados 2.322 processos de certificação de imóveis rurais públicos e privados na Superintendência. Desse total, 1.746 foram certificados a

partir do ano de 2006, 140 estão sobrestados com pendências, 68 ainda aguardavam análise na Superintendência e 368 estão em Brasília no CIGEX (Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército) aguardando análise ou com pendência.

Dos processos certificados até o final do exercício de 2013, 295 ou 16,9% foram certificados no ano de 2012 e 676 ou 38,7% foram certificados no ano de 2013, sendo que ao todo foram analisados 827 processos em 2013.

Com a edição da Norma de Execução nº 105, de 26 de novembro de 2012, e posteriormente com implantação do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), que entrou em operação em novembro de 2013, houve significativo dinamismo nos procedimentos de análise e certificação de imóveis rurais. Tanto é que, aproximadamente, 55,6% dos imóveis certificados na jurisdição da Superintendência ocorreu nos anos de 2012 e 2013. Dessa forma, atualmente o passivo de processos não analisados na Superintendência é de aproximadamente 40 processos, incluindo processos formalizados em 2014. Até o início do mês de fevereiro de 2014 os técnicos da Superintendência haviam certificados mais de 50 processos. Nesse aspecto, a previsão é que todos os processos físicos de certificação existentes na Superintendência sejam analisados até o final do primeiro semestre de 2014, incluindo os 140 processos com pendências que são remanescentes de normas mais rigorosas de análise, que provavelmente perderam o sentido.

Com a implantação do SIGEF, a certificação de imóveis rurais é realizada de forma “online”. Dessa forma, as funções dos comitês regionais de certificação foram significativamente reduzidas. Uma vez que não há mais necessidade de análise de processos físicos, passando a atuarem apenas nos casos de desmembramentos, remembramentos, retificação, cancelamento, sobreposição com polígonos não certificados pelo SIGEF e outros casos relacionados à gestão da certificação. Nesse sentido, o Comitê Regional de Certificação da Superintendência que era composto por oito servidores, ficou reduzido a quatro, liberando servidores para outras atividades, sobretudo, relacionadas à cartografia. Dessa forma, a Superintendência intensificará atuação para o georreferenciamento e demarcação de lotes de projetos de assentamento, por contratação de empresas especializadas, objetivando a certificação e titulação definitiva dos projetos de assentamento. Além disso, atuará no georreferenciamento e certificação, também por contratação de empresas especializadas, de imóveis rurais amparados pelo 3º parágrafo do artigo 176 e 3º parágrafo do artigo 225 da Lei nº 6.015/1973.

Atualmente o passivo de georreferenciamento de perímetro de projetos de assentamento da Superintendência é de 481. Apenas 220 projetos de assentamento já estão georreferenciados de acordo com as normas atuais. O passivo de demarcação de lotes de projetos de assentamento é ainda maior, aproximadamente, 7% dos projetos de assentamento da Superintendência possui

demarcação de lotes. E ainda assim, a maioria possui demarcação apenas de azimute e distância, não dispondo, portanto, de coordenadas de localização precisas necessárias à certificação. Dessa forma, para aproveitamento dessa peças técnicas na certificação dos lotes dos assentamentos, ainda será necessário trabalho de posicionamento geográfico das demarcações.

Para georreferenciamento, de parte do passivo de projetos de assentamento, estima-se um valor aproximado de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), e para georreferenciamento e certificação de imóveis rurais amparados pelo 3º parágrafo do artigo 176 e 225 da Lei nº 6.015/1973, outros 7.000.000,00 (sete milhões de reais) no biênio 2014-2015. A estimativa é que esses valores sejam suficientes para georreferenciar e demarcar lotes em aproximadamente 300 projetos de assentamento, beneficiando cerca de 48.000 famílias; e mais de 5.000 mil propriedades amparadas pela referida lei.

3.1.3 Territórios Quilombolas

É importante destacar que devido à complexidade legal e burocrática, aliados a baixa capacidade operacional da Superintendência, decorrentes principalmente do número de servidores, os procedimentos necessários à regularização dos territórios quilombolas, transcorrem por período de tempo bem superior ao recomendado. Dessa forma, dos 315 processos instruídos para regularização de território quilombola na SR/12, 77 processos passam por diferentes fases. Dos quais, 29 tiveram relatório antropológico contratado por licitação em 2013 (aguardando trabalho de campo) e outros 29 estão em fase final de conclusão dos relatórios antropológicos (licitação no ano de 2011- Pregão Nacional). A execução desses relatórios é acompanhada por equipe de técnicos da Superintendência que analisa os relatórios para aprovação, objetivando atendimento da qualidade das informações previstas nos contratos. Quatro processos tiveram os RTID's iniciados pela equipe da Superintendência e, também, estão em fase de conclusão, com previsão máxima para o segundo trimestre de 2014. E finalmente, 15 processos possuem RTID concluídos, sendo que 06 destes, foram georreferenciados e devem ter o título expedido ainda no primeiro trimestre de 2014.

Embora a equipe do Serviço de Regularização de Território Quilombola da Superintendência tenha recebido um reforço no quadro de pessoal, com a nomeação de quatro antropólogos aprovados no último concurso, aumentando a equipe de antropólogos para cinco pessoas, ainda é muito insuficiente para a demanda. Bem como, ainda há muita carência de infraestrutura de trabalho, equipamentos e ambiente adequados. Além disso, embora tenha havido aumento do número de antropólogos, houve significativa diminuição no quadro técnico de engenheiros agrônomo. No início de 2013 havia quatro servidores lotados no Setor com essa

formação e atualmente só há uma. Nessa área, de modo geral, a Superintendência teve significativa perda mão de obra com aposentadoria de mais de 10 servidores.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

As ações de cadastro de imóveis rurais e certificação possuem sistemas próprios de controle e armazenamento de informações. Dessa forma, o monitoramento do desenvolvimento das atividades é acompanhado por relatórios mensais extraídos dos sistemas, com realização de reuniões periódicas de trabalhos para análise das metas estabelecidas no Plano de Ação e a situação do momento, para definição de estratégias de atuação.

O acompanhamento das ações de regularização de territórios quilombolas é realizado através de planilhas eletrônicas, com identificação das etapas e situação de cada processo e os respectivos responsáveis pela execução de cada atividade. Também são realizadas reuniões periódicas para acompanhamento e redefinição de estratégias de ações, considerando as metas estabelecidas no Plano de Ação e as condições do momento.

3.1.5 Indicadores

Segue abaixo a demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária:

- a) Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais;

Conforme pode ser observado no Quadro 4, atualmente o Maranhão possui mais de 82% de sua área territorial cadastrada no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural). Isto significa dizer que, a maioria dos imóveis rurais do Estado está devidamente cadastrado no Sistema. Além disso, anualmente, a Superintendência sempre supera suas metas institucionais de atualizações cadastrais, como pode ser constatado no Quadro 2. Contudo, em uma análise mais detalhada da situação dos registros dos imóveis rurais por município, observa-se situações que o total de área cadastrada supera em mais de duas vezes a área total do mesmo. E outros possuem menos de 20% de sua área cadastrada no Sistema, isto ocorre, basicamente, em função dos últimos processos de criação de municípios do Estado (no ano de 1994 foram criados 81 novos municípios). Dois bons exemplos dessa situação são os municípios de Carutapera e Itinga do Maranhão. O primeiro até a década de 80 possuía área de 14.997,99 km², com desmembramentos ocorridos a partir de 1994, com a criação de seis novos municípios, teve sua área reduzida para 1.231,48 km², tal fato, tem como consequência um elevado número de imóveis cadastrados no município, que supera em mais de

cinco vezes sua área atual. Já Itinga do Maranhão é o exemplo oposto, criado em 1997 por desmembramento de Carutapera, possui apenas pouco mais de 18% de sua área cadastrada no Sistema. Desta forma, pode-se concluir que muitos dos imóveis rurais de Itinga do Maranhão ainda estão cadastrados no município de Carutapera. Essas distorções podem ser sanadas com o aperfeiçoamento da atualização cadastral dos imóveis da região, atrelado ao georreferenciamento e certificação dos imóveis. Nesse sentido, para correção dessas distorções, será intensificada a implantação de UMCs (Unidades Municipais de Cadastro) nos municípios com as maiores distorções no índice de cadastro. Além disso, também será priorizado georreferenciamento de propriedades amparadas pelo 3º parágrafo do artigo 176 e 255 da Lei nº 6.015/1973, nesses municípios.

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis;

Com a edição da Norma de Execução Nº 105, de 26 de novembro de 2012, e posteriormente, com implantação do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), que entrou em operação em novembro de 2013, houve significativo dinamismo nos procedimentos de análise e certificação de imóveis rurais. Nesse sentido, o índice de análise de processos de certificação de imóveis rurais foi de 300,7%, superando em mais três vezes o número de processos protocolados no ano.

c) Índice de Regularização Fundiária.

Como a maior parte do Estado está localizada na Amazônia Legal, a regularização fundiária nessa zona é conduzida pelo Programa Terra Legal. Quanto à parte do Estado não inserido na Amazônia Legal, não houve demanda no exercício. Contudo, ainda há necessidade de identificação e georreferenciamento de glebas públicas fora das áreas da Amazônia Legal, para futuras ações de regularização de imóveis.

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	82,2%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	300%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0,00%

3.1.6 Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

A SR12/MA não se encontra em área de fronteira internacional. Quanto à regularização de imóveis rurais não inseridos na Amazônia Legal, não houve demanda no exercício.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	30.000	69.292,7755	463.421,97	381.107,01	347.080,10	347.080,10	34.026,91
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	2.250	2.702	198.158,39	170.802,27	160.802,27	160.802,27	10.000,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	22.397,92	594.223,56	394.529,44	47.951,95	47.951,95	346.577,49
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	97.329,77	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	192	14	2.089.351,00	2.079.993,05	90.515,54	90.515,54	1.989.477,51
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	7	7	130.006,81	124.717,02	43.775,93	43.775,93	80.941,09

Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos***	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	23.272,4660	20.854,75	0,00	7.177,96	13.676,79
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	-	6.671,28	2.930,05	0,00	3.741,23
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	2.253.204,83	20.352,53	186,58	2.232.665,72
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	8	-	-	-	-
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	-	893,40	0,00	0,00	893,40

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

*** RAP processado inscrito + RAP não processado inscrito + RAP não processado reinscritos

Segue abaixo, demonstração da execução física e financeira das Ações da LOA ligadas à Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento de responsabilidade da Superintendência:

a) Ação 211A PO 07 - Vistoria para Obtenção de Imóveis Rurais

Para a determinação da meta física realizada em 2013, foram consideradas as vistorias que se encontravam na “2^a fase iniciada no escritório”, ou seja, no momento em que a equipe de vistoria retorna do campo com a área medida do imóvel. A Superintendência Regional do Maranhão realizou 20 vistorias preliminares e avaliação em conjunto, equivalente a um total de 69.292,7755 hectares, com margem de execução física de 230,97%. As Despesas Liquidadas pela SR foram R\$ 347.080,10, correspondendo a 74,90% da Provisão Recebida. Comparando-se ao valor programado (PO 2013), de R\$ 479.518,10, percebemos que as despesas executadas pela SR(12)MA foram satisfatórias para a execução da meta física prevista. Destacam-se como ações favoráveis, o atendimento a algumas áreas objeto de reivindicações dos movimentos sociais, através da readequação das vistorias e avaliação de imóveis, obedecendo as Portarias MDA Nº. 5 ,6, 7 de 31/01/2013, com a Elaboração do Estudo da Capacidade de Geração de Renda - ECGR, diminuindo a burocracia do andamento do processo de desapropriação e propiciando a célere publicação dos decretos de desapropriação.

b) Ação 211APO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA

O Plano de Ação 2013 estabeleceu como meta física o assentamento de 2.250 famílias. A SR(12)MA, ultrapassou a meta prevista em mais 20,08%, visto que foram cadastradas 2.702 famílias, destacando-se a criação de 28 novos projetos para o acolhimento de famílias de trabalhadores rurais. Caracterizamos que as despesas liquidadas (R\$ 160.802,27) para o alcance da meta física prevista foram satisfatórias. Como estratégias utilizadas para atingir as metas, destacam-se: Criação dos novos projetos para atender a demanda de trabalhadores rurais sem terra; e a investigação do SIPRA sobre a real condição da densidade demográfica de cada assentamento, ocupando as vagas ociosas;

c) Ação 211BPO 01 - Pagamento de indenização complementar nas aquisições de imóveis rurais para Reforma Agrária

O Plano de Ação 2013 não especifica meta física e dotação orçamentária para cada SR. A meta desta Ação é alcançada quando ocorre a emissão de TDA. No entanto, a Superintendência Regional não tem como controlar esta fase da Obtenção de Terras, razão pela qual os resultados

estão sendo baseados na Tabela 2 - “Indenizações de emissão de TDA's – Decisões Judiciais”, enviada pelo Gabinete da Diretoria de Obtenção (DEA1) e publicada na wiki.inra.gov.br. Sendo assim, a SR(12)MA apresentou uma execução física de 97.329,77 ha, que será somada a meta nacional para a determinação do cumprimento da meta.

Foram realizados pagamentos de indenizações complementares no valor de R\$ 1.139,20, corresponde a áreas ajuizadas em exercícios anteriores, com pagamentos de sobras de TDA's retroativos em cumprimento de decisões judiciais. Apesar do valor representar despesa para a Superintendência, não corresponde à “Área Obtida” com destinação para o PNRA.

Cabe ressaltar que estes valores são descentralizados pelo INCRA/SEDE e as despesas efetivadas pela Regional. No entanto, estas informações podem chegar posteriormente na SR, divergindo das despesas discriminadas no SIAFE regional - SR12. Exemplo disso são imóveis² que representaram despesas para a SR em 2013, mas não constam no controle da SEDE, pois entraram como despesas do exercício anterior.

d) Ação 211B PO 02 - Pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para Reforma Agrária

De acordo com o Plano de Ação 2013, esta ação não possui meta física e dotação orçamentária para a SR(12)MA. A meta estabelecida corresponde a meta nacional de 310.205 ha, cujo alcance se dá quando ocorre a emissão de TDA. Na execução física/2013, foram consideradas as áreas avaliadas no exercício corrente e em anteriores, cujos TDA's foram pagos pelo INCRA/SEDE. Os recursos relativos ao pagamento em TDA que indeniza o proprietário pelo pagamento da Terra Nua são feitos diretamente pela Sede da autarquia, não tendo esta Superintendência nenhum envolvimento com tal procedimento. Portanto, a dotação orçamentária foi baseada em dados fornecidos pela Sede, conforme Tabela 3.

Sendo assim, no exercício de 2013, a Superintendência Regional do Maranhão realizou a obtenção de 9 imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 22.397,92 ha. Considerou-se satisfatório o alcance da meta, uma vez que a execução realizada pela Regional, representou 7,22% da meta nacional.

² A SR12/MA realizou, em 2013, o pagamento de sobras de TDA's retroativos dos seguintes imóveis: Faz Canaveral (Montes Altos), Faz Babilônia (Santa Luzia), Florestal Maracassumé (Godofredo Viana), Faz Cacique e Tucumã (Santa Luzia), Escalvado Arvore Verde (Brejo), Angico Data Solta (Grajaú) e Faz Bananeira/São João (Bom Jesus das Selvas), Fazenda Jamina (Santa Luzia), conforme SIAFE da Regional.

Tabela 2: Indenizações de emissão de TDA's – Decisões Judiciais

Item	UF	Proc	Kits TDAs / Processos enviados a Bsb								Ref.	03/01/14	TDAs Emitidos					
			Imóvel	Município	Área (Av)	Capac. Fam.	Mov. Social	(R\$) Indenizatório					Localização / Data	Dias	Status	Data		
								Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	VTI	Motivo	DT	PFE	DA/ DAF	STN		
1	MA	4252/12MA	Clementes, Cajazeiras	Barra do Corda	11.000,00	257		53.145,63	41,48	53.187,11		Decisão Judicial					Orç-2013	17/10/13
1	MA	4678/12MA	Faz Ponta D'Água	Barra do Corda	5.125,96	160		417.728,04	61,06	417.789,10		Decisão Judicial					Orç-2013	17/10/13
1	MA	6128/12MA	Faz. Braço Grande	Carutapera	2.996,61	228		431.115,36	32,34	431.147,70		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	4627/12MA	Campestre, Garrote Morto	Chapadinha	4.448,31	175		957.582,15	28,18	957.610,33		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	2296/13MA	Santana	Coroatá	16.764,00	155		7.550,76	79,13	7.629,89		Decisão Judicial					Orç-2013	05/09/13
1	MA	2828/12MA	Canafístula, Furo da Pipa e outros	Esperantinópolis	22.046,90	740		244.628,61	88,41	244.717,02		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	4282/12MA	Boca da Mata	Itapecuru-Mirim	1.094,62	50		200.287,84	40,92	200.328,76		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	4269/12MA	Datas Leite, Mato Grosso e Ladeira	Itapecuru-Mirim	9.357,12	280		27.608,60	31,62	27.640,22		Decisão Judicial					Orç-2013	17/10/13
1	MA	6161/12MA	Datas Leite, Mato Grosso e Ladeira	Itapecuru-Mirim	9.357,12	280		36.843,73	623,33	37.467,06		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	2198/13MA	Faz. Branca	Itapecuru-Mirim	1.500,20	40	STR	586.499,40	52,80	586.552,20		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	0377/99MA	Data Canaã	Santa Roberto	2.452,37	102	MST	91.226,91	59,59	91.286,50		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	4283/12MA	Data Piratinha	São Luís Gonzaga do MA	4.000,00	34	ASSOC.	3.406.751,48	0,34	3.406.751,82		Decisão Judicial					Orç-2013	07/08/13
1	MA	4499/13MA	Faz.Sumáuma, Jacamim, Mata Grande e São José	Vitório do Mearim	7.186,56	213		580.268,01	-	580.268,01		Decisão Judicial	6/12/13	28			Orç-2013	
13			Imóveis	97.329,77	2.714			7.041.236,52	-	1.139,20	7.042.375,72							

Fonte: Gabinete da Diretoria de Obtenção (DEA1), 2013; publicada na wiki.incr.gov.br

Tabela 3: Indenizações de emissão de TDA's – Iniciais e acordos adm. e judicial.

Kits TDAs / Processos enviados a Bsb													Localização		Ref. 03/01/14					
UF	Proc	Imóvel	Município	Área (Av)	Capac. Fam.	Mov. Social	Decreto/Port.		(R\$) Indenizatório				DA/DAF			SRs				
							Data	Dias	Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	VTI	Custo por Fam.	Motivo	DT	Data	Status	Dias	TDAs Lanç.	
MA	1799/09MA	Faz. Diamantina	Alto Alegre do Maranhão	1.205,00	29	CONTAG (90)	27/12/13	7	807.358,00	20.794,40	-	828.152,40	28.556,98	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
MA	3996/09MA	Faz. São Benedito	Itapecuru Mirim	1.746,68	53		27/12/13	7	1.637.302,38	134.861,69	-	1.772.164,07	33.437,06	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
MA	1673/09MA	Faz. Rio Negro, Data Pindoval	Morros	3.999,53	93	Assoc.	28/12/13	737	3.568.851,64	-	5,94	3.568.857,58	38.374,81	Desap Inicial			Orç- 2013	13/12/13		
MA	1481/10MA	Faz. Barrenta, Croa Grande, Guarirabal e Nova ou Faveira	São Benedito do Rio Preto	3.032,99	91	SMDH	27/12/13	7	2.455.007,88	-	-	2.455.007,88	26.978,11	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
MA	1852/06MA	Olho D'água de Chico Diniz, Data Rio Preto / Munim do Mato	São Benedito do Rio Preto	2.953,06	121	STR	27/12/13	7	2.512.598,11	-	-	2.512.598,11	20.765,27	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
*	4303/07MA	São Luis, Data Santiago/Picos	São Benedito Rio Preto	1.000,00	38	SMDH	26/12/13	739	836.924,01	-	26,39	836.950,40	22.025,01	Desap Inicial			Orç- 2013	25/11/13		
MA	2682/96MA	Paca, Baixão do Gato, Fortaleza de Cima a de Baixo	Tuntum	2.937,15	68	STR	27/12/13	7	1.341.375,87	110.486,75	-	1.451.862,62	21.350,92	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
*	3342/09MA	Faz Data RioNegroII	Urbano Santos	3.828,01	95	SMDH	28/12/13	371	3.551.515,29	-	87,98	3.551.603,27	37.385,30	Desap Inicial			Orç- 2013	25/11/13		
MA	3988/10MA	Faz. Baixa das Galinhas, Data Trindade	Vargem Grande	1.695,50	51	Assoc.	27/12/13	7	1.424.167,10	123.641,32	-	1.547.808,42	30.349,18	Desap Inicial		30/12/13	Orç- 2013	4		
9		Imóveis	22.397,92	639					18.135.100,28	389.784,16	120,31	18.525.004,75	28.990,62							

Fonte: Gabinete da Diretoria de Obtenção (DEA1), 2013; publicada na wiki.incr.gov.br

* Os imóveis “São Luís, Data Santiago/Picos” e “Faz. Data Rio Negro II” tiveram pagamentos de sobras de TDA's realizados pela SR, portanto, constam na Tabela 4: Demonstrativo dos imóveis obtidos por desapropriação em 2013 na SR 12(MA).

Ainda quanto à Ação “Pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para Reforma Agrária”, cabe ressaltar que a Superintendência Regional realizou pagamentos de indenização de benfeitorias e sobras de TDA’s, conforme o SIAFI Regional, cujos recursos são descentralizados pelo INCRA/SEDE posteriormente a emissão do TDA, razão pela qual não aparece na Tabela 3 “Indenizações de emissão de TDA's – Iniciais e acordos adm e judicial”. Assim, no exercício de 2013, a Superintendência do Maranhão liquidou despesas (R\$ 44.931,07) com a obtenção de 20 imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 36.022,2847 ha, conforme Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Demonstrativo dos imóveis obtidos por desapropriação em 2013 na SR 12(MA)

N	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	BENFEITORIAS (R\$)	SOBRAS DE TDA's (R\$)
1	Fazenda Vista Verde	São Benedito do Rio Preto	1.268,7600	704,40	50,59
2	Fazenda Bebedoura/ Laranjeiras	Urbano Santos	1.016,4000	0,00	17,06
3	Sta Emilia/ Data Santiago e Outros	São Benedito do Rio Preto	6807,1843	0,00	49,73
4	Santo Antonio e Outros	São Benedito do Rio Preto	1.186,5295	0,00	59,48
5	Boa Hora de Baixo e Outros	Alto Alegre do Maranhão	1.071,2556	2.749,52	76,02
6	Faz Guarimã Data Buriti	Chapadinha	943,8000	0,00	16,98
7	Boa Esperança/São Braz Arrupiado	Coelho Neto/Chapadinha	896,2782	0,00	68,46
8	Olho D'agua/Bom Principio	São Benedito do Rio Preto	1.680,4621	0,00	47,35
9	Faz São Miguel/Poção	São Benedito do Rio Preto	1.620,0000	0,00	61,48
10	Faz Alegre	Caxias	2.146,5542	0,00	23,51
11	Fazenda Monte Alegre I e II	Codó	734,4330	0,00	63,83
12	Fazenda Sapucaia	Bom Jardim	1.386,2170	0,00	76,62
13	Bacabal	São Benedito Do Rio Preto	2.033,6991	0,00	33,75
14	Fazenda Minador	Santa Luzia/ Brejo de Areia	1.675,8154	0,00	32,96
15	Sitio Lagoa / Lagoa do Carrapato	Brejo	563,3760	0,00	77,26
16	Santa Maria Agrobal	Lago Verde	1.346,8558	22559,70	65,77
17	Fazenda Riachão / Penteado	Vargem Grande	1.634,9500	0,00	7,64
18	Faz. Pavi I E II	Vargem Grande	3.181,7011	0,00	9,32
19	São Luís/ Data Santiago/ Picos	São Benedito do Rio Preto	1.000,0000	0,00	26,39
20	Rio Negro II	Morros/ Belagua	3.828,0134	0,00	87,98
TOTAL			36.022,2847 ha	43.400,84	990,23

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras-SR12(MA), SIAFI Gerencial-SR12

Portanto, com base na Tabela 3 “Indenizações de emissão de TDA's – Iniciais e acordos adm. e judicial”, existem 7 imóveis rurais (17.569,91 ha) com TDA's emitidos pela SEDE, porém sem pagamento efetivado pela Regional (SR12MA) no exercício de 2013, motivo pelo qual não aparecem descritos na Tabela 4 acima, tendo a Regional até dois anos, após a decretação do imóvel, para realizar este pagamento.

Embora esta ação conte com outras etapas (kit decreto, áreas decretadas, Kit TDA, áreas ajuizadas e imissão de posse) que culminam na emissão de TDA's, as áreas dos imóveis que se encontram nas diferentes fases não contabilizam para a execução física da ação.

e) Ação 211A PO05 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

As atividades planejadas no início do ano foram baseadas em uma meta estipulada de 07 (sete) licenças ambientais a serem protocoladas junto ao órgão estadual, que foi cumprida até maio/2013. Em julho, entrou em vigor a Resolução CONAMA 458, que estabeleceu procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura passíveis de licenciamento e que venham a ser realizados em assentamentos de reforma agrária. A partir de então, revogou-se a Resolução CONAMA 387 de 27 de dezembro de 2006, extinguindo a necessidade de licenciamento dos Projetos de Assentamento como um todo e reforçando a obrigatoriedade de licenciamento de atividades isoladas passíveis de licenciamento ambiental nos Projetos de Assentamento. Assim, a porta de entrada para a regularização ambiental dos Projetos de Assentamento, passou a ser o Cadastro Ambiental Rural - CAR, que apesar de ter sido lançado no Maranhão oficialmente em novembro de 2013, ainda está em processo de implantação no estado. O CAR, propõe-se a ser instrumento para o planejamento do imóvel rural, ser comprovante de regularidade ambiental, ser instrumento de segurança jurídica para o agricultor, dar acesso ao Programa de Regularização Ambiental- PRA, proporcionar a comercialização de cotas de Reserva Ambiental e, por fim, dar ao agricultor maior competitividade de mercado e acesso ao crédito agrícola.

No ano de 2013, 203 Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Maranhão, localizados na Amazônia Legal, foram beneficiados com recurso do Fundo Amazônia, objetivando a inserção dos mesmos no CAR. O responsável pela inserção desses projetos, quando estiver de fato implantado no estado, será a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA.

Dessa forma, de janeiro a maio foi cumprida a meta estipulada para licenciamento ambiental com o protocolo de 07 pedidos de licença (6 LIO's e 1LP), objetivando a criação de assentamentos de reforma agrária. A partir de então, não foram protocolados novos pedidos de licença, considerando a revogação da resolução CONAMA 387/2006.

f) Ação 2B06 - Gestão Ambiental de Projetos de Assentamento

Inicialmente, torna-se necessário esclarecimento quanto ao Plano de Ação 2013 constar a meta de 192 (cento e noventa e dois) assentamentos beneficiados/monitorado, já que o número efetivamente programado pela SR/12, para o Plano Orçamentário Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento, foi de 12 (doze) assentamentos beneficiados/monitorado. . A alteração para 192 assentamentos, deu-se no âmbito do INCRA/SEDE. Esse montante será atendido pelo convênio 793099/2013 celebrado em dezembro de 2013, cujo objeto é a realização de ações de recuperação de áreas degradadas por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais e de outras alternativas sustentáveis de produção em assentamentos de Reforma Agrária do INCRA, situados em municípios do Estado do Maranhão.

No ano de 2013, houve a continuação do convênio 720515/2009 para execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no estado do Maranhão, abrangendo 08 (oito) PA's, em 06 (seis) municípios do referido estado, conforme Tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Projetos de Assentamento beneficiados pelo convênio 720515/2009

NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	MODALIDADE	FAMÍLIAS
Deus é Fiel	Amarante do Maranhão	PA	40
El Shaday	Amarante do Maranhão	PA	31
Olga Benário	Amarante do Maranhão	PA	57
Árvore Verdes	Brejo	PA	133
Abelardo Ribeiro	Central do Maranhão	PA	333
Livramento	Mirinzal	PA	67
São José da Vitória	Pirapemas	PA	43
Bacuri	S. Raimundo das Mangabeiras	PAE	79
TOTAL			783

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2011

Ainda no ano de 2013, mais especificamente no mês de novembro, foi lançado edital de Chamada Pública para seleção de entidade executora do convênio 793099/2013, citado no segundo parágrafo desse texto, o qual foi assinado em dezembro de 2013, beneficiando os 14 (quatorze) assentamentos elencados na Tabela 6.

Tabela 6: Projetos de Assentamento beneficiados pelo convênio 793099/2013

NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	MODALIDADE	FAMÍLIAS
São José da Vitória	Pirapemas	PA	47
Livramento	Mirinzal	PA	69
Abelardo Ribeiro	Central do Maranhão	PA	333
Bacuri	São Raimundo das Mangabeiras	PAE	87
Árvores Verdes	Brejo	PA	131
Deus é Fiel	Amarante do Maranhão	PA	40
El Shaday	Amarante do Maranhão	PA	26
Olga Benário	Amarante do Maranhão	PA	57
Santa Cruz Imperial	Monção	PAE	115
Santana Raposo III	Monção	PAE	78
Bacuri I	Cajari	PAE	35
Francisco Romão	Açailândia	PA	120
João do Vale I	Açailândia	PDS	40
União	Itinga do Maranhão	PA	24

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2013.

O novo convênio, beneficiou além dos 08 (oitos) assentamentos do convênio 720515/2009, outros 06 (seis), totalizando 14 (quatorze) assentamentos. Dessa forma, considerando a meta física definida por esta SR, de 12 projetos, a mesma foi alcançada com um acréscimo de 16,6%.

Os resultados finais do convênio 720515/2009 são: oito viveiros de mudas florestais com 240m² de área foram construídos nos Projetos de Assentamento Abelardo Ribeiro (Central do Maranhão); Livramento (Mirinzal); Deus é Fiel, El Shaday e Olga Benário (Amarante do Maranhão), Árvores Verdes (Brejo), São José da Vitória (Pirapemas) e PAE Bacuri (São Raimundo das Mangabeiras), todos com sistemas de irrigação movidos à energia solar e com caixas d'água com capacidade para 10 mil litros de água, alguns com capacidade maior (11 mil litros). Foram realizadas também diversas capacitações para que as famílias se apropriassem de conhecimentos e habilidades para dar continuidade às ações de forma mais independente.

Ao final foram produzidas e plantadas 872,715 mudas, que incluem espécies nativas da mata ciliar, frutíferas e madeiráveis. Em relação a esse quantitativo, deve-se considerar no mínimo uma perda média de 20% do total plantado, considerada normal em todo processo de recuperação com plantio de mudas. Mais de 50% das mudas produzidas e plantadas foram utilizadas na implantação

de SAF's dentro e fora da Reserva Legal e na formação de quintais agroflorestais, com fins produtivos e de recuperação. As demais foram utilizadas na recuperação de áreas de preservação permanente e arborização de áreas públicas nos assentamentos. A produção de mudas, feita com a irrigação movida à energia solar, além de ter facilitado o trabalho dos agricultores, tem a possibilidade de agregar renda, pois está permitindo a adoção de práticas sustentáveis, como os sistemas agroflorestais- SAF, que contribuirão para a segurança alimentar e para o incremento de renda das famílias.

O convênio trouxe, ainda, novas perspectivas, pois está possibilitando às famílias envolvidas no projeto não só o desejo de melhorar suas condições, mas a certeza de que, para eles, vale à pena produzir e preservar, pois estão mais conscientes e sensíveis às novas práticas, especialmente no que se refere ao uso da reserva legal, que, para os assentados, o projeto possibilitou uma mudança de conceito substancial. Também, pôde-se constatar a credibilidade das famílias assentadas junto ao INCRA. Esse fato é atribuído, especialmente, às grandes possibilidades de melhoria não só no aspecto ambiental, mas também nos aspectos social e econômico, uma vez que o convênio apresentou metas quantitativas e qualitativas.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A principal estratégia adotada pela SR/12 é a de formação de estoque de terras de um exercício para atender a demanda do ano seguinte. Esta estratégia decorre da própria natureza contenciosa e em função das várias etapas que envolvem o processo de obtenção de terras: instrução processual para elaboração do kit decreto, edição do decreto, lançamento de TDA, descentralização de recursos para indenização dos imóveis, ajuizamento e imissão na posse. Com a publicação das Portarias MDA Nº. 5, 6, 7 de 31/01/2013, a União criou mecanismos para diminuir os efeitos burocráticos deste processo, exigindo que as vistorias de imóveis rurais possuam elementos informativos para a geração do Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA) e elaboração do Estudo da Capacidade de Geração de Renda (ECGR), efeitos estes que somente serão sentidos no exercício de 2014.

O INCRA, na condição de órgão executor da Reforma Agrária, adota como estratégia de planejamento a eleição de áreas para a implementação de ações fundiárias visando à obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais. No Plano de Ação/2013, estabeleceu-se para a Ação de “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais” uma meta de 30.000 ha de áreas a serem vistoriadas. Desta forma, para a realização dos trabalhos de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação, priorizou-se como medidas:

1. Realizar vistorias e avaliação em conjunto, com a Elaboração do ECGR, priorizando os imóveis já vistoriados sem decretos de desapropriação e viáveis para a criação de Projetos de Assentamento. Portanto, em 2013, a DTO retornou a SR-12 (Serviço de Obtenção de Terras), 29 processos para readequação as Portarias MDA Nº. 5, 6, 7 de 31/01/203. Destes, foram atualizados 20 imóveis rurais, perfazendo um total de 69.292,7755ha de área vistoriada.

2. Eleger imóveis através de uma pré-qualificação de áreas demandadas pelas famílias acampadas e pelos Movimentos Sociais, que estejam contempladas pelo Diagnóstico Regional. Em 2013 foram pré-qualificados 6 imóveis, totalizando 34.134,6238 ha. Este estoque de terras será avaliado econômica e ambientalmente para a criação de Projetos de Assentamentos, considerando: áreas localizadas na Amazônia Legal, restrições ambientais, projeção do elevado custo por família, existência de posses definidas e ocupadas por pequenos e médios posseiros, dentre outros, evitando assim o arquivamento de processos em fase de avaliação;

3. Atuar nas Avaliações de áreas decretadas. No dia 26 de dezembro de 2013, 15 imóveis (32.062,2007 ha) foram declarados de interesse social para fins de Reforma Agrária, gerando um estoque de terras a ser adquirido pela União em 2014.

Na Superintendência Regional do Maranhão, existe preferência na obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento através da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, dando preferência a imóveis avaliados no exercício anterior.

As poucas tentativas de obtenção utilizando-se a opção da aquisição por compra e venda, como prevê o Decreto Nº. 433/ 92, não tem demonstrado atratividade aos proprietários rurais, principalmente, em virtude do pagamento ser feito em Títulos da Dívida Agrária/TDA e da concorrência com o “Crédito Fundiário”, cujo pagamento é feito em moeda corrente.

Na Ação 211B – PO2 de “Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária”, existem recursos relativos ao pagamento do Valor da Terra Nua (VTN) em TDA, sendo geridos diretamente pela Administração Central (INCRA Sede/DF) e despesas administradas pela Superintendência Regional no elemento de despesa “aquisições de imóveis rurais”. Este desempenho financeiro consiste nas indenizações de benfeitorias e sobras do pagamento de Título da Dívida Agrária/TDA, em moeda corrente.

Portanto, analisando as despesas do INCRA/SEDE, referente ao pagamento de TDA's, (R\$ 18.135.100,28)³ e da SR(12)MA, relativo a indenização de benfeitorias e sobras de TDA's, (R\$ 44.391,07)⁴, verificamos que a Despesa Liquidada Total foi de R\$ 18.179.491,35, indicando assim, que o valor médio do hectare de terra adquirido pelo INCRA/MA no exercício de 2013, foi de R\$

³ Tabela 3 - Indenizações de emissão de TDA's – Iniciais e acordos adm e judicial

⁴ SIAFE Regional - SR(12)MA, 2013

811,66/ha (não sendo computado complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial e RAP Pagos = R\$ 3.747,46).

Em relação à execução física do ano anterior, evidenciamos maior eficiência em 2013, visto que foram obtidos 9 imóveis, perfazendo um total de 22.397,92 ha, considerando que a execução física da SR12 representou 7,22% da meta física nacional, conforme Tabela 7 abaixo. Com isso, o índice de Obtenção de Terras foi maior que o ano anterior, justificado-se que as avaliações rurais foram realizadas em regiões do Estado onde o preço da terra é maior.

Tabela 7: Demonstrativo da execução financeira com obtenção de imóveis rurais de 2012/2013

Ano	Nº de imóveis	TDA + Benfeitorias + Sobras	Obtenção de Terras	Índice de Obtenção	% de execução
2012	04	R\$ 2.289.239,01	9.377,2607 ha	244,13 R\$/ha	16,40%
2013	09	R\$ 18.179.491,35	22.397,92 ha	811,66 R\$/ha	7,22%*

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras, 2013 / DAE2 – INCRA

*representação da meta nacional, 2013

De acordo com a Portaria MDA Nº. 5 de 31/01/2013, o setor de Obtenção de Terras será responsável por realizar as vistorias nos imóveis rurais, produzindo as seguintes peças técnicas: Laudo Agronômico de Fiscalização, Laudo de Vistoria e Avaliação e Estudo da Capacidade de Geração de Renda, este último deverá ter como parâmetros as atividades e rentabilidades tradicionais da agricultura regional, além de conter um Anteprojeto de Organização Espacial do Assentamento que descreve as alternativas de atividades agrícolas que são economicamente viáveis para a implantação do Projeto de Assentamento no imóvel proposto para desapropriação.

No entanto, não basta somente avaliar a capacidade de geração de renda do imóvel, mas avaliar o processo como um todo, planejando ações para o período após a criação do Projeto de Assentamento, onde deverá ser promovidas de forma integrada, políticas públicas necessárias para transformar a realidade das famílias assentadas, referente ao acesso a moradia, consumo de água e produção, energia elétrica e estradas.

Sendo assim, o Anteprojeto elaborado para os imóveis desapropriados servirá para que a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento determine os orçamentos projetados para a implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA, crédito e assistência técnica.

3.2.3 Considerações dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Por ocasião das Vistorias de Avaliações, a SR12/MA realiza o levantamento do custo da recuperação de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP) degradadas, ocasionadas pela utilização de técnicas inadequadas de manejo e conservação dos solos. Caso inexista área de RL no imóvel, calcula-se o custo de recuperação de vegetação de área proposta para implantação da mesma.

No entanto, constatou-se que em 2013, todos os imóveis vistoriados pela SR12/MA não possuíam área de RL averbada, sendo que, onde existia passivo ambiental (de APP e RL projetada), este poderia ser recuperado sem custo, apenas pelo isolamento natural, haja vista o massivo vegetal existente no entorno dos imóveis maranhenses.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Segundo o Acórdão Nº. 557/2004-TCU (Plenário), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, deverá adotar medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial. Na SR(12)MA, este processo encontra-se em fase de planejamento, com o levantamento dos imóveis desapropriados em 2013 e nos exercícios anteriores.

Para tanto, foi constituído por meio da Portaria/INCRA/P/Nº 473, de 22 de julho de 2010, um Grupo Técnico (GT) integrado por servidores das áreas de obtenção de imóveis rurais e de assentamento de trabalhadores rurais, bem como da área de contabilidade.

O referido GT iniciou os trabalhos de levantamento das legislações para estudo e identificação das formas de obtenção de imóveis, a fim de enquadrar suas situações nas contas patrimoniais, no período em que os imóveis permaneçam sob seu domínio e posse até a sua destinação ao beneficiário da Reforma Agrária. O primeiro passo do GT está sendo identificar quais contas deverão ser utilizadas e/ou criadas para expressar e demonstrar claramente a situação dos imóveis obtidos para a reforma agrária, por tipo de obtenção e cada fase, até sua destinação final (titulação).

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Nos últimos anos, a estratégia para o atendimento do público da Reforma Agrária, tem sido a investigação no SIPRA de vagas existentes em assentamentos antigos. Observou-se que em alguns assentamentos federais (PA) e do Estado (PE), reconhecidos pelo INCRA, existem vagas que precisam ser preenchidas por trabalhadores rurais que atendam os requisitos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Assim, foram assentadas 1.479 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos assentamentos criados em exercícios anteriores e 1.223 famílias em projetos criados em 2013, perfazendo um total de 2.702 famílias, representando 120,08 % da meta prevista.

Na SR(12), não existe uma lista de espera de pessoas pretensas ao PNRA, a exemplo do que acontece em outros estados. Portanto, não há como mensurar o número de pessoas ainda não atendidas pela Reforma Agrária, pois os imóveis desapropriados no Maranhão, em geral, já possuem moradores, com tempo de ocupação por mais de 5 anos, os quais serão beneficiários prioritários do futuro Projeto de Assentamento.

Para 2014, a Ação “Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA” possui meta prevista para assentamento de 2.300 famílias. Considerando-se que, em média, cada família recebe 25 ha para produção familiar, os custos estimados para o assentamento das famílias cadastradas em 2014, estão descritas conforme Tabela 8 abaixo.

Tabela 8: Custos projetados para o assentamento das famílias a serem cadastradas em 2014

NATUREZA DE DESPESA	VALORES (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
459061–Aquisição de imóveis	2.300 famílias x 25 ha x 811,66*	46.670.450,00

Fonte: Planejamento 2013-2014 - Plano de Ação – DT, 04/2013

*Índice de Gastos com Obtenção de Terras em 2013

Como planejamento para o próximo exercício, priorizará ações como: Criação de Projetos de Assentamento em áreas decretadas em 2013; Tentativa de retificação das portarias de criação dos projetos, adequando a capacidade do assentamento ao nº de beneficiários existentes; Alteração das portarias de reservas extrativista, através de uma parceria com o Instituto Chico Mendes, responsável direto por esse segmento; Realização do levantamento ocupacional das áreas de acampamentos; e Incorporação de áreas arrecadadas pelo Programa Terra Legal;

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da reforma agrária recebam títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso à terra. O contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal. O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo.

Por determinação do Acórdão nº 753/2008 (Plenário), o INCRA tem empreendido como ação de publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso (CCU) de imóveis objetos de Reforma Agrária, o acesso no site da Autarquia, www.incra.gov.br (conforme Figura 1), a relação de beneficiários contemplados, com a respectiva ordem de classificação,

conforme a preferência definida pelo artigo 19 da Lei 8.629/1993. A lista por SR está segmentada por município e projeto de assentamento, constando o nome dos integrantes da entidade familiar, o tipo (título de domínio ou CCU), a data da expedição, além da situação atual.

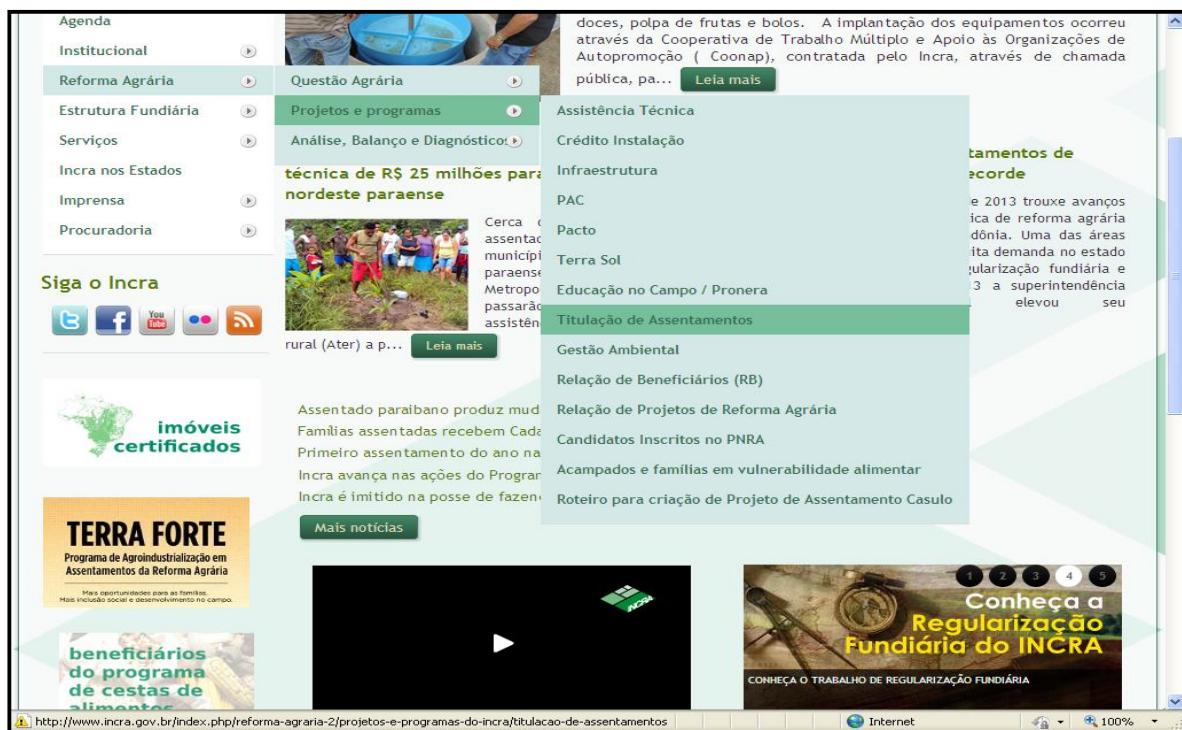


FIGURA 1: Acesso a publicidade das informações do processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis.

Vale destacar que, o INCRA poderá utilizar o Cadastro Único (CadÚnico) para conceder os títulos definitivos da reforma agrária. O CadÚnico é um instrumento lançado pelo Governo Federal para coletar dados e informações, visando identificar famílias de baixa renda e suas principais necessidades, com o objetivo de facilitar o acesso do público da reforma agrária ao conjunto de programas sociais implementados pelo Governo Federal. A inclusão no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal conta ponto para que a família tenha prioridade na concessão de uso ou de domínio da terra.

No Plano de Ação 2013, a Ação 211A-PO 06 possui uma meta de cadastramento de acampados (4.123 famílias) e assentados (46.141 famílias) no CadÚnico. Na SR(12)MA, esta ação começou a ser implementada com o levantamento dos municípios mais propícios para a criação dos PA's e a elaboração de ofícios para que as prefeituras disponibilizem funcionários para a realização dos cadastros. Os cadastros ainda não foram efetivados, visto que os Projetos de Assentamento somente foram criados a partir de novembro e dezembro/2013 devido a emissão de posse tardia dos imóveis desapropriados. Além disso, verifica-se como problemas na execução desta ação, o número

reduzido de funcionários das prefeituras disponíveis para execução dos cadastros e demanda maior de tempo dos servidores para preenchimento dos formulários.

Portanto, para o próximo exercício, está sendo programados mutirões de cadastramento e atualização de dados para inserção de informações no CadÚnico, tanto em acampamentos como em assentamentos criados, de forma que o INCRA tenha maior visibilidade e conhecimento do público alvo da Reforma Agrária.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

A SR12/MA tem atuado na atividade de Obtenção de Terras em consonância com os movimentos sociais, que apresentam as suas demandas indicando as áreas pretendidas para a Implantação de Projetos de Assentamentos. Contudo, a estrutura operacional da SR é bem inferior à demanda por vistorias nos imóveis rurais, levando a Regional a decidir, em conjunto com as entidades que militam no meio rural, sobre as áreas prioritárias para a Obtenção de Terras. Essa eleição leva em consideração alguns critérios como: adequação ao Diagnóstico Regional, o tamanho do imóvel, quantidade de posseiros, características gerais físicas e edafo-climáticas da região e do imóvel, etc. Os recursos descentralizados pela Administração Central também, de um modo geral, limitam a atuação direta desta SR, já que a escassez de recursos provoca uma atuação aquém da capacidade da Ação.

A realização das atividades inerentes a Divisão de Obtenção de Terras, como vistoria e avaliação de imóveis rurais, pagamentos de imóveis rurais, licenciamento ambiental e cadastro de famílias, são monitoradas pelo Sistema de Informação Rural-SIR, através do Modulo de Monitoramento, disponível no INCRANET. Por meio deste Sistema, é possível emitir relatórios mensais da execução física das Ações, assim como, analisar as atividades que estão mostrando resultados e as que apresentaram deficiência de desempenho.

Quanto, a garantir a regularidade normativa dos processos, a estratégia definida pela Divisão de Obtenção de Terras da SR12(MA), é a análise feita dos Laudos Agronômicos de Fiscalização (LAF) e Laudos de Vistoria e Avaliação (LVA), onde os processos de desapropriação são submetidos a verificação, por um Perito Federal Agrário, quanto a instrução de acordo com a legislação vigente.

3.2.7 Indicadores

Segue abaixo a demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos:

a) Índice de gastos com Obtenção de Terras

O indicador “Índice de gastos com Obtenção de Terras” é alcançado com a divisão dos pagamentos dos imóveis obtidos (somados TDA pago, Benfeitoria e sobras de TDA - estes dois últimos não necessariamente já pagos) pela área total indenizada (22.397,92 ha).

Portanto, analisando as despesas do INCRA/SEDE, referente ao pagamento de TDA's (R\$ 18.135.100,28) e da SR(12)MA, relativo a indenização de benfeitorias e sobras de TDA's, (R\$ 44.391,07), verificamos que a Despesa Liquidada Total foi de R\$ 18.179.491,35, indicando assim, que o valor médio do hectare de terra adquirido pelo INCRA/MA no exercício de 2013, foi de R\$ 811,66 / ha (não sendo computado complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial e RAP Pagos = R\$ 3.747,46).

No que tange a quantidade de terras obtidas no nível de agregação em 2013, a Superintendência Regional do Maranhão e o INCRA/SEDE realizou a obtenção de 9 imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 22.397,92ha.

Tendo estes dados, o Índice de gastos com Obtenção de Terras alcançado é de R\$ 811,66 / ha, indicando o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA no Maranhão por hectares em 2013.

b) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento

As atividades de licenciamento ambiental para o ano, foram baseadas em uma meta estipulada de 07 (sete) licenças ambientais a serem protocoladas junto ao órgão estadual, que foi cumprida até maio/2013. Assim, para o cálculo do índice de protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento no ano de 2013, considerou-se os sete pedidos de licença ambiental protocolados no OEMA, dividido por zero licenças ambientais expedidas. O cálculo tornou-se matematicamente inviável pelo fato do numerador ser zero.

c) Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor

Para o cálculo, considerou-se o número de 56 (cinquenta e seis) licenças ambientais em vigor, dividido pelos 668 projetos de assentamento no estado do maranhão.

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	$\text{R\$ } 18.179.491,35 \div 22.397,92\text{ha} = \text{R\$ } 811,66 / \text{ha}$
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	$07 \div 0 \times 100 = \text{Índice impossível de calcular}$
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.			Quantidade de PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
				Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	$56 \div 668 \times 100 = 8,38$

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Para subsidiar as informações referentes à situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício 2013, considerou-se a quantidade de assentamentos com áreas de reserva legal (RL) e área de preservação permanente preservada e não preservada, incluindo estimativas de custo para recuperação dessas áreas, baseado nos Laudos Agronômicos de Fiscalização das áreas de assentamento instituídos como única fonte de informação disponível para este fim, portanto, todas as informações contidas neste item foram extraídas destes documentos.

Dos vinte e oito projetos criados no ano de 2013, somente 16 puderam ser analisados, já que parte dos processos não está na SR/12, e parte é de áreas de assentamentos já criadas pela extinta COLONE, que não possuem Laudo Agronômico de Fiscalização. A situação dos assentamentos analisados segue abaixo:

1. PCA Sítio do Carrapato – Brejo/MA (Ano 2009): Pertencente ao Bioma Amazônia (predominante), transição com Cerrado e Floresta, encontra-se fora da Amazônia Legal, não existindo passivo ambiental. A Reserva Legal/RL não está averbada, contudo, os agricultores que moram no imóvel já estudam uma área para ser destinada à RL. As áreas de preservação permanente (APP's) encontradas no imóvel, correspondem a 57,1678 ha e se apresentam de acordo com o estipulado pela legislação ambiental.

2. Fazenda Monte Líbano – Balsas/MA (Ano 2010): Pertencente ao Bioma Cerrado, estando dentro da Amazônia Legal. Não possui RL demarcada e averbada, mas a equipe técnica que vistoriou destinou uma área de 623,7525 ha para RL. A vegetação presente no imóvel se encontra em bom estado de conservação. Já em relação às APP's, que compreendem a mata ciliar dos rios/igarapés temporários, há necessidade de recomposição da vegetação que foi suprimida em uma área de 13,9955 ha. De acordo com Plaster et al (2010), o custo médio para recuperação de 1 ha de APP é de R\$ 2.177,13 (dois mil, cento e setenta e sete reais e treze centavos). Considerando o quantitativo de 13,9955 ha a serem recuperados o custo aproximado dessa área é de R\$ 30.470,02 (trinta mil, quatrocentos e setenta mil e dois centavos).

3. Gleba Cana Brava – Caxias/MA (Ano 2010): Pertencente ao Bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. De acordo com a equipe de vistoria, o imóvel não apresenta passivo ambiental. Não há registro de degradação ambiental que justifique cálculo de passivo, já que as áreas antropizadas podem ser recuperadas por processo de regeneração natural.

4. Gleba São Miguel – Caxias/MA (Ano de 2010): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Apesar de não possuir RL averbada, o imóvel possui vegetação suficiente para a manutenção do percentual exigido por lei (20%), sendo que a degradação sofrida pela vegetação referente a esse percentual poderá ser recuperada por isolamento natural, sem custo.

As APP's, no geral, encontram-se preservadas. As áreas que sofreram degradação poderão ser recuperadas sem intervenção humana.

5. Fazendas Morro Alegre 1 e 2 – Brejo/MA (Ano de 2011): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não possui área de RL averbada, entretanto, ocorrem áreas com vegetação de cerrado pouco alterada para compor a RL. A equipe de vistoria propôs a localização da área de RL. As APP's no geral, encontram-se preservadas e as áreas que sofreram degradação poderão ser recuperadas sem intervenção humana.

6. Inhúma – Passagem Franca/MA (Ano de 2011): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Apesar de não possuir RL averbada, o imóvel possui vegetação suficiente para a manutenção do percentual exigido por lei (20%), sendo que a degradação sofrida pela vegetação referente a esse percentual poderá ser recuperada por isolamento natural, sem custo. As APP's, no geral, encontram-se preservadas. As áreas que sofreram degradação poderão ser recuperadas sem intervenção humana.

7. Gleba Calabouço/Faz. Boa Esperança – Arari/MA (Ano 2010): Pertencente ao Bioma característico de Campos, encontra-se dentro da Amazônia Legal. De acordo com o relatório, não há registro de degradação em RL e APP que justifique cálculo de passivo, uma vez que as áreas antropizadas podem ser recuperadas por processo de regeneração natural.

8. Gleba Poção – Caxias/MA (Ano 2007): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não possui área de RL averbada. A RL total (não averbada) compreende uma área de 172,1424 ha e se encontra efetivamente preservada. Em relação às APP's, foi constatado que alguns trechos de matas ciliares ainda estão preservados, porém a maior parte se encontra degradada. A área a ser recuperada compreende 96,8527 ha, que corresponde a 90% do total da APP. De acordo com Plaster et al (2010), o custo médio para recuperação de 1 ha de APP é de R\$ 2.177,13 (dois mil, cento e setenta e sete reais e treze centavos). Considerando o quantitativo de 96,8527 ha a serem recuperados, o custo aproximado da área é de R\$ 210.860,91 (duzentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e um centavos).

9. Faz. Bebedouro – Urbano Santos/MA (Ano 2013): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não possui RL averbada e não há registro de degradação ambiental, uma vez que as áreas antropizadas podem ser recuperadas por regeneração natural (método de isolamento).

10. Acampamento Vila de Fátima/Faz. Sapucaia Tigre – Coelho Neto/MA (Ano 2009): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não possui RL averbada, mas por sua localização, foram destinados 20% da área do imóvel (436,1681 ha) para manutenção da

RL. A área não possui passivo ambiental. As APP's (104,7143 ha) estão conservadas e atendendo à legislação ambiental.

11. Fazenda Vista Verde – São Benedito do Rio Preto/MA (Ano 2012): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não há RL averbada e não há passivo ambiental. Não há registro de degradação, portanto, as áreas antropizadas podem ser recuperadas por regeneração natural (método de isolamento).

12. Santo Antônio e outros – São Benedito do Rio Preto/MA (Ano 2009): Pertencente ao Bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não há passivo ambiental e nem RL averbada. De acordo com o laudo, encontra-se no imóvel área de vegetação natural em avançado estágio de regeneração, parcialmente preservada superior à prevista para a RL. Não é citado no laudo existência e estado de conservação das APP's.

13. Fazenda Massapé – Boa Vista do Gurupí/MA (Ano 2010): Pertencente ao bioma Amazônia, estando dentro da Amazônia Legal. Não há RL averbada. Não há registro de degradação ambiental, portanto, as áreas antropizadas podem ser recuperadas por regeneração natural. A APP nesse estudo ficou embutida dentro da RL.

14. Fazenda Veredão – Chapadinha/MA (Ano 2010): Pertencente ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Possui RL averbada ($20\% = 630,1680$ ha). Não há registro de degradação em RL e APP que justifique cálculo de passivo ambiental.

15. Fazenda Curisco – Boa Vista do Gurupi/MA (Ano 2010): Pertencente ao bioma Amazônia, encontra-se dentro da Amazônia Legal. Não há RL averbada. Não há registro de degradação ambiental, portanto, as áreas antropizadas podem ser recuperadas por regeneração natural. A APP nesse estudo ficou embutida dentro da RL.

16. Fazenda Santa Emília – São Benedito do Rio Preto/MA (Ano 2012): Pertence ao bioma Cerrado, encontra-se fora da Amazônia Legal. Não há RL averbada. Não há registro de degradação, portanto, as áreas antropizadas podem ser recuperadas por regeneração natural (método de isolamento).

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	3.516	19.026	20.558.838,21	20.543.826,64	91.749,24	91.749,24	20.452.077,40
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	2.090	6.353	15.927.918,09	15.906.583,16	1.171.086,20	1.171.086,20	14.735.496,96
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	13.710,10	13.339,49	13.339,49	13.339,49	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	1.991	412.041,45	323.662,94	260.004,17	260.004,17	63.658,77
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	4.809	3.392	351.173,15	265.409,77	265.062,42	265.062,42	347,35
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	9	9	3.579,44	3.229,44	3.229,44	3.229,44	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	5.000	5.599	257.787,63	225.523,73	225.366,73	223.555,37	1.968,36
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	2.200	1.000	720.498,98	720.231,21	18.909,21	18.909,21	701.322,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	544	591	5.618,57	5.618,57	5.618,57	5.618,57	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	50	-	-	-	-	-	-

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	1.516	2.959.502,72	0,00	1.753.188,98	1.206.313,74
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	157.172.200,00	15.182.400,00	0,00	141.989.800,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	109	46.797.214,20	0,00	19.783.196,38	27.014.017,82
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	225.000,00	0,00	0,00	225.000,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	19.013,16	5.959,00	10.912,00	2.142,16
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	-	-	-	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	1.551.281,29	0,00	211.799,87	1.339.481,42
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	408,38	408,38	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Segue abaixo, demonstração da execução física e financeira das Ações da LOA relacionadas ao Desenvolvimento de Projetos de Assentamento de responsabilidade da Superintendência:

a) Ação 210S PO 02.03.04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária BSM/Geral/Territórios.

Para o exercício de 2013, foram atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, 1.516 famílias a partir de contrato (CRT Nº. 15.000/2012) assinado em dezembro de 2012, com publicação no DOU em 03.01.2013, no valor de R\$ 3.077.980,08 (três milhões, setenta e sete mil, novecentos e oitenta reais e oito centavos), mobilizando orçamentário dos exercícios 2012 e 2013, sendo que neste último ano, mobilizado o valor de R\$ 123.776,59 (cento e vinte e três mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). A execução do contrato iniciou em março, com prorrogação de vigência para até a data de 04.03.2014.

No exercício de 2013, deu-se a publicação da Chamada Pública de ATER, visando a contratação do serviço para atender 26.265 famílias, considerando o percentual de 85% das famílias em RB homologados. Com o resultado desta Chamada homologada e orçamentário empenhado, têm-se 17.510 famílias atendidas no exercício de 2013, além de 1.516 famílias do contrato Nº. 15.000/2012, totalizando 19.026 famílias assistidas (Tabela 9). Como a meta física programada no Plano de Ação/2013 era de 3.516 famílias, a meta física executada superou 100% do cumprimento. Tal feito, justifica-se devido a necessidade de reprogramar Chamada Pública em 2013 para as famílias que participaram da Chamada Pública 2012, em virtude de não ter ocorrido classificação de empresas candidatas ao processo.

As despesas de custeio referente a atividade finalística, deram-se com diárias de servidores, consumo e pessoa jurídica, objetivando a fiscalização da execução do Contrato Nº. 15.000/2012, bem como, para atender demanda do processo de elaboração do edital da Chamada Pública 2013 e julgamento das propostas recepcionadas.

Para a prestação de serviços de ATER, referente às 17.510 famílias participantes, serão firmados 6 contratos com previsão de assinatura para o dia 10.02.2014, que executará o orçamentário de R\$ 37.643.631,51 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), sendo que R\$ 20.326.764,65 (vinte milhões, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), foi empenhado e inscrito em restos a pagar (RAP) com o orçamento de 2013 e R\$ 17.316.861,86 (dezessete milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos) serão demandados do orçamento 2014. O orçamentário, empenhado e inscrito em restos a pagar, para atender essas famílias, está alocado da seguinte forma: Plano Brasil Sem Miséria, com

R\$ 10.283.937,43 (dez milhões, duzentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos); Jurisdição, com R\$ 7.762.337,88 (sete milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos); e Territórios da Cidadania, com R\$ 2.280.494,34 (dois milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos)

Com a renovação do Contrato Nº. 15.000/12, prevista para março, será mobilizado orçamentário de 2014, na perspectiva de continuidade do serviço de ATER para 1.516 famílias, cujo valor será definido após elaboração do Plano de Trabalho.

O contingente de 19.026 famílias contempladas com o serviço de ATER para 2014, considerando os instrumentos mencionados, está assim distribuído: 5.232 famílias inseridas nas ações do Plano Brasil Sem Miséria; 2.170 famílias inseridas na Jurisdição; e 11.624 famílias inseridas em Territórios da Cidadania.

Para cumprimento do acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados, deverá ser considerado 2 servidores por contrato para assumir atribuições de assegurador e fiscal. As fiscalizações em campo deverão ocorrer no mínimo 2 vezes por ano para cada contrato. Para tanto, haverá demanda de orçamento no exercício 2014 para as despesas com diárias de servidores, consumo e pessoa jurídica.

Desta ação, se faz necessário destacar a preocupação quanto a disponibilidade tempestiva de financeiro, visando atender o pagamento dos contratos. Em 2013, a Regional operava com apenas um contrato, cujo valor médio de parcela era de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais). Para 2014, operando com seis contratos, a demanda de financeiro terá um acréscimo bastante significativo, onde o valor médio para desembolso/mês será de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil).

Tabela 9: Dados do Contrato de ATER e Chamada Pública 2013

DADOS DO CONTRATO DE ATER EM EXECUÇÃO 2013						
SR	CNPJ DA CONVENENTE/CONTRATADA	NOME DA ENTIDADE	FAMÍLIAS ATENDIDAS NO INSTRUMENTO	Nº DE TÉCNICOS EFETIVAMENTE CONTRATADOS	DATA/MÊS DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	DATA/MÊS DO FIM DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
12 (MA)	35.109.230.0001-78	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ	1.516 (a)	25	26/12/12 a 04/03/2014	04/03/2014
DADOS DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013 COM RESULTADO JÁ PUBLICADO E CONTRATOS COM ASSINATURA EM 2014						
SR	CNPJ DA CONVENENTE/CONTRATADA	NOME DA ENTIDADE	FAMÍLIAS ATENDIDAS NO INSTRUMENTO	Nº DE TÉCNICOS EFETIVAMENTE CONTRATADOS	DATA/MÊS DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	DATA/MÊS DO FIM DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
						Nº PA
	02.454.714/0001-03	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇOS EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA - COOPERA	1.348	22	-	-
	02.454.714/0001-03	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇOS EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA - COOPERA	998	17	-	-
	03.791.466/0001-40	PLANEJA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.218	20	-	-
	03.791.466/0001-40	PLANEJA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.437	24	-	-
	03.791.466/0001-40	PLANEJA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	838	14	-	-
12 (MA)	02.399.346/0001-30	COOPERATIVA DE SERVIÇOS, PESQUISA E ASSESSORIA TÉCNICA - COOSPAT	2.379	40	-	-
	01.852.883/0001-20	COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS TÉCNICOS - COOSERT	1.637	27	-	-
	01.852.883/0001-20	COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS TÉCNICOS - COOSERT	1.332	22	-	-
	01.852.883/0001-20	COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS TÉCNICOS - COOSERT	1.827	30	-	-
	01.852.883/0001-20	COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS TÉCNICOS - COOSERT	1.294	22	-	-
	02.932.883/0001-01	AGROFORT SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	2.598	43	-	-
	08.334.655/0001-08	ASS. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE - EMA	604	10	-	-
			17.510 (b)	291	-	-
						166
Total Geral (a+b)		19.026 famílias				

FONTE: Serviço de ATES, SR12/MA_Ano 2013.

b) Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Nesta ação, por conta das alterações que estão sendo processadas, quanto à forma de aplicação, os valores destinados para cada modalidade e quanto aos procedimentos de aplicação a serem adotados, assim como, por não haver dotação orçamentária no exercício de 2013 para esta atividade, todas as aplicações foram realizadas com recurso de restos a pagar (RAP).

Quanto ao Quadro 9, seguindo determinação contida no Memorando N.º 19 da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA/Sede e mudanças no formato do Crédito Instalação previstas na Medida Provisória N.º. 636/2013 da Presidência da República, as Notas de Empenho inscritas em RAP estão em procedimentos de cancelamento.

c) Ação 211A PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos

Em 2013, um total de 183 demandas por obras de infraestrutura foram formalizadas através de propostas inseridas no Portal de Convênios (SICONV), sendo levadas a análise, e gerando a celebração de 11 convênios que entraram em vigência no exercício. As demandas apresentadas tiveram que ser compatibilizadas à provisão disponível para tal finalidade, somente sendo beneficiados os municípios cuja prefeitura atestasse adimplênciaperante a Fazenda Pública, além de não poderem fugir, em quantitativos, à capacidade de fiscalização da Superintendência Regional do INCRA Maranhão.

Em termos de Recebimento Definitivo de obras, pouco se pôde contabilizar, considerando que a maior parte das parcelas de recursos, pactuadas nos convênio, só foram liberadas em dezembro de 2013. Fica o registro, de que as ações de fiscalização, para fins de medição de obras, ficaram comprometidas pela limitação de diárias concedidas aos servidores que integram a fiscalização das mesmas. Obstante a todas as adversidades, constam em relatórios de vistoria os registros de expressiva evolução física das obras conveniadas.

Quanto ao Quadro 9, por ocasião de quase todos os convênios celebrados em anos anteriores, só tiveram parcelas de recursos liberadas no último trimestre do exercício 2013, tornou-se reduzida a possibilidade de se registrar a evolução física das obras pactuadas, já que não houve possibilidade de atender, de maneira tempestiva, eventuais pedidos de fiscalização que pudessem constatar avanço no percentual de execução do objeto ou até mesmo resultar no recebimento de obras conclusas. Em termos práticos, muito se liberou de recursos de "Restos a Pagar", mas tais pagamentos pouco puderam repercutir na concretização das metas físicas estabelecidas.

Tabela 10: Convênios publicados_ Ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em projetos de assentamento

PA	MUNICÍPIO	CNPJ DA CONVENENTE/ CONTRATADA	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS		DATA/MÊS DE PUBLICAÇÃO DO CONVÉNIO/ CONTRATO	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS		DATA/MÊS DE PUBLICAÇÃO DO CONVÉNIO/ CONTRATO
			Km	Nº. DE FAMÍLIAS		Km	Nº. DE FAMÍLIAS	
7 DE MAIO, TABOCÃO E BRASILÂNDIA	BURITICUPU SICONV786438/2013	01.612.525/0001-40	132	1218	16/10/13	*	*	*
TINGIDOR E VILA NOVA/ÁGUA BRANCA	PRESIDENTE JUSCELINO SICONV 786233/2013	06.003.891/0001-16	28	190	24/10/13	*	*	*
CHAPADA LIMPA, PAIOL, CERCADINHO, BARROCA DA VACA, CANTO DO FERREIRA E LARANJEIRA	CHAPADINHA SICONV 787473/2013	06.117.709/0001-58	85,86	649	05/11/13	*	*	*
FLECHAL	SANTA LUZIA SICONV794184/2013	06.191.001/0001-47	42	510	31/12/13	*	*	*
OUTEIRO	TURILÂNDIA SICONV 787271/2013	01.612.533/0001-97	49	607	13/12/13	*	*	*
MANGUEIRA	URBANO SANTOS SICONV 787219/2013	05.505.839/0001-03	40	55	20/12/13	*	*	*
TAMBOR CENTRO VELHO	SANTA HELENA SICONV 787185/2013	06.226.583/0001-50	55	206	20/12/13	*	*	*
PEDRA PRETA/MORRO DOS GARROTES	ARAME SICONV 787180/2013	12.542.767/0001-21	56	518	02/12/13	*	*	*
PEDRA SUADA	CACHOEIRA GRANDE SICONV 787214/2013	01.612.624/0001-22	29	504	20/12/13	*	*	*
JEOVAH, SEGUNDA CONQUISTA, LAGO DA CARNAÚBA; SÃO JOSÉ DA MATA	PIO XII SICONV 787203/2013	06.447.833/0001-81	38	673	30/12/13	*	*	*
PEDRA SUADA	CACHOEIRA GRANDE SICONV 787214/2013	01.612.624/0001-22	*	*	*	37	504	20/12/13

Fonte: Serviço de Implantação e Infraestrutura, SR12/MA_Ano 2013.

d) Ação 211A PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização/Terra Sol

Nesta ação, no exercício de 2013, houve confirmação de demanda do ano anterior, ficando o compromisso da Prefeitura Municipal de Esperantinópolis (então candidata a proponente), que diante da sucessão na gestão municipal cadastraria em 2013: proposta, plano de trabalho e projeto básico de agroindústria para ampliação da agroindústria administrada pela COOPAESP atendendo famílias do PA Palmeiral/Vietnã. Infelizmente, tal demanda, não se viabilizou por desinteresse da prefeitura. Sobre a despesa empenhada no ano, o valor de R\$ 13.339,49 (custeio) foi utilizado para divulgação do Programa Terra Sol e confirmação de demanda com previsão de execução em 2014 e 2015.

Em referência ao Quadro 9, o montante de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil), empenhados no exercício de 2012 e inscrito em RAP não processado, equivocadamente, foi utilizado em outra ação. Sendo assim, a Divisão de Desenvolvimento providenciará o cancelamento.

e) Ação 211A PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Do total de recursos orçamentários destinados para a execução da ação, no valor 412.041,45 (quatrocentos e doze mil, quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), foram liquidados R\$ 260.044,17 (duzentos e sessenta mil, quarenta e quatro reais e dezessete centavos), atingindo-se uma execução financeira que representa 63,11% do valor disponibilizado, sendo que o empenhado foi 78%. Cumpre destacar que não havia meta física a ser realizada nesta ação. Contudo, consta 1.991 créditos supervisionados, corresponde ao efetivamente disponibilizado ao longo do exercício. Podendo-se afirmar que o recurso liquidado na execução desta ação, destinou-se efetivamente à supervisão, acompanhamento e fiscalização do Crédito Instalação, em suas diversas modalidades.

Quanto aos valores inscritos em restos a pagar constantes no Quadro 9, referem-se aos resíduos de empenhos de despesas correntes de anos anteriores que estão em processo de cancelamento.

f) Ação 211A PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

No ano de 2013, foi dado início na SR 12(MA), as primeiras atividades de supervisão ocupacional. A meta no Plano de Ação desta ação, foi de 4.809 lotes e foi alcançada em 71%.

Cabe ressaltar, que várias ações foram feitas no sentido de combater à venda ilegal de lotes e da revisão ocupacional de áreas de assentamentos que não cumprem sua função social. No primeiro semestre de 2013, foi realizado um curso de capacitação para os servidores, tanto da Regional

quanto das suas Unidades Avançadas, tratando de várias instruções normativas com enfoque dado à Instrução Normativa N°. 71/2012, que normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo INCRA nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária. Além disso, servidores com vasta experiência nesta ação, foram convidados à SR(12) para contribuir com os trabalhos e tirar as dúvidas dos servidores diretamente envolvidos. Quanto à campanha de combate à venda ilegal de lotes, foram distribuídos cartazes informativos em diversos assentamentos.

Durante o ano, a Regional, esteve muito envolvida com a Ação Civil Pública (processo nº 42284-93.212.4.01.3700), na realização de levantamento ocupacional de 12 assentamentos por decisão judicial. Foi feita Ordem de Serviço envolvendo 8 servidores da SR(12), que foram divididos em equipes para realização dos trabalhos, além da vinda de 4 servidores de outras SR's, para apoiar aos trabalhos de campo e encaminhar os processos. Também foram realizadas ações de supervisão ocupacional para aplicação do PRONAF, diminuindo um passivo de emissão de DAP que, por problemas operacionais, não tinham sido emitidas no ano de 2012.

O não cumprimento total da meta, deveu-se ao fato do recurso planejado não ter sido todo disponibilizado, sendo a diferença da provisão recebida (R\$ 351.137,15) e da despesa liquidada (R\$ 265.062,42) de R\$ 86.074,73 (oitenta e seis mil, setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

g) Ação 211A PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Na Ação, por indisponibilidade de recursos na LOA 2013, não houve demarcação de projetos de assentamento no exercício de 2013. A meta física de nove famílias correspondeu apenas ao valor de R\$ 3.229,44 (três mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos) necessários para execução de levantamentos de campo objetivando solucionar dúvida gerada no georreferenciamento do Projeto de Assentamento São João do Rosário, localizado no município de Rosário/MA. O referido PA, teve seu perímetro georreferenciado no ano de 2012, por empresa contratada pelo INCRA, contudo, em função de divergências entre a comunidade assentada e com confrontantes, a empresa não conseguiu definir com precisão o perímetro, apresentando duas plantas, ou seja, dois polígonos, de acordo com as informações fornecidas. Dessa forma, para resolução do problema, foi necessário deslocamento de equipe técnica da Superintendência com objetivo de realizar um levantamento pericial de campo e documental das áreas envolvidas.

Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores da Ação, o valor existente corresponde a contrato firmado com a empresa Drenatec Engenharia Ltda., vencedora de licitação para demarcação e/ou georreferenciamento de projetos de assentamento. O contrato é do ano de 2010, que deveria ter sido executado entre 2011 e 2012, contudo, a empresa contratada não

conseguiu realizar os trabalhos de campo. Dessa forma, o recurso deve ser cancelado e a Administração deverá adotar as medidas cabíveis previstas no contrato em relação à empresa desistente.

Considerando o passivo da Superintendência na área de demarcação de projetos de assentamento, que é de 325 projetos de assentamento para georreferenciamento de perímetro e 646 para demarcação ou parcelamento de lotes; e considerando ainda o apertado orçamento previsto na LOA para o ano de 2014, projetou-se para esse ano, em uma perspectiva otimista, sem os rotineiros cortes no orçamento, o georreferenciamento e parcelamento de 37 projetos de assentamento, ao custo estimado de R\$ 4.463.755,31 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), beneficiando 4.994 famílias, ao custo médio de R\$ 893,80 (oitocentos e noventa e três reais e oitenta centavos) por família.

h) Ação 211A PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Foi programada para o exercício 2013 a expedição de 5.000 documentos de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento. No entanto, ao final do exercício, foram expedidos 5.599 documentos para os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 5.544 no modelo de Contrato de Concessão de Uso (CCU) e 45 no modelo Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU). Sendo assim, a Regional atingiu um percentual em relação à meta física programada de 111,82 %, além da destinação de 10 (dez) áreas para edificação de diversas obras em benefício dos assentados. Justifica-se, tal desempenho, pelo tipo de documento, que para sua emissão necessita apenas que as informações dos beneficiários da reforma agrária estejam atualizadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA.

i) Ação 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA é ofertado o Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que contempla 7 (sete) municípios. O Curso foi dividido em 50 (cinquenta) turmas, totalizando 1.000 (mil) alunos (quantitativo de alunos no início do exercício de 2013). Além da escolarização nas séries iniciais do ensino fundamental, desse quantitativo de estudantes beneficiários da Reforma Agrária, inclui-se a capacitação pedagógica de 50 (cinquenta) educadores e 7 (sete) coordenador-locais para atuarem como agentes multiplicadores em seus respectivos municípios.

Imperioso mencionar que o Curso de EJA tinha previsão inicial para ser concluído em Setembro de 2013, porém, devido aos problemas a seguir relatados, foi assinado Termo Aditivo prorrogando a vigência até Julho de 2014. Entre os problemas⁵ podemos citar a demora no repasse dos recursos financeiros (referentes ao Exercício de 2012) por parte do INCRA/SEDE à Convenente, em decorrência de alterações no orçamento propostos pela Convenente, que necessitaram de análise e decisão da Procuradoria Jurídica do INCRA. O outro problema foi a adequação do calendário escolar em função do plantio e colheita nos assentamentos durante o exercício de 2013, considerando que a maioria dos educandos são adultos e trabalham na agricultura e pecuária.

Além disso, há problemas na entrega dos kits educando; kits educador e coordenador local; e dos óculos de graus, pois, apesar da Convenente já está com os recursos financeiros e ter feito somente a Licitação no final do ano de 2013 para compra de tais materiais, há dificuldades na conclusão e no encerramento do processo licitatório para suas aquisições. A licitação somente foi realizada em 2013 porque em 2012 houve problemas externos ao IFMA quanto a empresa que inicialmente venceu a Licitação para atender ao Curso na compra de materiais didáticos, o que impactaram no cumprimento das metas presentes no Plano de Trabalho (PT) do Curso para o ano de 2012, e influenciaram no cumprimento de algumas metas previstas no PT de execução do Curso no ano de 2013.

Com relação aos kits educando; e kits educador e coordenador local, o problema é devido a falta de entrega de tais materiais pelas empresas vencedoras desse Certame. No que se refere aos óculos de graus, a Licitação para aquisição desses materiais não foi sequer iniciada, pois a Procuradoria Jurídica do IFMA solicitou esclarecimentos quanto a compra dos materiais para esse Termo de Cooperação, notadamente, esclarecimentos acerca da base legal para o fornecimento gratuito desses óculos.

Nas fiscalizações realizadas pela Equipe do Serviço de Educação e Cidadania, tem-se observado que a falta dos kits educando; kits educador e coordenador local; e dos óculos de graus têm impactado negativamente o desenvolvimento das atividades desse Curso. Há situações em que se tem observado um elevado grau de evasão, em decorrência principalmente da dificuldade no aprendizado devido a falta de óculos de grau. No momento das fiscalizações, aproveitou-se para realizar esclarecimentos aos alunos e educadores sobre o PRONERA, como política pública do Governo Federal.

⁵ Essas informações foram repassadas pela Convenente, através do Ofício nº 41/2013, de 14/08/2013 enviado pela Coordenador-Geral do Curso, a Sra. Irani Galvão Viana à Coordenação Geral da Educação do Campo e Cidadania do INCRA/SEDE

Para sanar os problemas, que impactam negativamente a condução do projeto, a equipe do Serviço de Educação e Cidadania da SR-12 tem realizado reuniões com a equipe de Coordenação do Curso e demais representantes do IFMA para que possam honrar com suas metas prevista no Plano de Trabalho do Curso e transpor seus problemas internos para que o trâmite de seus processos decorram em tempo hábil, sem que haja mais prejuízo a escolarização dos estudantes.

A forma de acompanhamento no Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi realizada através de fiscalizações *in loco* no período de Escolarização nos seguintes municípios: Barreirinhas; Bom Jesus das Selvas; Chapadinha; Coroatá; Itapecuru Mirim; Pinheiros; e São Luís Gonzaga do Maranhão. Os acompanhamentos e fiscalizações ficaram registrados em Relatórios elaborados pela equipe técnica do Serviço de Educação e Cidadania da SR. Reuniões com Coordenadoras do Curso, educadores, estudantes, Superintendente e representantes da Convenente, além de e-mails e ofícios foram ações utilizadas para tentar solucionar entraves e problemas.

Foi celebrado ao final do exercício de 2013 (31 de dezembro de 2013) o Convênio nº 793323/2013 com o Movimento de Educação de Base (MEB) para a alfabetização e escolarização nos anos iniciais do ensino fundamental para Jovens, Adultos e Idosos que deve atender ao total de até 1.200 beneficiários que se enquadrem dentro do perfil do PRONERA, tendo suas atividades a serem iniciadas no exercício de 2014. Como, o Termo de Convênio do MEB foi publicado no diário oficial em 15 de janeiro de 2014, (DOU, nº 10, quarta-feira, 15 de janeiro de 2014, pág. 186, seção 3), a meta dessa Superintendência (SR-12) de escolarizar 2.200 para o exercício de 2013 não pode ser realizada em 100%, uma vez que ficaram faltando os 1.200 beneficiários do referido projeto.

j) Ação 210T PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

No início do Exercício de 2013, a Ação contemplou 4 (quatro) cursos, a saber: 01 (um) de nível Técnico em Agroecologia integrado ao Nível Médio, 02 (dois) de nível Superior na modalidade de Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra e 01 (um) Especialização *Lato Sensu* na modalidade Residência Agrária.

O Curso Técnico em Agroecologia, integrado ao Nível Médio, ofertado através de Termo de Cooperação entre esta Autarquia e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), é divido em 02 (dois) pólos e iniciou no Exercício de 2013 com o total de 360 (trezentos e sessenta) alunos, um localizado no Município de Arame e outro no Município de Buriti Bravo, em que comportam até 240 e 120 alunos, respectivamente. O curso encerrou o ano de 2013 em sua 7^a (sétima) etapa de Escolarização de um total previsto de 12 (doze) etapas de Tempo-Escola para sua conclusão.

Houve problemas externos ao IFMA que aconteceram no ano de 2012, especificadamente na Licitação para contratação de empresa para fornecimento de hospedagem e material didático, que impactaram as metas previstas no Plano de Trabalho (PT) do Curso para o ano de 2013. Sendo que o Exercício de 2013 foi utilizado para cumprir metas presentes no PT do Curso que eram restantes do ano de 2012 e as previstas para o ano de 2013. Tal situação levou ao atraso demasiadamente prolongado na aquisição dos kits, tendo previsão de acontecer no exercício de 2014. No entanto, as metas previstas no Plano de Trabalho do Curso para 2013 também não foram cumpridas integralmente, devido a problemas operacionais e administrativos do IFMA como: aquisição dos materiais didáticos e ferramentas agrícolas para as atividades do Tempo-escola e Tempo-comunidade, previstos no Plano de Trabalho do referido Curso. Nesse contexto, houve a necessidade de ser concedida uma prorrogação de término do Curso até dezembro de 2015, conforme o Parecer Técnico/Nº002/PRONERA/SR (12) MA exarado para atender à recomendação contida no § 6 do parecer CG/PFE/INCRA/Nº250/2013.

Várias reuniões entre a equipe do Serviço de Educação e Cidadania foram realizadas com o Coordenador-geral no exercício de 2013 e uma reunião com o Pró-reitor de Planejamento do IFMA para tentar obter respostas e soluções para o atraso de determinadas metas presentes no Plano de Trabalho do Curso que são importantes para o andamento adequado do mesmo, dentre elas: o Kit aluno, bolsa, boné e camisa; Kit Sala de Aula Tempo Escola; Kit Sala de Aula Tempo Comunidade e o Kit Coordenação. Segundo informou o Coordenador-geral, tais fatos aconteceram pela falta de servidores administrativos do IFMA para dar andamento nos procedimentos do Curso. Quanto a questão da contratação de monitores, técnico de apoio e determinar quais os professores ou equipe responsável por acompanhamentos no Tempo-Comunidade também apresentam entraves administrativos por Parte do IFMA, segundo informou o Coordenador-geral nas reuniões.

No curso Técnico em Agroecologia, integrado ao médio, foram realizadas fiscalizações *in loco* no período do Tempo Escola para as turmas dos municípios de Arame e Buriti Bravo no intuito de acompanhar e fiscalizar a execução das metas presentes no Plano de Trabalho do Curso referentes ao ano de 2013 as que ficaram pendentes do ano de 2012. Durante as fiscalizações foram feitos esclarecimentos aos estudantes e professores sobre questões inerentes ao Curso e seu andamento no que compete ao INCRA. Tais acompanhamentos e fiscalizações foram registrados em relatórios da equipe técnica do Serviço de Educação e Cidadania da SR (12). Ofícios enviados as convenientes solicitando providências; e-mails; reuniões com os coordenadores: gerais, pedagógicos e locais; com alunos, educadores e professores; e reuniões com os representantes da instituição Convenente e Coordenador-geral do Projeto para tratativas das dificuldades enfrentadas, foram ações tomadas durante o exercício de 2013 como tentativas de sanar problemas e entraves.

Os 02 (dois) cursos de nível Superior na modalidade de Licenciatura Plena são: Licenciatura em Pedagogia da Terra – Tradicional e Licenciatura em Pedagogia da Terra – Territórios da Cidadania. Esses dois cursos são ofertados através de Termo de Cooperação entre esta Autarquia e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e as aulas são ministradas no Campus da UFMA na Cidade de Bacabal/MA.

O Curso Pedagogia da Terra – Tradicional iniciou o Exercício em questão com 87 (oitenta e setenta) alunos; e o Curso Pedagogia da Terra – Territórios da Cidadania iniciou o Exercício de 2013 com 100 alunos. Os referidos cursos, não tiveram escolarização no Exercício de 2013, porque os recursos financeiros, recebidos, deveriam ter sido repassados no Exercício de 2012, apesar do Destaque Orçamentário ter sido feito no Exercício de 2012. Ou seja, esses problemas que aconteceram no Exercício de 2012 se prolongaram. Adicionalmente a esse motivo, a UFMA somente dá andamento aos procedimentos do Termo de Cooperação após o recebimento do Destaque Orçamentário e também do Destaque Financeiro.

Além do mais, o INCRA/SEDE fez o Destaque Financeiro para os dois Cursos em agosto de 2013, devido às exigências da Procuradoria da UFMA que, em Parecer⁶, considerou que o Termo de Cooperação da Turma de Licenciatura em Pedagogia da Terra - Tradicional não comportaria mais prorrogação, pois havia esgotado o prazo de 5 (cinco) anos. Após a resolução desse impasse é que o INCRA/SEDE procedeu no sentido de fazer o Destaque Financeiro, o que ocorreu no mês de agosto de 2013, como dito acima.

Dessa forma, a realização do Destaque Financeiro, feito em agosto de 2013, prejudicou também o desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra - Territórios da Cidadania. Além disso, os recursos financeiros deste Curso referentes ao Exercício de 2012 foram entregues ao final de Exercício de 2012, o que levou a UFMA a devolvê-los no Exercício de 2013, pois, conforme dito acima, a UFMA somente realiza os procedimentos desses Termo de Cooperação após o recebimento do Destaque Orçamentário e também do Destaque Financeiro. Somado a isso, a UFMA ainda, no exercício de 2013, antes de retomar as atividades do Curso, teve que esclarecer e atender aos questionamentos feitos pela Procuradoria Jurídica do INCRA (Parecer nº68/2013/CGU/PFE/INCRA/PGF/AGU) a Convenente (UFMA).

Não houve fiscalizações *in loco* nas salas de aula nos dois cursos de licenciatura porque não aconteceram ao longo do Exercício de 2013 .O Curso de Especialização *Lato Sensu* na modalidade Residência Agrária, denominado de “Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação

⁶ Essa informação foi repassada ao Serviço de Educação e Cidadania, através do OFÍCIO Nº 064/2013-PRONERA/UFMA/PTTERRA, de 17/12/2013.

do Campo” tem como Convenente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Esta instituição foi escolhida através da Chamada CNPq/MDA-INCRA nº 26/2012.

No que se refere ao corpo discente desta Especialização, o IFMA lançou Edital para seleção de 50 (cinquenta) alunos. Contudo, após o início das atividades que aconteceram no final do exercício de 2013, estavam frequentando 47 (quarenta e sete) estudantes, conforme lista de frequência enviada pela Coordenadora-Geral, a Senhora Rita de Cássio Gomes Nascimento. Esse Curso contempla 11 (onze) municípios, entre os quais: São Luís; Presidente Vargas; Nina Rodrigues; Amarante; Paço do Lumiar; Pio XII; Açaílândia; Itapecuru Mirim; Zé Doca; Bacabal e Vargem Grande.

3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

A Superintendência Regional do Maranhão não está organizada por microrregião. O que existe são critérios de prioridade para atendimento conforme “rotas” definidas pelo INCRA/SEDE, sendo elas: Brasil Sem Miséria, Territórios da Cidadania, Assentamentos Verdes e Programa Minha Casa Minha Vida Rural. O enquadramento dos Projetos de Assentamentos, conforme as “rotas” foi realizado a partir de 2013, com exceção dos Territórios da Cidadania, o que implica dizer que a implementação das ações de Desenvolvimento ainda estão sendo implantadas.

Ainda assim, vale ressaltar, que em 2013 foram realizadas ações dentro das rotas que impactarão na consequente consolidação dos Projetos de Assentamentos priorizados, como Chamada Pública para oferecimento de Assistência Técnica para os PA’s que compõem o Plano Brasil Sem Miséria; Celebração de Convênios para atender PA’s que estão na prioridade de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (MCMVR), com estrada e água, e quanto a energia elétrica a Superintendência participa do Comitê Gestor do Luz para Todos no Estado e dessa forma encaminha as demandas dos Projetos de Assentamentos.

Portanto a estratégia utilizada em 2013, 2014 e 2015 é de direcionar as ações de desenvolvimento de projetos de assentamentos, através das “rotas”, aos PA’s priorizados no sentido de oferecer infraestrutura básica para posterior consolidação.

Quanto ao georreferenciamento, do total de 715 projetos de assentamento federais existente no Maranhão até o final de 2013, apenas 390 ou 54,5%, possui georreferenciamento de perímetro com precisão, de acordo com as normas atuais. O restante possui apenas demarcação precária de perímetro, feita por GPS de navegação ou por teodolito, sem coordenadas de localização. Já em relação à demarcação ou parcelamento de lotes, somente 53 ou 7,4% dos projetos de assentamento

federal foram demarcados até o momento. Em tese, apenas 16 projetos de assentamento federais, por serem modalidades especiais de assentamento (como o PDA - Projeto de Desenvolvimento Sustentável e o PAE - Projeto Agroextrativista), não admitiriam demarcações em lotes. Dessa forma, o passivo de parcelamento de lotes nos assentamentos federais é de 646 projetos de assentamento.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

O ano de 2013 foi o ano em que o Maranhão realizou as suas primeiras atividades de supervisão ocupacional. A meta foi de 4.809 lotes e foi alcançada em 71%. Muitas ações foram feitas no sentido de combate à venda ilegal de lotes e da revisão ocupacional de áreas de assentamentos que não cumprem sua função social. No primeiro semestre de 2013 foi realizado um curso de capacitação para os servidores da SR (12) tanto da sede quanto das unidades avançadas sobre várias instruções normativas com enfoque principal dado à IN 71/2012 que normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo Incra nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária. Além disso, servidores com vasta experiência nessa ação foram convidados à Sr (12) para contribuir com decorrer dos trabalhos e tirar as dúvidas dos servidores diretamente envolvidos. Para a campanha de combate à venda ilegal de lotes foram distribuídos cartazes informativos em diversos assentamentos.

As ações da SR (12) ficaram muito envolvidas com uma Ação Civil Pública processo nº 42284-93.212.4.01.3700 que tomou conta dos trabalhos e o tempo dos servidores, que tinham que fazer o levantamento ocupacional de 12 assentamentos por decisão judicial. Foi feita uma ordem de serviço específica para cumprimento da Ação Civil Pública envolvendo por volta de 8 servidores da SR (12), que foram divididos em equipes para realização dos trabalhos, além da vinda de 4 servidores de outras SR's para apoio aos trabalhos de campo e nos encaminhamentos dos processos. Foram realizadas também ações de supervisão ocupacional para aplicação do PRONAF diminuindo um passivo de emissão de DAP que, por problemas operacionais, não tinham sido emitidas no ano de 2012.

O não cumprimento total da meta se deveu ao fato de o recurso planejado não ter sido todo disponibilizado, sendo a diferença da provisão recebida (R\$ 351.137,15) e da despesa liquidada (R\$ 265.062,42) de R\$ 86.074,73.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Quanto a concessão de crédito em 2013 foi aplicado 41,7 milhões de restos a pagar referente a construção de 1.479 habitações, 776 reformas e 1.528 apoio inicial. Sendo que as estratégias utilizadas para este alcance foram:

- a) distribuição de projetos de assentamentos/municípios por ordem de serviço de servidores;
- b) realização de reuniões de orientações com os servidores, com enfoque na fiscalização e instrução processual;
- c) adoção de “check list” dos processos de concessão de crédito visando a correta instrução;
- d) desbloqueio dos recursos em parcelas de acordo com execução da obra, no caso de construção por mutirão e ao final da execução, no caso de empresa construtora;
- e) atualizações e alimentação do Sistema de Informação da Reforma Agrária no Módulo Crédito Instalação para emissão de Relatórios Gerenciais.

Em relação à cobrança, esta Divisão de Desenvolvimento, realizou em 2013 reunião de orientação, segundo memorando 378/2013 do INCRA/SEDE, com as Comissões de servidores aplicadoras de crédito, para esclarecimento dos procedimentos necessários para a instrução processual dos processos individuais, e assim torná-los aptos para lançamento no Sistema de Cobrança, que está em fase de homologação, e ainda não disponibilizado a esta Superintendência.

Para os exercícios seguintes 2014 e 2015 a concessão de crédito passará por mudanças na forma de operacionalização, em função da Medida Provisória N°. 636, de 27 de dezembro de 2013 da Presidência da República. Embora, careça ainda de regulamentação a MP prevê novos formatos de crédito para Reforma Agrária bem como a forma de financiamento e cobrança. Já existe orientação que as primeiras famílias a serem beneficiadas com os novos créditos são aquelas que foram assentadas de 2010 a 2013 e ainda não receberam nenhum modalidade de crédito, estando a Divisão de Desenvolvimento realizando o mapeamento dos assentados que terão este acesso.

Quanto a estratégia utilizada para promoção e utilização do PRONAF, visando a consolidação dos Projetos de Assentamentos, a Divisão recepciona projetos de produção, analisa e submete à aprovação do GERA. Em seguida os dados cadastrais dos beneficiários são atualizados no SIPRA e, de acordo com os enquadramentos das DAP's (Declaração de Aptidão ao PRONAF) solicitadas, são expedidas as declarações conforme o Manual de Crédito Rural - MCR, Capítulo 10.

Em 2013 foram emitidas 7.253 DAP's, dentre DAP “Estiagem”, DAP modalidade “A” e DAP “Provisória”. Essa com o objetivo de atender às famílias que pretendem acessar os programas sociais do PNAE e PAA. Quanto ao número de contratos firmados pelas famílias, não podemos fornecer esta informação, visto que as instituições financeiras não repassam a quantidade dos financiamentos efetivados.

No setor do PRONAF há uma demanda de 195 projetos a serem vistoriados. Para 2014 está prevista a inclusão dessa demanda no planejamento do Programa Assentamento Verde – **PAV**.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

Em relação às atividades de controle desta gestão, que tiveram como objetivo assegurar a fidedignidade dos registros das informações referentes às atividades para desenvolvimento dos projetos de assentamento na jurisdição, podemos destacar:

- A obrigatoriedade de atualização do sistema SIPRA dos dados coletados em campo em todas atividades desenvolvidas por esta divisão. Principalmente, aquelas que demandam maior atenção e controle no momento da aplicação, como exemplo: os processos de aplicação de créditos que para liberação dos recursos devem constar os registros dos contratos e suas respectivas assinaturas;

- A liberação dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), emissão de Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF e a Relação de Beneficiários (RB) para acesso do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, que devem conter os dados dos assentados devidamente atualizados nos registros do principal programa de controle do órgão, cujos dados são certificados pelos servidores responsáveis pela atividade;

- O confronto das demandas de acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural com os créditos instalação, modalidade aquisição de material de construção já destinados aos assentados, através de análise dos processos de aplicação e fiscalização, bem como, o registro do benefício no Sistema de Informação da Programa de Reforma Agrária, para evitar que o mesmo assentado seja beneficiado mais de uma vez com o mesmo objeto;

- O controle de pagamentos dos processos de crédito, através de planilha detalhada, na qual é possível identificar o volume de dispêndios por modalidade de crédito, por município, por projeto de assentamento e por fornecedor. Este processo de controle permite identificar, principalmente, a evolução da aplicação de crédito, especificando aqueles que foram totalmente aplicados e evidenciando os que merecem maior atenção por parte dos responsáveis pela aplicação; e

- Utilização do Sistema de Informações Rurais – SIR, através de relatórios mensais, para monitoramento, acompanhamento e avaliação dos indicadores de desempenho das ações.

3.3.6 Indicadores

Segue abaixo, demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento:

a) Índice de Acesso à água para consumo doméstico:

Não há nenhum registro de execução concretizado no tocante ao exercício 2013, considerando que apenas 02 (dois) convênios celebrados no exercício, tiveram como objeto pactuado Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, e ambos, não chegaram a ter parcelas de recursos liberadas.

b) Índice de Provimento de PDA/PRA

No exercício de 2013 foi aprovado apenas 2 PRA's, resultando no índice de 0,20% de Planos aprovados pela SR (12). O baixo índice é refletido em virtude das necessidades de ajustes nos Planos elaborados nos exercícios anteriores, conforme exigido nos normativos que regulam a elaboração desses. Por outro lado, no exercício não foi contratado a elaboração de PDA/PRA em virtude da revogação da Resolução CONAMA Nº. 387 pela Resolução CONAMA Nº 458, de 16 de julho de 2013, desobrigando o licenciamento por assentamento e remetendo para o licenciamento por atividades realizadas e empreendimentos instalados no interior dos assentamentos. Contudo, a CONAMA Nº. 458/2013 não define o instrumento que será utilizado para obtenção do licenciamento quando se tratar de assentamentos da reforma agrária. Por isto, a SR mantém suspenso, a contratação de elaboração de PDA/PRA até que seja definido o novo instrumento para tal finalidade.

O PDA/PRA reconhecido como instrumento de planejamento do assentamento, vem sendo, paulatinamente, substituído pelos planejamentos de dimensão micro nos assentamentos a partir do serviço da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER disponibilizado às famílias. Tal medida tem apresentado impacto, reduzindo despesas com o orçamento do Programa de ATER para tal fim e proporcionando maior eficiência na gestão das ações demandadas pelas famílias para o desenvolvimento dos assentamentos.

c) Índice de Acesso à moradia nos assentamentos

No decorrer do ano de 2013, apesar da Portaria Nº. 352, de 18 de junho de 2013, art.2º que determinou o recolhimento dos recursos financeiros do Crédito Instalação depositados pelo INCRA nas contas bancárias abertas para esse fim, foram efetivamente concluídas 1.479 habitações para beneficiários da Reforma Agrária no Maranhão, um aumento superior a 194% em relação ao ano de 2012.

d) Número de Contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de Crédito voltada à produção

Em 2013 foram atendidas 7.253 declarações, englobando DAP's tipo “A”, “A/C”, “B”, “Estiagem”, “Renegociação”, “Jovem”, “Custeio Agrícola”, “Jurídica” e “Provisória”. Quanto ao número de contratos firmados pelas famílias, não podemos fornecer esta informação, visto que as instituições financeiras, não repassam a quantidade dos financiamentos efetivados.

e) Índice de provimento de Assistência Técnica

Diante do elevado número de famílias no nível de agregação da SR(12), 125.563 famílias, o referido índice de provimento representa somente 15,2%. Tal índice reflete a dificuldade enfrentada na regional, com insuficiência de servidores para operar junto a gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados para a prestação do serviço às famílias, dificultando, consequentemente a ampliação de disponibilidade do serviço.

f) Índice de Parcelas Supervisionadas

O número de famílias assentadas, a quantidade de projetos de assentamentos, a capacidade operacional do Órgão e a descentralização orçamentária insuficiente e sem periodicidade, refletiram no alcance da meta e, consequentemente, no índice de parcelas supervisionadas.

g) Índice de Consolidação de Assentamentos

A SR-12 não consolidou projetos de assentamentos em 2013, visto que para realização desta ação, há necessidade de cumprimento de uma série de requisitos como, por exemplo, o fornecimento de Infraestrutura Básica e Georreferenciamento/Demarcação das parcelas dos projetos de assentamentos, entre outros. A Divisão de Desenvolvimento iniciou mapeamento daqueles assentamentos que apresentam melhores condições para que as famílias assentadas sejam emancipadas. Então, em 2014 e 2015 estes assentamentos serão priorizados com atividades de desenvolvimento, principalmente, nas ações de fortalecimento da produção como crédito Fomento, Fomento Mulher, PRONAF, TerraSol e Terra Forte, visando sua consolidação.

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR.	0,0%
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte: Módulo de monitoramento.	0,2%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	54,74%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	--

*Não foi possível identificar o número de PRONAF contratado, especificamente, para o público assentado da Reforma agrária, pois as informações que estão sendo encaminhadas pelo Banco Central ao MDA, não permitem tal segregação.

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (continuação).

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	1,2%
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	2,39%
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	0,00%

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

No exercício 2013 inúmeras demandas foram apresentadas e passaram a fazer parte de um banco de dados organizado em planilha a ser compartilhada com a FUNASA para que esta, na função de gestora do Programa Água para Todos do Ministério da Integração, atenda com maior eficiência e equidade as famílias assentadas. A SR(12) continua a atender demandas por água através de convênios celebrados com as Prefeituras, legalmente aptas e adimplentes perante as Fazendas Públicas, desde que apresentem propostas que atendam a requisitos técnicos e legais, sendo que no exercício 2013 apenas 02 (dois) convênios foram celebrados para atender a demandas por água (SICONV nº 787203/2013 e 787335/2013_Tabela 10) contemplando comunidades com a futura implantação de 10 (dez) Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Não se aplica.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

No exercício 2013 não houve atividades relacionadas diretamente ao cumprimento das condicionantes das licenças ambientais em vigor, tendo em vista, que a maioria diz respeito à promover assistência técnica, educação ambiental, elaboração de Plano de Utilização e/ou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento PDA. Para cumprimento dessas condicionantes, além da necessidade de envolver outros setores, envolve também, recursos financeiros que não foram disponibilizados/descentralizados para o Serviços de Meio Ambiente. Foi solicitado em 2013, ao Serviço de ATES desta SR, a inclusão dos assentamentos licenciados na Chamada de ATER, para, entre outras ações, atender também ao cumprimento das condicionantes das licenças ambientais. Ao final do processo 7 (sete) assentamentos foram contemplados em janeiro/2014: PA FRANCISCO ROMÃO e PDS JOÃO DO VALE no município de Açailândia, PAE SANTA CRUZ IMPERIAL, PAE SANTANA RAPOSO I e SANTANA RAPOSO III, no município de Monção, o PAE LEITE, no município de Itapecuru Mirim e PA SANTA BÁRBARA, em Viana.

Porém, com a perspectiva de implantação do CAR no estado do Maranhão, cujos recursos para inserção dos assentamentos do INCRA, já foram previstos nas planilhas do Programa Assentamentos Verdes – PAV, espera-se atender a maioria das condicionantes ambientais.

4 Prestação Direta de Serviços ao Públíco

4.1 Demonstraçao dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

A Sala da Cidadania é o setor no qual os cidadãos podem ter acesso às informações sobre os serviços prestados pelo INCRA, tanto pessoalmente quanto através do telefone ou correio eletrônico. Tem por atribuição promover a melhoria do atendimento prestado, centralizando no mesmo espaço físico, o fornecimento de informações e serviços de forma ágil e eficiente aos usuários e demais interessadas na reforma agrária. Em busca da máxima eficiência em atender ao público, removendo as dúvidas e aplicando soluções às demandas apontadas, a Sala da Cidadania tem um sistema de gestão de qualidade através do qual controla e avalia o atendimento. O setor conta, ainda, com banco de dados e sistemas informatizados, através dos quais, de maneira imediata, qualquer pessoa pode ter acesso a informações consolidadas sobre a reforma agrária no Brasil, bem como aos serviços prestados pela instituição.

Os principais serviços prestados pela Sala da Cidadania são: recepção de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP), Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), declarações para concessão de benefícios do INSS, esclarecimentos sobre reforma agrária e atualizações de dados no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Abaixo, estão listados os principais resultados obtidos em 2013, no atendimento ao público externo:

- Informações Gerais: 690
- Certidões SIPRA: 1.230
- Solicitações RB: 150
- Formalização Processos para o SIPRA: 285
- Processos Cadastrados de Georreferenciamento: 426
- Processos distribuídos e Analisados: 332
- Processos com pendências: 104
- DP'S do Cadastro Rural Recepionados: 950
- Emissão de CCIR: 858

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

As principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados referentes a esta área de atuação da SR, são:

- Acompanhamento e revisão dos dados de execução física inseridos no Módulo de Monitoramento. Tal instrumento permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas

informações disponibilizadas, bem como, no conhecimento das realidades locais, possibilitando ainda, apoiar a formulação de estratégias para o pleno desenvolvimento das ações.

Através do Módulo, podem ser acompanhadas, do ponto de vista físico e financeiro, as Ações contidas nos diferentes Programas. A aferição dos dados permite também atender às exigências dos órgãos de controle (CGU e TCU), gerando informações e indicadores para a composição dos relatórios demandados pela instituição, em especial, o Relatório de Gestão elaborado de forma individual por cada SR;

- Homologação dos dados da execução física por parte do Superintendente. De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 03 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física inseridos no Módulo de Monitoramento são validados pelos Superintendentes Regionais e, por sua vez, as Diretorias acompanham e analisam, por meio dos relatórios do sistema, a evolução da execução de cada SR, de forma a eventualmente propor retificação de algum dado inserido;

- Auditoria de dados e visita técnica realizada pela Auditoria Interna do INCRA, equipe da DEA e Asseguradores do Planejamento convidados de outras regionais; e
- Controles realizados pela Divisão de Administração acerca dos convênios e contratos celebrados.

5 Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Tabela 11: Demonstrativo da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência

UNIDADE	QUANTIDADE
1. SR12/MA	254
1.1 - Divisão de Administração	53
1.2 - Divisão de Desenvolvimento	77
1.3 - Divisão de Ordenamento Fundiário	42
1.4 - Gabinete	32
1.5 - Divisão de Obtenção	30
1.6 - Terra Legal	20
2 - Unidades Avançadas	86
2.1 - U.A. Bacabal	7
2.2 - U.A Barra do Corda	12
2.3 - U.A Imperatriz	28
2.4 - U.A Pindadé	39
3 - Total = (1+2)	340

Fonte: RH/SR/12, 2013.

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

A SR(12) do INCRA, como toda organização, vem procurando dar importância ao clima organizacional, pois ele influencia a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho, criando tipos de expectativas sobre as quais se seguem consequências.

Embora o gestor não tenha muitas condições pessoais de intervir e de modificar a cultura organizacional da entidade, ele tem plenas condições de alterar e melhorar o clima organizacional pela confiança e pela segurança dos seus servidores. Procurando efetivar a melhora do clima organizacional, foram feitas as seguintes ações:

- Melhora no sistema de refrigeração das salas de trabalho pela instalação de novos aparelhos, proporcionando maior conforto aos servidores e usuários dos serviços;
- Limpeza mais efetiva nas instalações, mantendo condições mais satisfatórias de sanidade e bem estar dos servidores;
- Cursos de capacitação visando melhorar a eficiência dos servidores em seus trabalhos efetivados em cada setor;
- Compra de bebedouros para satisfação dos servidores/usuários e proporcionando economia e ganho ambiental;
- Ativação de câmaras de segurança proporcionando maior segurança aos servidores e controle de violência;
- Controle das cargas dos extintores de incêndio e sinalização, visando dar maior segurança aos servidores e usuário dos serviços; e
- Compra de mobiliário (mesas, armários, arquivos e cadeiras) para substituição dos móveis inservíveis e disponibilização para os novos servidores contratados no Concurso INCRA/2010.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

O desempenho é uma consequência do estado motivacional e do esforço individual para realizar as tarefas e atingir os objetivos das organizações. Para promover a modernização e atualização da Instituição, o INCRA tem promovido capacitações para produzir quatro (4) tipos de mudanças de comportamento, são elas:

1. Transmissão de informações;
2. Desenvolvimento de habilidades;
3. Modificação de atitudes; e
4. Desenvolvimento de conceitos.

A demonstração de resultados pode ser averiguada na tabela a seguir:

Tabela 12: Resultados obtidos após promoção de capacitação pela Instituição

Cursos	Nº de Capacitados	Resultados Obtidos
PAD – Formação de Comissões	03	Abertura de 07 procedimentos disciplinares
Capacitação de SICONV	06	Avanço nas análises de prestação de contas de convênios no SICONV.
Licitação Sustentável	03	Melhoramento nos procedimentos de licitação na SR, com a inclusão de políticas sustentáveis nas licitações.

5.4 Recursos Humanos da Unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	266	266	31	43
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	266	266	31	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	264	264	31	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	72	72	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração	2	2	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	340	340	33	43

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados).

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	172	34
1.1 Voluntária	153	33
1.2 Compulsória	05	01
1.3 Invalidez Permanente	14	00
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	68	00
2.1 Voluntária	64	00
2.2 Compulsória	03	00
2.3 Invalidez Permanente	01	00
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	240	34

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados.

Obs: 23 aposentadorias ocorridas em dez/2013 registradas após o fechamento da folha de pagamento.

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	55	04
1.1. Integral	36	02
1.2. Proporcional	19	02
2. Em Atividade	43	03
3. Total (1+2)	98	07

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados.

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	18	18	18	R\$ 93.889,03
1.1 Área Fim	4	9	10	10	R\$ 45.640,34
1.2 Área Meio	8	9	8	8	R\$ 48.248,69
2. Nível Médio	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	12	18	18	18	R\$ 93.889,03

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados.

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total R\$
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	18.413.633,23	270.575,88	1.552.695,01	521.136,44	3.214.681,65	1.717.084,17	3.833,24	69.350,51	19.000,94	25.781.991,07
Servidores Celetistas (ex-colone)	2.717.732,28	-	227.101,55	78.323,28	92.426,74	-	-	-	-	3.115.583,85
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	104.323,09	-	-	23.468,50	-	-	-	-	127.791,59
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	-	5.139,72	-	-	-	-	-	-	-	5.139,72
TOTAL R\$	21.131.365,51	380.038,69	1.779.796,56	599.459,72	3.330.576,89	1.717.084,17	3.833,24	69.350,51	19.000,94	29.030.506,23

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados.

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

UNIDADE CONTRATANTE												
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA/MA												
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						CNPJ: 00.375.972/0015-66						
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2009	11	O	MAFRA 10.000/20009	08.779.593/0001-48	01/07/2013	30/06/2014	-	-	32	32	-	-
2009	6	O	MAFRA 11.000/20009	08.779.593/0001-48	01/07/2013	30/06/2014	1	1	-	-	-	-
2009	12	O	MAFRA 11.000/20009	08.779.593/0001-48	01/07/2013	30/06/2014	3	3	-	-	-	-
2011	7	O	SUPRITECH 2.000/2011	10.325.416/0001-33	01/02/2013	30/09/2013	-	-	2	2	-	-
2010	2	O	O S SOUSA 10.000/2010	11.794.559/0001-77	19/11/2013	18/11/2014	-	-	14	14	-	-
2011	9	O	POLO 15.000/2011	03.202.303/0001-67	09/11/2013	08/11/2014	-	-	3	3	-	-
2011	3	O	LINUXELL 16.000/2011	02.539.643/0001-33	09/11/2013	08/11/2014	-	-	4	4	1	1
2013	7	O	SUPRITECH 22.000/2013	10.325.416/0001-33	01/10/2013	30/09/2014	-	-	2	2	-	-
2008	9	O	EME -6.000/2008	00.875.943/0001-68	01/01/2013	31/12/2013	-		7	7	-	-
2008	9	O	MAFRA -16.000/2008	08.779.593/0001-48	28/10/2012	27/10/2013	28	18	3	3	-	-
					28/10/2013	31/12/2013						
2011	1	O	MASV - 3.000/2011	04.673.864/0001-25	01/02/2012	31/01/2013			33	33	-	-
Observação: O Contrato da Mafra nº 11/2009, refere-se a contratação de 01 repografista, 01 jardineiro e 02 arquivistas. No que trata o Acórdão TCU nº 1.250/2006-P, não temos contratações de terceirizados irregulares no âmbito do Incra/Ma.												
EME - Contrato 6.000/2008 - Limpeza e conservação das Unidades Avançadas Jurisdicionadas á SR-12/MA												
Mafra - Contrato 16.000/2008 - Limpeza e conservação da Superintendência do MA												
Masv - 3.000/2011 - Serviços de Vigilância Armada da Sede e Unidades Avançadas de Bacabal/Barra doCorda/Imperatriz e Pindaré.												
LEGENDA												
Áreas: 1. Segurança; 2. Transporte; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras (01 jardinagem e 02 - arquivista)												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												

Fonte: SR(12)Administração/ Incra/Ma

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão*	-
Desligamento*	-
Concessão de aposentadoria	34
Concessão de pensão	10
Total	54

Fonte: SR/12/RH

* Dados a serem informados no Relatório de Gestão do INCRA/SEDE.

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

Segue abaixo gráficos referentes às perspectivas de aposentadorias no órgão a nível central.

A. PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA

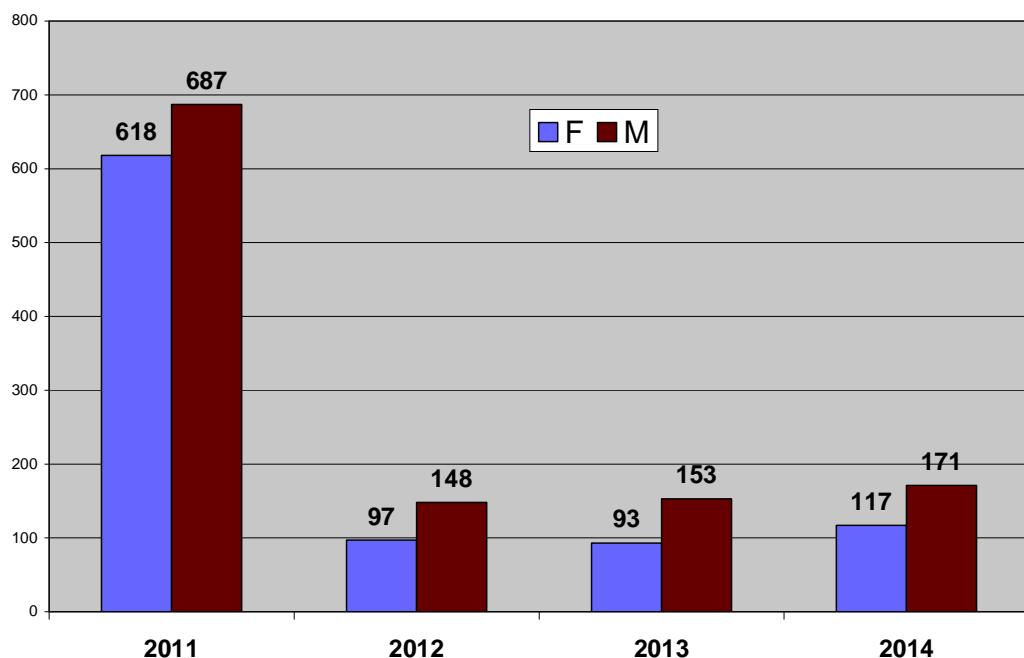


FIGURA 2: Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por sexo/exercício

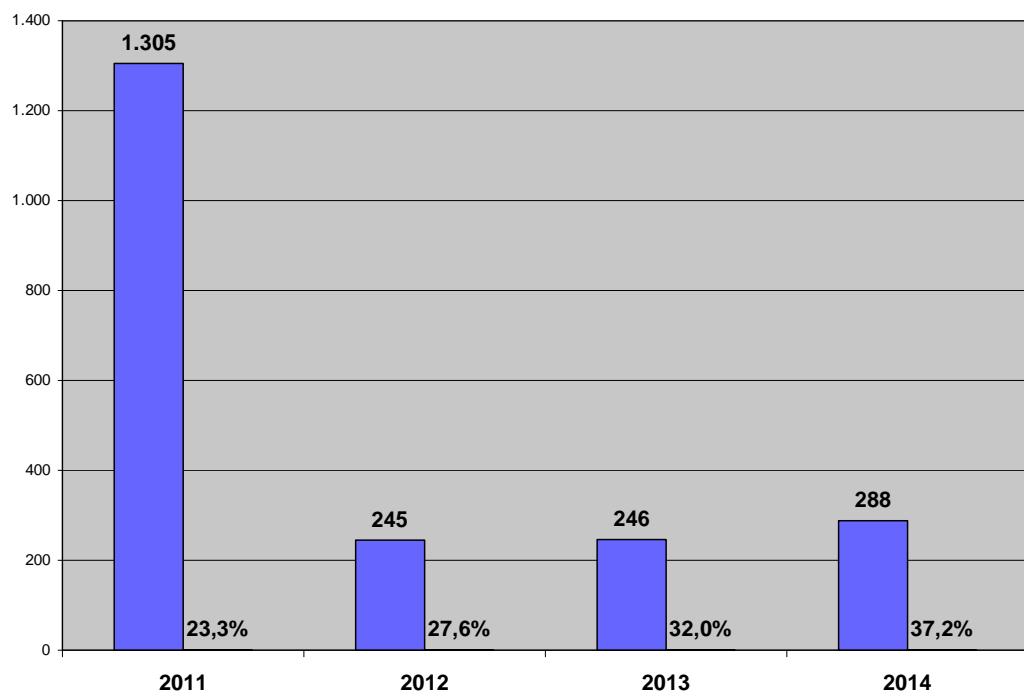


FIGURA 3: Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por exercício com percentual acumulado em relação à força de trabalho total.

B. EGRESSO DE NOVOS SERVIDORES

CARGO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS	MANTIDOS	EGRESSOS/INGRESSOS
ARDA - ENGENHARIA CIVIL	37	33	24	9	72,73%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - ANÁLISE DE SISTEMAS	47	37	24	13	64,86%
ENGENHEIRO	28	28	14	14	50,00%
CONTADOR	66	51	25	26	49,02%
ANALISTA ADMINISTRATIVO	132	123	56	67	45,53%
TECNICO ADMINISTRATIVO	125	108	45	63	41,67%
ADMINISTRADOR	45	44	16	28	36,36%
ARDA - ARQUITETURA	8	6	2	4	33,33%
ESTATÍSTICO	9	6	2	4	33,33%
ARDA - ANTROPOLOGIA	42	38	11	27	28,95%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - JORNALISMO	45	42	12	30	28,57%
ECONOMISTA	34	33	9	24	27,27%
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACAO RURAL	46	46	11	35	23,91%
ARDA - ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	475	469	102	367	21,75%
ARDA - ENGENHARIA FLORESTAL	53	47	10	37	21,28%
TECNICO REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	237	184	39	145	21,20%
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	31	29	6	23	20,69%
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	30	30	6	24	20,00%
ENGENHEIRO AGRONOMO	602	597	84	513	14,07%
ARDA - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA	39	23	3	20	13,04%
ASSISTENTE SOCIAL	30	31	4	27	12,90%
GEOGRAFO	25	26	3	23	11,54%

FIGURA 04: Demonstrativo da rotatividade de servidores por cargo (ingressos/egressos).

Fica claramente demonstrado a insuficiência de recursos humanos. Em decorrência, ocorre a priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

No decorrer do exercício seguinte deverá ocorrer a nomeação dos candidatos classificados no concurso público realizado em 2010 para o provimento de 550 (quinhetas e cinqüenta) vagas, sendo que este Instituto já obteve autorização para a nomeação de 150 (cento e cinqüenta) candidatos, bem como já encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a devida solicitação de autorização para a nomeação dos demais 400 (quatrocentos) candidatos.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão administrativa não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão, coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação (128)*, dividida pela quantidade total de funcionários (340) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	37,65%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos (4.271h)* recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação (340).	Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	12,56 hs

Fonte: RH/SR12, 2013 e Módulo de Monitoramento do SIR.

*OBS: As informações relativas a essa Ação representam “oportunidades de capacitação”, ou seja, se um mesmo servidor realizar diversas atividades de capacitação no decorrer do exercício, todas serão contabilizadas, podendo inclusive ocorrer um maior número de “oportunidades de capacitação” realizadas do que de servidores lotados na SR. (Fonte: Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação).

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

A força de trabalho da SR12/MA está reduzida e 25% dela têm condições para aposentadoria imediata. Entre os principais entraves para manutenção da força de trabalho estão: Baixa remuneração dos servidores (as) e Estrutura organizativa incompleta.

Desta forma, como alternativas de mudança neste cenário, podemos destacar:

- Realização de Concursos Públicos regulares para o provimento gradual de cargos efetivos no Quadro de Pessoal do INCRA no período de 2012/2014;
- Promoção de reajustes da remuneração básica dos cargos que integram o Quadro de Pessoal do INCRA;
- Ajustar a estrutura organizacional do INCRA às demandas institucionais da reforma e desenvolvimento agrário e ordenamento fundiário;
- Recomposição/Incremento organizativo das Superintendências Regionais.

A política de recrutamento de servidores fica a cargo do INCRA SEDE/DF. Em 2013, foram招募ados por meio da prorrogação do Concurso Público realizado em 2010, cerca de 330 novos servidores públicos, sendo cerca de 70% destes lotados nas Superintendências da Amazônia Legal. Com relação à estrutura das carreiras existentes no INCRA, enquanto a maioria das carreiras do Governo Federal obteve 15,76% de aumento, houve aumento nos níveis mais elevados das carreiras do INCRA em até 45% nos três anos.

Há ainda a necessidade de reforço, sobretudo na entrada das carreiras de nível superior, para atrair mais servidores de qualidade. Conforme andamento dos últimos reajustes, as carreiras de nível superior do INCRA superarão o patamar de R\$ 10 mil, no fim de carreira (Figura 05).

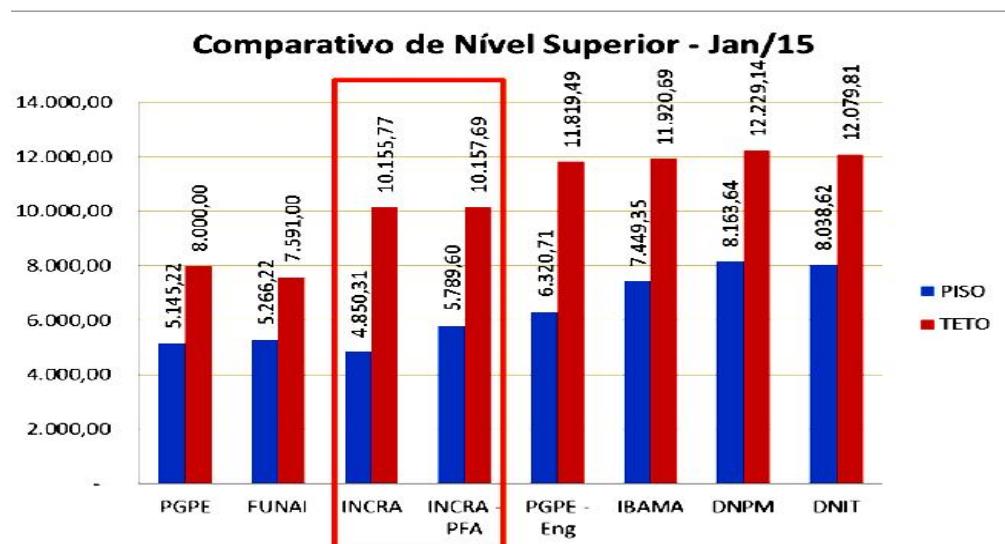


FIGURA 05: Comparativo dos reajustes de nível superior em diferentes órgãos do Governo.

6 Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Os quadros abaixo (19 e 20) mostram a realidade de todos os Convênios que atualmente se encontram na situação e A APROVAR e/ou A COMPROVAR.

Ressalta-se que estão sendo providenciadas as análises de todas as prestações de contas dos convênios assinados pela SR, pois, atualmente, há um quadro permanente de 05 Analistas que trabalham exclusivamente nesta atividade, sendo 03 Contadores, 1 Economista e 1 Administrador.

Em relação às prestações de contas na situação A APROVAR, cujo prazo de vigência está expirado, faz-se necessário cumprir o ACORDÃO/TCU/PLENÁRIO/ Nº. 578/2010, visando zerar o estoque de Convênios assinados ainda sobre a égide de IN Nº. 01/1997. Contudo, já ocorrem trabalhos visando eliminar o estoque de convênios assinado no âmbito do SICONV, com análise de prestação de contas de 21 convênios, onde todas as medidas administrativas estão sendo tomadas para sanar todas as irregularidades e/ou impropriedades encontradas nas referidas prestações de contas, desde: notificação via SICONV, notificações via OFÍCIOS expedidos pelo Gabinete da SR, inscrição na condição de inadimplente, instauração de tomada de contas especial, além de outras medidas administrativas que visem a proteger ao erário.

Atualmente, encontra-se em análise um total de 29 prestações de contas de convênios SICONV, 03 convênios SIAFI e 04 convênios na situação de ENVIADO PARA COMPLEMENTAÇÃO, onde as convenentes devem anexar novos documentos solicitados pelo Setor de Contabilidade, no tocante a problemas que devem ser sanados na Execução Financeira.

Em 2014 a SR12/MA trabalhará com a meta de zerar o estoque de convênios vencidos que estão na situação de APROVAR, e já providenciou a notificação das convenentes que deveriam ter prestado contas. Segue abaixo plano detalhado de execução para 2014:

Tabela 13: Estoque de Convênios: Plano detalhado de execução para 2014

Mês	Nº. de Convênios a ser trabalho em 2014	Trabalho a ser executado
Janeiro	1 Convênio SIAFI - 1 Convênio SICONV	Análise de Prestação de Contas
Fevereiro	1 Convênio SIAFI - 1 Convênio SICONV	Análise de Prestação de Contas
Março	1 Convênio SIAFI - 1 Convênio SICONV	Análise de Prestação de Contas
Abril	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Maio	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Junho	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Julho	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Agosto	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Setembro	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Outubro	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Novembro	2 Convênios SICONV	Análise de Prestação de Contas
Dezembro	Verificar Meta Estabelecida em 2014	Elaboração de Relatório Final

Informa-se também, que serão realizadas reanálises em decorrência direta de novas situações e/ou conhecimentos que venham surgir durante o exercício. Além da verificação de todas as respostas apresentadas pelos convenentes quanto às impropriedades e/ou irregularidades constatadas na execução financeira dos convênios.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA										
CNPJ: 00.375.972/0015-66			UG/GESTÃO: 373040/37201							
MOD.	INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO	
			GLOBAL (R\$)	CONTRAPARTIDA (R\$)	NO EXERCÍCIO (R\$)	ACUMULADO ATÉ EXERCÍCIO (R\$)	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (R\$)	INÍCIO (R\$)	FIM (R\$)	
1	510281	ASSOCIACAO SANTA LUZIA DOS PEQUENOS PR	5.138.430,00	513.843,00	-	4.363.026,00	4.363.026,00	10/set/04	10/ago/14	1
1	602109	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ	1.928.763,84	192.552,38	432.856,38	1.736.211,46	1.303.355,08	1/jun/09	31/dez/13	1
1	636752	PASSAGEM FRANCA/REFEITURA MUNICIPAL	1.737.321,78	173.732,18	-	781.794,80	781.794,80	2/jul/09	31/dez/13	1
1	704656	ACAILANDIA PREFEITURA MUNICIPAL	2.020.758,95	161.660,72	-	1.487.278,59	1.487.278,59	1/12/2009	30/6/2014	1
1	704680	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO	2.474.992,41	123.749,62	-	1.403.432,09	1.403.432,09	20/12/2009	30/6/2014	1
1	704681	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS	669.797,74	20.093,93	324.851,90	649.703,81	324.851,91	28/11/2009	31/12/2013	1
1	704692	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	1.769.000,00	141.520,00	1.302.536,00	1.302.536,00	-	30/11/2009	30/6/2014	1
1	704696	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONCAO	1.074.244,38	32.227,33	-	842.173,08	842.173,08	22/12/2009	30/7/2014	1
1	704700	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	1.010.708,00	80.856,64	792.961,98	792.961,98	-	30/11/2009	30/6/2014	1
1	704718	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU	1.140.433,03	57.021,65	-	812.558,55	812.558,55	1/12/2009	30/6/2014	1
1	704722	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELANDIA	426.932,00	17.077,28	-	204.927,36	204.927,36	25/11/2009	30/6/2014	1
1	705520	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	725.549,82	14.549,82	-	-	328.262,87	1/12/2009	30/6/2014	1
1	705734	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	802.665,81	16.500,00	-	230.000,00	230.000,00	1/12/2009	30/6/2014	1
1	706958	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIACU	2.825.312,28	56.506,25	-	2.174.180,93	2.174.180,93	7/12/2009	31/12/2013	1
1	707008	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELANDIA	1.015.367,40	40.614,70	-	774.752,70	774.752,70	1/12/2009	30/6/2014	1
1	707745	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME	1.471.086,85	41.086,85	-	1.215.500,00	1.215.500,00	30/11/2009	30/6/2014	1
1	708383	PASSAGEM FRANCA-PREFEITURA MUNICIPAL	858.687,22	25.760,62	263.783,71	832.926,60	569.142,89	25/11/2009	31/12/2013	1

1	719010	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MA	681.033,82	81.033,83	-	359.999,99	359.999,99	21/12/2009	30/6/2014	1
1	720197	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRINZAL	913.485,00	18.269,70	-	-	-	24/12/2009	30/6/2014	1
1	720515	ASSOC. EDUC. E MEIO AMBIENTE	5.393.851,00	166.222,75	-	5.227.628,25	5.227.628,25	16/12/2009	28/2/2014	1
1	733698	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA	1.386.355,44	27.727,44	-	650.000,00	650.000,00	21/6/2010	30/6/2014	1
1	733699	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA	2.045.000,00	45.000,00	400.000,00	2.000.000,00	1.600.000,00	21/6/2010	31/12/2013	1
1	734063	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI BRAVO	2.711.788,96	82.599,56	518.821,49	2.629.189,40	2.110.367,91	21/6/2010	31/12/2013	1
1	736983	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	1.570.800,77	31.416,02	-	1.539.384,75	1.539.384,75	1/12/2010	30/6/2013	1
1	738418	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANDIA	1.546.392,02	46.392,02	320.905,94	320.905,94	-	28/6/2010	31/10/2014	1
1	755910	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.842.275,75	36.845,52	455.430,23	1.805.430,23	1.350.000,00	1/9/2011	31/12/2013	1
1	759553	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MA	672.614,57	20.000,00	-	388.714,46	388.714,46	20/12/2011	31/5/2014	1
1	759791	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	1.275.476,44	25.509,53	-	1.249.966,91	1.249.966,91	28/12/2011	30/6/2013	1
1	762692	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA	798.231,49	15.964,63	-	782.266,86	782.266,86	26/12/2011	30/6/2013	1
1	763223	PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILANDIA	2.098.994,00	98.994,00	-	1.300.000,00	1.300.000,00	26/12/2011	28/2/2014	1
1	763337	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDSON LOBÃO	1.500.000,00	60.000,00	-	-	-	26/12/2011	31/10/2014	1
1	763366	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE	2.040.816,33	40.816,33	600.000,00	1.600.000,00	1.000.000,00	26/12/2011	30/6/2014	1
1	763381	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHAO	2.897.157,08	231.772,57	666.346,12	1.999.038,36	1.332.692,24	26/12/2011	30/4/2014	1
1	764044	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DO ROSARIO	2.112.111,66	168.968,93	777.257,18	1.943.142,73	1.165.885,55	26/12/2011	31/5/2014	1
1	764060	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA	1.175.253,22	30.000,00	325.000,00	1.145.253,22	820.253,22	26/12/2011	31/12/2013	1
1	764470	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO	788.712,90	31.548,51	227.149,31	757.164,39	530.015,08	26/12/2011	31/12/2013	1
1	764672	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.823.869,85	36.477,40	514.956,98	1.014.956,98	500.000,00	26/12/2011	31/8/2014	1
1	764718	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.787.889,50	35.757,79	1.000.852,68	1.501.705,36	500.852,68	26/12/2011	30/6/2014	1
1	764805	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE	2.000.000,00	40.000,00	980.000,00	1.470.000,00	490.000,00	29/12/2011	28/2/2014	1

1	766337	PREFEITURA DE CENTRO DO GUILHERME	3.293.143,54	65.862,87	1.927.280,67	3.227.280,67	1.300.000,00	31/12/2011	31/3/2014	1
1	767508	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINOPOLIS	1.500.000,00	30.000,00	-	-	-	30/12/2011	31/10/2014	1
1	767832	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MA	1.546.882,43	61.875,30	-	-	-	30/12/2011	31/10/2014	1
1	768891	PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM ACU	1.391.658,77	27.833,18	500.000,00	-	500.000,00	30/12/2011	30/9/2014	1
1	768895	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES	2.092.249,88	50.000,00		1.361.499,92	1.361.499,92	31/12/2011	30/4/2014	1
1	770305	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO	1.971.540,81	48.086,36	1.282.302,96	-	1.282.302,96	28/11/2012	31/8/2014	1
1	770792	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOES DO NORTE	2.551.700,00	51.100,00	1.000.240,00	-	1.000.240,00	6/7/2012	31/5/2014	1
1	771379	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAJA DO SENA	961.971,49	19.239,43	-	377.092,82	377.092,82	6/7/2012	31/8/2014	1
1	771427	PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA	1.431.521,96	40.000,00	400.000,00	1.060.000,00	660.000,00	6/7/2012	30/6/2014	1
1	771447	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAJA DO SENA	1.369.086,48	27.381,73	536.681,90	-	536.681,90	6/7/2012	31/5/2014	1
1	772179	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAU	937.132,93	37.485,32	299.882,54	-	299.882,54	6/7/2012	31/5/2013	1
1	774544	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	2.050.000,00	50.000,00	1.333.333,34	-	1.333.333,34	16/11/2012	31/7/2014	1
1	777895	PREFEITURA DE MAGALHAES DE ALMEIDA	1.576.867,85	40.000,00	500.000,00	-	500.000,00	21/12/2012	30/6/2014	1
1	777898	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPA DO MARANHAO	3.061.224,49	61.224,49	2.000.000,00	-	2.000.000,00	20/12/2012	30/6/2014	1
1	779106	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DO ROSARIO	816.984,43	16.339,69	-	-	-	20/12/2012	31/10/2014	1
1	797171	MUNICIPIO DE NINA RODRIGUES	511.000,00	11.000,00	-	-	-	30/12/2013	30/6/2014	1
1	793099	ASSOCIACAO, EDUCACAO E MEIO AMBIENTE - EMA	5.999.964,30	60.605,70	-	-	-	30/12/2013	31/12/2015	1
1	795758	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	524.152,28	10.483,05	-	-	-	26/12/2013	30/6/2014	1
1	794184	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	2.084.000,00	84.000,00	-	-	-	27/12/2013	31/7/2014	1
1	789352	MUNICIPIO DE SITIO NOVO	2.754.812,26	110.192,49	-	-	-	23/12/2013	30/9/2014	1
1	787180	MUNICIPIO DE ARAME	1.939.901,48	38.798,03	-	-	-	2/12/2013	30/9/2014	1
1	787335	MUNICIPIO DE ITINGA DO MARANHAO	1.383.860,79	40.306,61	-	-	-	25/10/2013	31/12/2014	1

1	794820	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	2.591.646,19	150.000,00	-	-	-	31/12/2013	30/6/2014	1
1	787473	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	530.000,00	30.000,00	-	-	-	25/10/2013	31/10/2014	1
1	794817	MUNICIPIO DE FORTUNA	2.511.950,34	50.239,69	-	-	-	27/12/2013	30/9/2014	1
1	787214	MUNICIPIO DE CACHOEIRA GRANDE	2.267.094,80	45.342,00	-	-	-	10/12/2013	30/9/2014	1
1	786233	MUNICIPIO DE TURILANDIA	1.941.866,02	38.837,32	-	-	-	1/12/2013	31/8/2014	1
1	787219	MUNICIPIO DE URBANO SANTOS	1.359.596,36	27.191,93	-	-	-	10/12/2013	30/6/2014	1
1	786438	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MA	3.150.997,62	157.549,88	748.361,93	748.361,93	-	21/10/2013	30/9/2014	1
1	787203	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII	2.165.661,36	43.313,23	-	-	-	23/12/2013	30/9/2014	1
1	796087	MUNICIPIO DE LAGO VERDE	1.758.952,63	35.179,05	-	-	-	31/12/2013	30/9/2014	1
1	786233	MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO	949.514,73	18.990,29	-	-	-	21/10/2013	30/6/2014	1
1	787185	MUNICIPIO DE SANTA HELENA	2.079.706,38	41.594,13	-	-	-	18/12/2013	30/9/2014	1
1	796536	MUNICIPIO DE BURITI-BRAVO	702.996,70	14.996,76	-	-	-	31/12/2013	31/7/2014	1
1	792345	MUNICIPIO DE ALCANTARA	1.450.726,72	36.726,72	-	-	-	26/12/2013	30/6/2014	1
TOTAL GERAL			131.362.527,33	4.752.444,75	20.431.793,24	56.391.209,99	49.864.298,23			

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SR(12)MA				
CNPJ: 00.375.972/0015-66 UG/GESTÃO 37040 / 37201				
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)	
Instrumentos vigentes	A aprovar			
	A comprovar	20	R\$	38.658.400,90
	Total	20	R\$	38.658.400,90
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	36	R\$	55.114.131,14
	A comprovar	9	R\$	16.113.860,83
	Total	45	R\$	71.227.991,97

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Foi elaborado pelo INCRA/SEDE um cronograma de registro de imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.

A Diretoria de Gestão Administrativa que orientará às Superintendências Regionais quanto aos procedimentos a serem implementados, obedecendo aos prazos estipulados pelo referido cronograma.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

a) A conta 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos , registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto de 2013, foi concluso o Módulo Cadastro do SNCCI, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa

necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas as dificuldades, no Módulo Cobrança os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória nº. 636, que *dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências*; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido *critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013*.

Diante do fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos.	20/abr/2014	DD
Público Estimado: 23.000 famílias		
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00.	31/mar/2016	DD
Público Estimado: 9.888 famílias		
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação.	31/dez/2017	DD
Público Estimado: 60% das famílias		
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00.	31/mar/2016	DD
Público Estimado: 99% das famílias		
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisa q aps a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 pólos no Brasil, com a participação dos técnicos das SR's que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Credito Instalação - SNCCI e demais procedimentos.

b) A conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual aps realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código CDU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços Administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	-
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/coll. ref.agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Empréstimos Diversos	48807-0	347.979	589.335
TOTAL				31.004.474	39.704.515

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência da Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

No Serviço de Contabilidade da SR(12), segue-se todas as instruções e procedimentos recomendados pela Coordenação Geral de Contabilidade do INCRA/SEDE e pelos órgãos de controle (TCU e CGU), que visam o alcance desses objetivos.

7 Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da Superintendência Regional

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle				X	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
O controle interno da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão é coordenado pelo Gabinete, com apoio da assessoria de Planejamento.					
No entanto o Chefe da Administração e o Setor de Contabilidade, geralmente, são as pessoas responsáveis para atender eventuais diligências de Órgãos de Controle Externo, bem como garantir a execução das atividades gerenciadas por meio de transferências voluntárias (Convênios). E cada Divisão é responsável por responder as Demandas Internas e Externas a que lhes dizem respeito.					
A metodologia de trabalho utilizada para o alcance do resultado apresentado foi a reunião do Comitê de Decisão Regional (CDR) desta Superintendência Regional, composto pela Chefias das Divisões, Assessores do Gabinete e Superintendente Regional/Planejamento/Procuradoria Federal/PFE.					
Entendemos que há uma necessidade de promover uma política de capacitação dos servidores da SR/12 envolvidos nos procedimentos de Controle Interno para que a avaliação dos seus aspectos obtenha melhores índices.					
O monitoramento é realizado com o acompanhamento contínuo das Ações, através do Sistema Interno do INCRA (SIR) no site http://incranel.gov.br/ , ABA Monitoramento e Avaliação.					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

A Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA disponibiliza alguns instrumentos para melhorar a gestão institucional, facilitando o acesso a informações de planejamento e acompanhamento das ações do INCRA. A seguir, a descrição de cada um deles:

1. Acompanhamento da Execução Física e Orçamentária do Plano 2013: Nesta ferramenta dinâmica estão disponíveis as informações de planejamento (Quadros de Metas Físicas e Distribuição de Créditos Orçamentários, aprovados pela Resolução Nº. 12 do Conselho Diretor do INCRA, de 10/06/2013) e de execução física, orçamentária e financeira no exercício de 2013, atualizadas periodicamente. Podem ser acessados relatórios padrão, com possibilidade de aplicação de diversos filtros, assim como é possível construir relatórios customizados. O acesso é realizado através do endereço WEB: <http://relatoriostematicos.incra.gov.br:8080/pentaho/Login>

The screenshot shows the Pentaho reporting interface. The top navigation bar includes 'File', 'View', 'Help', and icons for 'New Analysis View', 'CDE', and 'pentaho'. The main window has a title bar 'New Analysis View' and filters for 'Unidade Gestora / Ação PPA / GND', 'Por SR', and '- Unidade Gestora / Ação PPA / GND'. On the left, a 'Browse' sidebar lists categories like 'Ajuda?', 'Execução Física', 'Execução Orçamentária', 'Quadros de Distribuição de Meta', 'Relatórios do Usuário', 'cde', and 'components'. Below it is a 'Files' sidebar with various report files. The central panel contains a form with dropdown menus for 'Selecionar a Unidade Gestora' (SR.12/MA), 'Selecionar a Ação do PPA' (ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE), 'Selecionar a GND' (3 - Outras Despesas Correntes), 'Selecionar a Data' (2013-11-16), and 'Output Type' (HTML (Single Page)). Buttons for 'View Report' and 'Auto-Submit' are at the bottom. The bottom panel displays the report results for 'GND' under 'Unidade Gestora: SR 12/MA' on '16-11-2013'. The report header includes the INCRA logo and the text: 'MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO', 'INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA', and 'DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA'. The main section is titled 'Execução Orçamentária 2013'. The data table has columns: Ação, PO, Provisão Recebida, Destaque Concedido, Empenhado, % E / P, Liquidado, % L / E, Pago, and % Pg / L. Three rows of data are shown:

Ação	PO	Provisão Recebida	Destaque Concedido	Empenhado	% E / P	Liquidado	% L / E	Pago	% Pg / L
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	R\$ 4,605,898.00	R\$.00	R\$ 4,265,633.00	92.6%	R\$ 4,025,516.00	94.4%	R\$ 4,023,391.00	99.9%
2000	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	R\$ 72,026.00	R\$.00	R\$ 72,026.00	100%	R\$ 72,026.00	100%	R\$ 72,026.00	100%
2000	FORMULAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	R\$ 565,746.00	R\$.00	R\$ 519,790.00	91.9%	R\$ 506,461.00	97.4%	R\$ 506,461.00	100%

FIGURA 06: Janela do *software* utilizado no acompanhamento dos relatórios temáticos.

2. Painel de Assentamentos da Reforma Agrária: Possibilita a consulta a várias informações sobre os projetos de assentamento da Reforma Agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA, com acesso a políticas como o Bolsa Família, ATER, Bolsa Verde, infraestrutura, além das informações básicas mantidas no SIPRA. É possível visualizar as informações dos assentamentos agrupados nas Rotas de Desenvolvimento - Brasil Sem Miséria, Assentamentos Verdes e Estruturação Produtiva - bem como, aplicar diversos filtros. O acesso é realizado através do endereço WEB: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/>

PAINEL DOS ASSENTAMENTOS

Todos os assentamentos
Possui informações sobre todos os assentamentos da Reforma Agrária com dados do PAC II, Cad Único e ATES.

Rota Brasil Sem Miséria
Possui informações somente dos assentamentos da Reforma Agrária prioritários para o Programa Brasil Sem Miséria com dados dos assentamentos prioritários para Minha Casa Minha Vida, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), Fomento, Bolsa Verde e Água Para todos.

Rota Assentamentos Verdes
Possui informações somente dos assentamentos do Programa Assentamentos Verdes, com dados de PAC II, ATES e Bolsa Verde.

Rota Estruturação Produtiva
Possui informações somente dos assentamentos com proposta para o Programa Terra Forte e dados sobre DAP.

Escolha a área de interesse: Clique para selecionar

PAINEL DOS ASSENTAMENTOS

Escolha a área de interesse: SR 12 - Maranhão

Clique na rota de interesse: Todos os assentamentos Rota Brasil Sem Miséria Rota Assentamentos Verdes Rota Estruturação Produtiva

TODOS OS ASSENTAMENTOS

Nº de assentamentos	987
Nº de famílias assentadas	128.290
Área de assentamentos (ha)	4.666.213,23
PA com mais de dez anos	Nº de assentamentos 650 Nº de famílias assentadas 95.992
PA com menos de dez anos	Nº de assentamentos 337 Nº de famílias assentadas 32.298
Territórios da Cidadania	Nº de assentamentos 644 Nº de famílias assentadas 71.035
PAC	Nº de municípios beneficiados 109 Nº de assentamentos 637 Nº de famílias assentadas 78.109
CADúnico - Nº de famílias assentadas cadastradas	86.061
Bolsa Família - Nº de famílias assentadas beneficiadas	65.853
Renda CAD menor que 70 - Nº de famílias assentadas cadastradas	63.498
Famílias com ATES contratados 2013	1.516

FIGURA 07: Janelas do aplicativo utilizado na consulta aos projetos de assentamento.

3. Evolução das Metas de Avaliação de Desempenho - Parcela Institucional: Atualizado bimestralmente, este relatório permite o acompanhamento da evolução das metas globais e intermediárias (de cada superintendência regional e diretorias) da parcela institucional da Avaliação de Desempenho - Ciclo 2013/2014. Destaca-se que a fonte das informações é a mesma da execução física dos relatórios de acompanhamento do plano 2013 (item 1), porém ajustadas ao período do ciclo de avaliação, que começa em maio de cada ano e termina em abril do ano seguinte.

Está publicado na INCRA.net, no mesmo link, o Manual de Indicadores, que mostra como é feito o cálculo de cada indicador e fonte dos dados utilizados. O acesso é realizado através dos endereços Incranet http://incranet/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=255&Itemid=178; e WEB (com login) http://wiki/images/4/46/Avalia%C3%A7%C3%A3o_Institucional_maio-agosto_2013_1.pdf

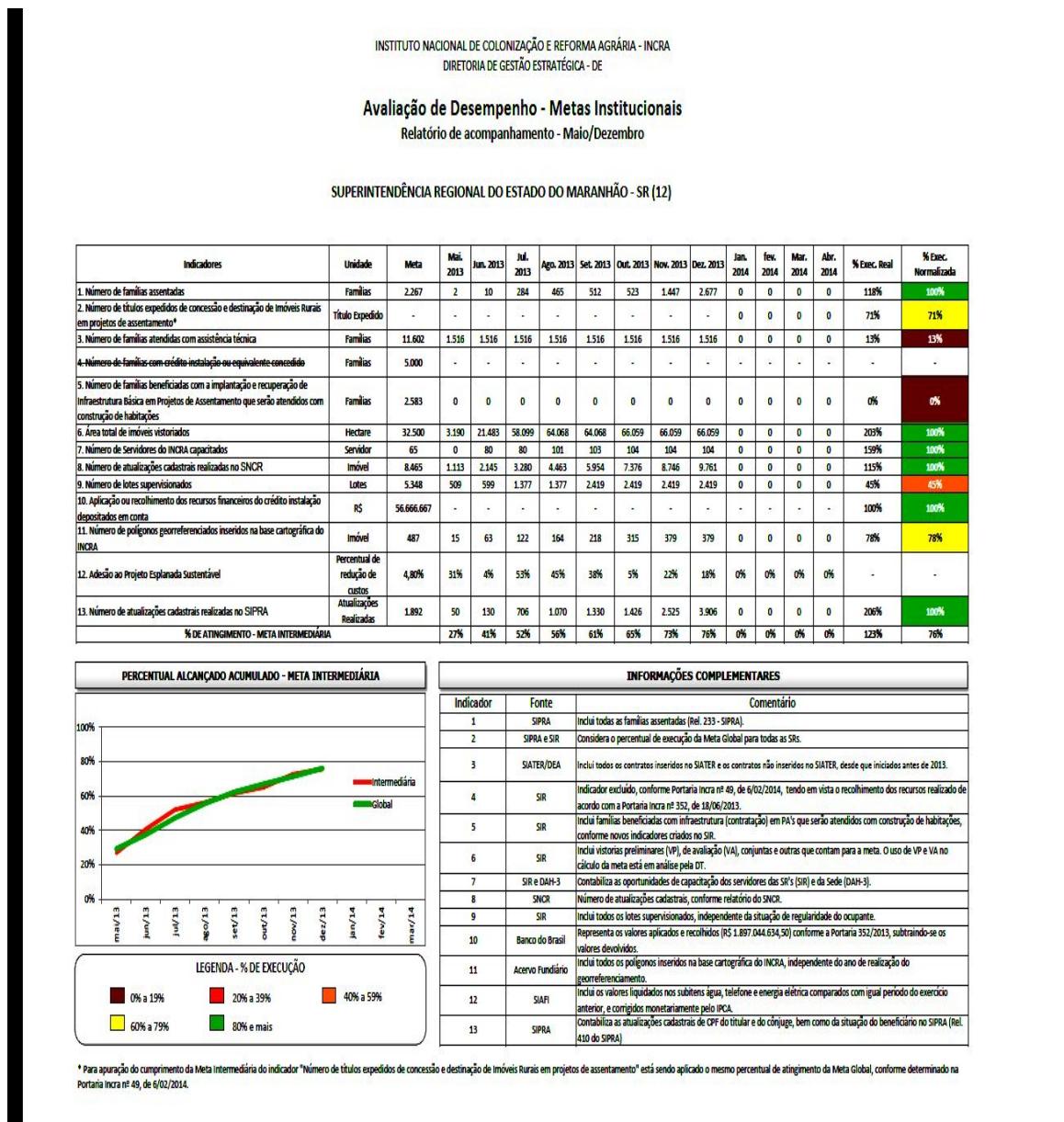


FIGURA 08: Janela do relatório de Avaliação de Desempenho – Metas Institucionais.

4. Relatórios do Módulo de Monitoramento: Nestes relatórios é possível acessar informações de execução física (as mesmas bases dos relatórios 1 e 3) de forma mais detalhada. Por exemplo: no caso da infraestrutura, além do número de famílias atendidas é possível visualizar o tipo de obra realizada. O acesso é realizado através do endereço Incranet:

<http://sir.incra.gov.br/incra/Monitoramento/RelatorioIncranet>Listar?nome=ExecucaoFisicaMensalAtual>

5. Agendas de Gestão 2013-2014: Nesta seção, estão disponíveis os arquivos digitalizados das Agendas de Gestão assinadas pelos Superintendentes Regionais e pelo Presidente do INCRA. O acesso é realizado através do endereço Incranet:

http://incranet/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=256&Itemid=90

6. Análise de Despesas com Diárias: Nesta publicação são apresentadas análises de despesas com diárias para Ações/Planos Orçamentárias que demandam considerável trabalho de campo e, consequentemente, valores elevados de custeio com diárias. Os gráficos disponibilizados no documento comparam: Provisão Recebida x Metas Físicas, Valores Empenhados x Execução Física, além do custo médio por unidade de meta física executada. O acesso é realizado através do endereço WEB (com login):

http://wiki.incra.gov.br/index.php/DEA2#An.C3.A1lise_de_despesas_com_di.C3.A1rias

7. Monitoramento da Rede Corporativa: Estão disponíveis aplicativos que permitem gerar relatórios de consumo do link de internet e de acessos à rede corporativa. O monitoramento de rede é realizado para garantir disponibilidade, confidencialidade e integridade da informação na instituição. Com esses relatórios, é possível, por exemplo, identificar sítios mais acessados, horários e estações de trabalho de maior consumo. Essas são informações que permitem o gerenciamento de utilização e níveis de acesso, melhorando muito o desempenho da rede. Destaca-se que a utilização dessas informações é restrita e norteada pela Política de Segurança da Informação (PSI) do INCRA. Os detalhes de utilização dos aplicativos foram repassados aos servidores da área de TI de cada Superintendência Regional. Na Sede, as solicitações são feitas diretamente à Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação (DET). A PSI, publicada pela Portaria Nº. 587, regulamenta as diretrizes referentes à segurança da informação no âmbito de toda a autarquia. O acesso é realizado através do endereço WEB:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/10/2013&jornal=1&pagina=72&totalArquivos=96>

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

O INCRA mantém uma rotina de acompanhamento de suas ações, através de um **Módulo de Acompanhamento e Avaliação** de suas metas, alimentado mensalmente, com informações referentes aos programas e ações desempenhadas pelo Órgão, além de utilizar a ferramenta **Painel de Indicadores** que é elaborado trimestralmente, pela Diretoria de Gestão Estratégica.

Com o objetivo de subsidiar as decisões dos gestores, monitorar e gerir a execução de seus programas, o INCRA desenvolveu um Painel de Indicadores que visa acompanhar sistematicamente as ações desempenhadas no âmbito da Autarquia. A construção dos indicadores tem por base dados constantes dos Sistemas de Informações do INCRA, que apresentam informações sobre a execução física e orçamentária, possibilitando um monitoramento mensal do alcance das metas propostas no Plano de Compromisso.

O Painel de Indicadores apresenta-se, portanto, como uma ferramenta estratégica de monitoramento da atuação do INCRA ao longo de cada exercício, permitindo que os gestores acompanhem seu desempenho por meio de consultas personalizadas que podem combinar as seguintes variáveis: ação, superintendência, meta, execução orçamentária (provisão recebida, empenho liquidado, empenho emitido, valor pago), execução física (atual, anterior, total). Tais informações proporcionam subsídios para que a atuação do órgão se adeque às necessidades de cada superintendência e a ação na busca do alcance das metas propostas no planejamento anual.

Além disso, o Painel de Indicadores avalia o desempenho das ações do INCRA nos diversos Estados brasileiros, fornecendo subsídios para o monitoramento das Superintendências, por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada SR na execução das ações e da elaboração de indicadores que demonstram o desempenho regional da autarquia. Por ter atualização de execução física, orçamentária e financeira mensal, serve efetivamente como ferramenta de avaliação permanente da gestão da Sede e das SR's ao longo de todo o exercício, permitindo um monitoramento da eficiência e do controle no alcance das metas e dificuldades da gestão.

Permite aos gestores de maneira clara e simples avaliar o desempenho de 10 Programas e 27 Ações do INCRA, nas diversas Superintendências Regionais, sendo seus dados orçamentários financeiros extraídos do SIAFI e os de execução física obtidos do Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, no SIPRA e no Módulo do SNCR, sendo mensal a atualização desses dados no Painel de Indicadores. Permite ainda, fazer comparações de desempenho mensal e anual das Ações no exercício, com a situação monitorada do exercício anterior. O Painel fica disponível para acesso e download a todos os servidores da autarquia na página <http://wiki.incra.gov.br>.

O Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR é uma ferramenta que tem como principal objetivo identificar e analisar os resultados da execução física e orçamentário-financeira e o cumprimento das metas propostas em sua Programação Operacional no decorrer do ano. Com este Módulo, podem ser acompanhadas, do ponto de vista físico e financeiro, 32 Ações contidas em 05 Programas, que estão inseridas no Plano Plurianual/PPA 2012-2015.

Os dados da execução física e orçamentário-financeira de boa parte das ações desenvolvidas pelas SR, alimentados no Módulo de Monitoramento, ficam disponibilizadas na Incranet, através dos “Relatórios do Monitoramento”. Tal instrumento permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios aos gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas, bem como no conhecimento das realidades locais, possibilitando ainda apoiar a formulação de estratégias para o pleno desenvolvimento da Reforma Agrária no país.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Em resumo, ao já abordado no item 6.3, pode-se citar a conclusão do Módulo Cadastro do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI), permitindo iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e distribuição de senhas de acesso. Dando continuidade, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será responsável por emitir todas as guias de recolhimento, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados. Neste módulo, os trabalhos foram divididos em três partes (iterações 1, 2, e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, foca os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória N°. 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Desta forma, fez-se necessário uma readaptação dos procedimentos e, um novo cronograma foi realizado para conclusão do Módulo Cobrança (vide item 6.3).

Ressalte-se, desde o início do desenvolvimento do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação/SNCCI, a Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram

apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Por fim, de forma a alavancar a arrecadação própria e facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos, a Presidência da Autarquia, determinou a criação de um novo aplicativo denominado Módulo Cobrança do Título, integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação, que permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Em 2013 foram instauradas um total de 11 Tomadas de Contas Especial, conforme a tabela:

Tabela 14: Tomadas de Contas Especial instauradas em 2013

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHÃO -SR(12)MA		UG/GESTÃO	373040 / 37201
TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL INSTAURADAS EM 2013			
ITEM	CONVENENTE	Nº CONVENIO	Nº TCE
1	MUNICIPIO DE SITIO NOVO	54230.003775/2009-07	54230004594/2013-76
2	BIO TERRA	54230.003735/2008-76	54230.003351/2013-11
3	MUNICIPIO DE IGARAPÉ DO MEIO	54230.000690/2008-88	54230.007726/2013-11,
4	INSTITUTO ETHOS	54230.004246/2008-31	54230.004935/2013-11
5	MUNICIPIO DE JUNCO DO MARANHÃO	54230.003774/2009-54	54230.000503/2013-23
6	MUNICIPIO DE JUNCO DO MARANHÃO	54230.003147/2009-13	54230.000456/2013-18
7	MUNICIPIO DE ARAGUANÃ	54230.003778/2009-32	54230.000345/2013-10
8	MUNICIPIO DE JUNCO DO MARANHÃO	54230.001709/2008-11	54230.003357/2013-98
9	MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES	54230.003144/-2009-80	54230004593/2013-21
10	MUNICIPIO DE ZÉ DOCA	54230.003143/2009-35	54230.003080/2013-01
11	MUNICIPIO DE ITINGA	54230.001098/2006-31	54230.003124/2013-95

Fonte: Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial – CPTCE /INCRA/SR(12)MA.

8 Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-014.757/2013-3	4240/2013 – TCU – 1ª C	1.7.1	DE/CI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Descrição da Deliberação					
Determinar à Superintendência Regional do INCRA/MA que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que tomar ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização, no sistema Sisac, de novo cadastramento do ato de aposentadoria da interessada acima, e encaminhe-o via controle interno, livre da inconsistência apontada, qual seja, o tempo de serviço informado é diferente da soma dos tempos, ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso a falha aqui apontada seja confirmada pelo gestor de pessoal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração/Recursos Humanos					1799
Síntese da Providência Adotada					
Verificar com os Recursos Humanos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Correção da inconsistência apontada através de novo registro.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registra-se como fator positivo o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, revisão de inconsistências apuradas, e aprimoramento do uso do sistema SISAC.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 003.172/2013-9	2184/2013 – TCU – 2ª C	9.2.1 9.2.2 9.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Descrição da Deliberação					
Esgote as medidas administrativas para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis em relação aos indícios de irregularidades no convênio CRT/MA 11.000/2006 (SIAFI 560807), celebrado com a prefeitura municipal de Itinga do Maranhão/MA, e, se for o caso, adote providências para instauração de tomada de contas especial e encaminhe o processo à Secretaria Federal de Controle Interno. E no prazo de 90 (noventa) dias, informe este Tribunal sobre as providências adotadas. Esclarecer à representante que, para suspender o registro de inadimplência do município por irregularidades na aplicação de recursos federais, no caso de a entidade ter outro administrador que não o faltoso, esse novo administrador deve comunicar ao concedente as providências adotadas com vistas ao resarcimento ao erário e comprovar, semestralmente, o prosseguimento das ações adotadas, sob pena de retorno à situação de inadimplência, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 5º da Instrução Normativa STN 1/1997.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					1799
Síntese da Providência Adotada					
Instaurado tomada de contas especial, nos termos do art. 4 da Instrução Normativa TCU nº 71/2012 combinado com o art. 8º da Lei 8.443/1992, e identificado por meio do processo administrativo 54230.003124/2013-95. Quanto a situação de inadimplência registra-se que o ente municipal promoveu ação judicial contra ex-conveniente, e apresentou a adoção das medidas suficiente para suspensão de inadimplência no CAUC/SIAFI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Relatório TCE nº 10/2013. Situação atual: TCE encaminhado a SFC/CGU em 19/02/2014 (Ofício nº 21/2014/Auditoria Interna INCRA-SEDE).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Identifica-se como fator positivo o cumprimento da legislação vigente, adoção de melhores práticas nos processos de gestão de convênios e prestação de contas.					

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA				1799			
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
03	TC-026.173/2013-1	6614/2013 – TCU – 2ª C	1.7.1 1.7.2 1.7.3 1.7.4	DE	Ofício 3521/2013- TCU/SECEX-MA (4/12/2013)		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799		
Descrição da Deliberação							
Atuação ineficiente e intempestiva da unidade na análise das prestações de contas e transferências voluntárias. Ausência de procedimentos adequados de controle e cobrança de prestações de contas de transferências voluntárias. Morosidade da unidade na identificação de situações e adoção de providências relativas às transferências voluntárias concedidas que exijam instauração de tomadas de contas especial. Falta de atualização da avaliação dos imóveis pertencentes à unidade.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG		
Divisão de Administração					1799		
Síntese da Providência Adotada							
Para o exercício de 2013 foram priorizadas as ações pactuadas no Acórdão nº 578/2010 – TCU – Plenário que ensejou focar as atenções aos convênios sob a égide da IN 01/1197. A situação atual desses convênios demonstra o saneamento de 87,50% em relação ao estabelecido para Superintendência Regional do INCRA no Maranhão. Os atributos negativos citados nos trabalhos do Órgão de Controle foram alvo de revisão, refletindo ações em prol da ampliação da força de trabalho envolvida nos processos de prestação de contas de convênio. Em relação aos procedimentos de controle e cobrança de prestação de contas, a Administração providenciou a capacitação no SICONV para os servidores envolvidos nos processos de celebração, acompanhamento e prestação de contas. Por meio do sistema próprio de gestão, os esforços passam a concentrar-se na alimentação dos convênios SICONV, desde sua formalização até a prestação de contas, implementando o controle adequado. Quanto a necessidade de instauração de tomadas de contas especial, registra-se que no exercício de 2013 foram abertos os devidos TCE's referentes aos convênios alvo da auditoria de gestão, e foram formalizados e identificados pelos seguintes processos: convênio 701313- TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 54230.004935/2013-11; convênio 704691-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 54230.004593/2013-21; convênio 719246 -TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 54230.004593/2013-21. Com relação ao 1.7.4, no exercício de 2013 foram atualizados no Spiunet os imóveis localizados nos municípios de Imperatriz e Açailândia, faltando apenas o imóvel da Unidade Avançada de Barra do Corda.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Constata-se a regularização das determinações apresentadas no exercício de 2013, bem como o desenvolvimento de boas práticas de gestão quanto ao conhecimento e pleno uso do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências							
As medidas em relação a gestão de convênios celebrados por esta Superintendência Regional inclina-se para um horizonte de melhorias, visto o uso mais intensivo do SICONV. Contudo, o incremento desejável dos Órgãos de Controle encontra limite frente a capacidade de recursos humanos instalada na Autarquia.							

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-046.145/2012-5	6416/2013 – TCU 2ªC	1.7.1.1 1.7.1.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799
Descrição da Deliberação					
Nas próximas contas, com fundamento no art. 208, § 2º, do RITCU, apresente ao TCU os resultados alcançados com as medidas adotadas para a redução do estoque de processos de prestação de contas na situação “a analisar”. Abstenha-se de incorrer nas seguintes falhas: rol de responsáveis em desacordo com a disposição do art. 10 da IN TCU nº 63/2010; atuação ineficiente, insuficiente e intempestiva da unidade na análise das prestações de contas de transferências voluntárias apresentadas; utilização do critério de menor preço global no Pregão nº 15/2010, quando seria cabível o menor preço por item/lote; exigência especial para habilitação no Pregão nº 15/2010, sem a devida justificativa no processo licitatório; desclassificação de prepostas com base no art. 48, inciso II, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 no Pregão nº 19/2010, sem dar a oportunidade para que as empresas licitantes comprovassem a viabilidade das suas propostas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					1799
Síntese da Providência Adotada					
Em atenção ao item 1.7.1.1, conforme é observado no item 6.1 – Informações sobre as transferências mediante convênio, do Relatório de Gestão, a Superintendência Regional atenuou o saldo de estoque, procedendo a devida análise das prestação de contas recebidas, e por conseguinte o status dos processos de convênio registrados no SIAFI.					
Quanto aos demais apontamentos feitos no item 1.7.1.2 observa-se que foram alvo de acompanhamento por meio do Plano de Providências Permanente. Este recentemente revisado pela CGU/R/MA e que motivou a Nota Técnica 39344 (21/1/2014) resumindo como atendidas, salvo o item 1.7.1.2.2 que trata das melhorias na gestão dos processos de celebração de convênios que serão alvo de verificação da administração feita no decorrer de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento das determinações do Órgãos de Controle. Revisão dos instrumentos convocatórios. Planejamento e identificação de plano de ação para atender os convênios que estão com a situação “aprovar” no decorrer no exercício de 2014.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA				1799			
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
05	TC-017.339/2011-1	699/2013 – TCU 2ªC	9.2.1 9.2.2	DE			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR12MA					1799		
Descrição da Deliberação							
Adote, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas administrativas com vistas à apuração dos ilícitos apontados pelo corpo técnico do INCRA e pelo Ministério Público no Estado do Maranhão no âmbito dos Convênios nº 12000/2007 e 23000/2007, firmados com a Funcema, e ao resarcimento do dano, se confirmado, instaurando tomadas de contas especiais acaso restem infrutíferas tais providências. Encaminhe a este Tribunal, ao término do prazo fixado, informações, com cópias dos documentos comprobatórios pertinentes, acerca das providências adotadas, incluindo das medidas relacionadas com a instauração, se for o caso, das tomadas de contas especiais suscitadas no Acórdão.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG		
Divisão de Administração					1799		
Síntese da Providência Adotada							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

Conforme Nota Técnica da CGU N°. 39344/2014, das 35 recomendações constantes dos últimos relatórios, ficaram apenas 09 recomendações pendentes de atendimento, que serão monitoradas pela CGU durante o exercício de 2014, juntamente com prováveis recomendações de futuras auditorias. Segue trecho da referida Nota:

ASSUNTO: Encaminha posicionamento da CGU sobre a última versão Plano de Providências Permanente.

Sr. Chefe da CGU-Regional,

1 - INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica apresenta um sumário das principais constatações evidenciadas por auditoria, relativo a (o) SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12.

A partir da análise das constatações e causas consignadas no(s) relatório(s) 201109232,201203471,201305843,233901,246637, esta CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO apresenta a seguir proposta de ações corretivas com o objetivo de contribuir para eliminar ou reduzir os problemas evidenciados...

Encaminho, em anexo, Nota Técnica nº 39344, gerada a partir do Sistema Monitor Web, da CGU, em que foram analisadas as providências adotadas pela SR-12 sobre as 35 recomendações constantes da última versão do Plano de Providências Permanente. Antecipo à V. Senhoria que, pela análise da CGU, nove recomendações permanecem pendentes de atendimento, conforme destaques em vermelho no documento anexo.

Apenas essas nove recomendações, acrescidas de outras possíveis recomendações de auditorias futuras, deverão permanecer na próxima versão do Plano de Providências Permanente. Dessa forma, foi dado o prazo até o fim do corrente exercício de 2014 para que as recomendações remanescentes sejam implementadas.

Atenciosamente,

Arnaldo Guilherme de Oliveira/AFC

9 Ouvidoria

Instituída por meio do Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, aprovado pela Portaria nº 20 de 08/04/2009/MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (DOU 09/04/2009), a Ouvidoria Agrária da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão compreende uma função vinculada ao Gabinete e possui como atribuições:

Art. 112. As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional possuem as seguintes atribuições:

(...)

IV - De Ouvidoria Agrária:

- a) prevenir e mediar conflitos agrários;
- b) articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários;
- c) receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e
- d) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Neste contexto, a Ouvidoria Agrária vem atuando no sentido de prevenir e mediar conflitos agrários, desempenhando os seus esforços de forma articulada com órgãos governamentais e não governamentais, a fim de garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários no campo.

As ações da Ouvidoria Agrária, no exercício de 2013, contemplaram visita às áreas de tensão, atendimento ao público cliente da reforma agrária em casos de tensão/conflito no campo, intermediação na desocupação de imóveis rurais, participação em eventos de nivelamento com a Ouvidoria Agrária Nacional, análise e encaminhamento de denúncias de conflitos agrários.

O presente item do Relatório de Gestão apresenta os resultados concernentes às atividades da Ouvidoria Agrária Regional no exercício, alinhando-se ao princípio da transparência ao dar publicidade de suas ações aos Órgãos de Controle e ao conjunto da sociedade.

9.1 Demonstraçao dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência

A atuação da Ouvidoria Agrária Regional do INCRA no Maranhão foi consolidada na tabela abaixo, identificando-se o público alvo, a origem, os responsáveis e a natureza da denúncia/atendimento:

Tabela 15: Registro das solicitações encaminhadas a Ouvidoria Agrária do INCRA

Imóvel / Projeto de Assentamento	Municípios	Solicitantes	Motivo da Solicitação
Imóvel localizado na rua Josemar Lima, Quadra 13 lote 10 apaco Bairro Cidade Operaria	São Luís	Superintendência SR(12)	Reintegração de Posse
		Luís Alves	
Assentamento Rio Grande	São Luís	Francisco de Paulo Amorim José Ribamar da Conceição	Mediação de Conflitos
Imóvel localizado na rua dos pargos, Vila Maresia quadra 61.	São Luís	Antônio de Jesus P. Serejo	Reintegração de Posse
PE Comunidade Rio Grande	São Luís	Comunidade	Ocorrências de Irregularidades, vendas de lotes, ameaças de mortes.
Quilombo Santa Rosa dos Pretos	São Luís	Anacleta Pires Lourival Fonseca Josiane do Espírito	Que o Srº Gregorio Pinto tomou posse de uma das áreas destinada ao cultivo da comunidade.
Comunidades			
Tiguara, São Maurício e São Raimundo.	Alcântara	Antônio Marcos Pinho Diniz	Ameaças, Violências Físicas e Verbais
Imóvel localizado na Quadra 61 do loteamento Aldeota no lugar Inhaúma Vila Maresia em frente a Rua dos Pargos	Raposa	Antonio de Jesus Pereira Serejo e Aldifran Ferreira da Silva e Licia Goreth Serejo da Silva	Reintegração de Posse
PA Cumbique	Raposa	Manoel de Araújo Costa	Conflitos Agrários
PA Cumbique	Paço do Lumiar	Francisco Carvalho Viana	Declara que está cumprindo todas as suas obrigações para com o lote.
Cumbique, Paço do Lumiar, Rua do Cotovelo nº 22	Paço do Lumiar	Leonardo Meneses Pontes	Usucapião
Fazenda Boa Vista	Rosário	Superintendência	Ação de Reintegração de Posse
PA Renascer Povoado Itaipu	Rosário	Antônio Alves Ferreira Matos	Mediação de Conflitos
PA Bom Jardim III	Rosário	Maria da Graça dos Santos Coelho	Invasão de residência
Comunidade de Jacareí dos Pretos	Icatu	Presidente José Ribamar da Silva Tavares	Demarcação da Área
Povoado Contrato	Morros	José Costa Santos	Desmatamento e venda de madeiras.
Povoado Sobrinho PA Alto Bonito	Barreirinhas	Presidente Erivan Santos Silva	Venda e Negociação de Lotes; Desmatamentos

Projeto de Assentamento Santa Cruz I e II	Barreirinhas	Secretaria de Meio Ambiente e recursos Naturais - SEMA	Área invadida; Prejuízos à área de reserva legal permanente.
Povoado Sobradinho	Barreirinhas	Ervan Santos Silva	Invasões no loteamento e Desmatamento
Comunidade Alto da Conceição	Santa Rita	Raimundo Justino Silva Raimundo Pinto José Ribamar Serejo	Regularização
União dos Moradores dos Remanescente de Quilombos de Vista Alegre	Itapecuru Mirim	Presidente Ismael Rodrigues Santiago	Conflitos Agrários Vendas de Lotes Implantação de Projetos sem conhecimento.
Comunidade de Buragir	Itapecuru Mirim	Regularização Fundiária - F4	Crimes Ambientais Reintegração de Posse
Povoado Perna	Itapecuru Mirim	Associação	Deliberação sobre a aprovação do novo estatuto social.
PA Leite	Itapecuru Mirim	Benedita Graciete de Sousa Pereira	Ameaças
Comunidade Monge Belo	Itapecuru Mirim	Regularização Fundiária/ F4.	Mediação de Conflitos
PA Entrocamento Sítio Nascimento	Itapecuru Mirim	João da Pascoa Pereira	Conflitos Agrários e Invasão.
Comunidade Santa Maria Pinheiros	Itapecuru Mirim	João Corrêa dos Santos (Secretário) José de Ribamar Tinoco (Presidente) Justo Evangelista Conceição (Presidente da UNIQUITA)	Conflitos Agrários, Ameaças.
Povoado Ipiranga	Itapecuru Mirim	Presidente Luís Reis de Araújo	Liberação de crédito p/ reforma de casas ainda não contempladas.
Comunidade de Santa Rosa dos Pretos	Itapecuru Mirim	Anacleta Pires da Silva José Rodrigues Raimundo Elesbão da Conceição	Intervenção e Mediação de Conflitos
Comunidade de Cajazeiras (PA Entrocamento)	Itapecuru Mirim	José do Carmo Cardoso Cabral	Intervenção e Mediação de Conflitos
Pa Entrocamento	Itapecuru Mirim	José D. Alves Calvacante	Retomada de Lote

Assentamento Boca da Mata	Itapecuru Mirim	João Pereira de Souza	Assentamento Boca da Mata
Povoado Ipiranga	Itapecuru Mirim	Luís Reis de Araújo	Solicitação de liberação de recursos
Povoado Sobradinho	Itapecuru Mirim	João dos Santos Macedo	Aguardando a desapropriação para fins de reforma agrária
PA Santa Maria dos Pinheiros	Itapecuru Mirim	João Corrêa dos Santos José de Ribamar Justo Evangelista	Ameaças Conflitos Agrários
Povoado Carú	Viana	Rosinete Mendonça Gonçalves	Reintegração de Posse
Acampamento Imã Dorothy	Presidente Vargas	Irineu Santos, Franco Viana e José Carlos Coordenador Geral do Acampamento Irmã Dorothy.	Desmatamentos; Ameaças e Conflitos.
Comunidade Quilombola Sapucaial	Presidente Vargas	Antônio Manoel Barbosa	Mediação de Conflitos Agrário.
Associação dos Produtores Rurais do Acampamento Olga Benário	Vargem Grande	Antônio Alves Pereira e Valdivino de Araújo	Foi lavrado uma reunião junto ao INCRA com os assentados, proibindo a construção de novas casas na área e o acordo foi quebrado.
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Placa	Vargem Grande	Presidente Manoel Alves	Conflitos
Associação dos Trabalhadores Rurais Assentamento Placa	Vargem Grande	Antônio Alves Pereira	Ameaças
Fazenda São Raimundo	Vargem Grande	Domingas Gomes	Reintegração de Posse
Assentamento Placas	Vargem Grande	Antônio Alves Pereira Coordenador do Assentamento	Conflitos de terras
PA Boi Manso	Vargem Grande	Raimundo Gomes	Conflitos Agrários
Povoado Mangueira	Chapadinha	Francisco Barbosa Vivaldo da Silva	Mediação de Conflitos
Povoado de Bom Sucesso	Mata Roma	Jordeano Nascimento Maria José Celestina Reis	Mediação de Conflitos
Saco das Almas	Anapurus	Claro Ferreira da Costa	Mediação de Conflitos
Quilombo Saco das Almas	Brejo/ Buriti	Maria Helena Monteiro da Silva	Reintegração de Posse

Saco das Almas	Brejo	Regularização Fundiária – F4.	Exploração da área, criação de gados e ameaças.
Comunidade Quilombola Deposito	Brejo	Comunidade	Conflitos Agrários
PA Olho de Folha	Santa Quitéria	Superintendência	Reintegração de Posse
Pa Santo Agostinho	Magalhães de Almeida	Pedro Ribeiro da Silva	Conflitos Agrários
PA Santo Agostinho	Magalhães de Almeida	Luis Gonzaga dos Santos	Mediação de Conflitos
Povoado Barro Duro	Tutóia	José de Ribamar Silva Araújo	Mediação de Conflitos
Povoado Carro Quebrado	Miranda do Norte	Pedro de Jesus Silva Santana	Conflitos Agrário
Igarapé de Santana	Matões do Norte	Sandra Alcântara	Reconhecimento e Titularização da área; Ameaças
PA Lago do Coco	Matões do Norte	Superintendência	Reintegração de Posse
Fazenda Maja	Cantanhede	Mauro Costa Mendes Cateb	Reintegração de Posse
Quilombo Aldeia Velha	Pirapemas	Regularização Fundiária – F4.	Conflitos Agrários
Comunidade Pontes e Salgados – Aldeia Velha	Pirapemas	Regularização Fundiária – F4.	Mediação de Conflitos e Intervenção
Comunidade Quilombola Aldeia Velha, Povoado Pontes	Pirapemas	Luciana Silva Garcia (Direitos Humanos)	Processo de Titulação, Mediação de Conflitos Agrário.
Aldeia Velha	Pirapemas	Associação	Conflitos Agrários
Comunidade Carro Quebrado	Anajatuba	Regularização Fundiária -F4	Mediação de Conflitos
PA Santa Mônica	Coronel Fabriciano	Presidenta Venâncio Ferreira Lira	Ameaças Mediação de Conflitos
Assentamento Santa Mônica	Coronel Fabriciano	Maria Angélica do Santos Leal	Mediação de Conflitos
Fazenda Cachucha	Alto Alegre	Ana Paula de Oliveira Superintendência	Reintegração de Posse
Glebas Arame e Campo do Bandeira	Alto Alegre	Superintendência	Mediação de Conflitos
Fazenda Cachucha	Alto Alegre	Comissão de Combate a Violência no Campo	Ação de Reintegração de Posse

PA Monte Cristo	São Luis Gonzaga do Maranhão	Associação Monte Cristo	Regularização do PA Monte Cristo, Irregularidades
Povoado Santana dos Pretos	Pinheiro	Raimundo Aldo Costa	Ameaças de morte
PA Santa Luzia Galo e Gleba Galo	Presidente Sarney	Associação Gleba	Mediação de Conflitos
Associação Grupo de Agricultores Terra para todos	Palmeirândia	João José Soares e Diretoria	Invasão
PA Vila Nova	Palmeirândia	Maria das Neves Costa Leite Mendonça	Mediação de Conflitos
Povoado Bela Água	Pedro do Rosário	Presidente Florêncio Brito	Demarcação das terras, Reformas e Créditos.
Projeto de Assentamento Novo Horizonte	Santa Helena	Secretário Municipal Valdimiro Alves	Aplicação indevida de créditos, desvios de caráter legal e inerência de terceiros nas organizações
PA Rio Doce de Gui-Maguassu	Santa Helena	Raimundo Soares Dias	Invasão
		Josefa Perreira	
Vila Santa Maria	Santa Helena	Antonio Reis Maria Julia	Mediação de Conflitos
		Mailene da Silva	Exploração de Madeira
PA Outeiro	Turiaçu	Henrique Ribeiro Carlos Roxo	Desmatamentos Conflitos
PA Outeiro	Turiaçu	Marlene Nogueira	Ameaças e Invasão da área do assentamento
Comunidade Mariano dos Campos	Serrano do Maranhão	Regularização Fundiária -F4	Mediação de Conflitos Atos de Violências
Comunidade de Brasília	Serrano do Maranhão	Regularização Fundiária -F4	Desmatamentos Mediação de Conflitos
Comunidade Mariano dos Campos	Serrano do Maranhão	Nilton de Jesus Miranda da Silva	Processo de Titulação
Comunidade Vera Cruz	Serrano do Maranhão	Manoel Serapião Raimunda Conde	Mediação de Conflitos
Comunidade Bacabal do Paraiso	Serrano do Maranhão	Maria Zuleide	Mediação de Conflitos

Comunidade Açude	Serrano do Maranhão	Benedito Silva	Conflitos Agrários
Fazenda Aliança e Bahia	Cururupu e Mirinzal	Território Quilombola Aliança Santa Joana	Reintegração de Posse
Povoado Pintado	Buriti	Clidenaldo Rocha Silva	Ameaças de morte, Destrução das plantações
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junco do Maranhão	Junco do Maranhão	Presidente Raimundo Paulo	Conflitos Agrários
PA Junco do Maranhão	Junco do Maranhão	Raimundo Paulo Presidente	Mediação de Conflitos
Povoado Bacuri	Governador Nunes Freira	Sebastião Dourado Rodrigues	Crimes por disputas de terras no PA Maracaçumé/Mesbla.
PA Santa Helena	Governador Nunes Freira	Edivan Francisco	Ameaças e Mediação de Conflitos
PA São Vicente	Centro do Guilherme	José Araújo da paiva	Reintegração de Posse
Povoado Tarumã	Igarapé do Meio	Presidente Antônio de Jesus Silva	Mediação de Conflitos; Ameaças
Fazenda União	Igarapé do Meio	Marco Marquinhos Agropecuária e Comércio LTDA.	Reintegração de Posse
Povoado Arirana	Igarapé do Meio	Braz Fernandes	Espolio
Povoado Onça	Santa Inês	João da Cruz Vieira	Mediação de Conflitos; Ameaças
Povoado Onça	Santa Inês	João da Cruz Vieira	Mediação de Conflitos; Ameaças
Projeto de Assentamento Flexal	Santa Luzia	Ouvidoria	Mediação de Conflitos
Fazenda Flexal	Santa Luzia	Padre Vitor de Jesus Nascimento	Conflitos Agrários; Ameaças de morte
Gleba Tufilândia	Tufilândia	João Batista Caetano	Reintegração de Posse
Gleba Colone	Zé Doca	Superintendência	Aprovar proposta de destinação para o assentamento de agricultores PA Santa Tereza/Colone visando atender 30 famílias.
Povoado Pimenta Baiana	Zé Doca	Ouvidoria	Varias irregularidades na área assentada.
Area de Reserva Awa Guajá	Zé Doca	Sufia Marques José Raimundo W. Silva	Desapropriação

Chácara Oliveira	Centro Novo Maranhão	Ministério Publico	Mediação de Conflitos
Fazenda Mineira	Bom Jardim	Rui Alcides	Proposta de desapropriação por interesse social para fins de reforma agraria.
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bom Jardim	Bom Jardim	Antônio Gomes da Silva	Conflitos, Invasão de área do PNCF.
Projeto de Assentamento Varig Vale do Mutum	Buriticupu	Associação	Retirada indevida de recursos financeiro da conta corrente para reformas das casas.
Associação da Casa Família Rural Padre Josino Tavares	Bom Jardim das Selvas	Associação Comunitária dos Moradores e Trabalhadores da Vila Cal	Pedido de Concessão de uso de áreas do INCRA
Fazenda Mutum	Amarante	Francisco Elson de Oliveira, kerry Alisson, Emerson Pinheiro	Reintegração de Posse
		José Raimundo	
PA Bandeirante	Arame	Antônio José José Ribamar	Mediação de Conflitos; Ameaças
Equipe Técnica INCRA			
PA Nova Conquista			
Assentamento Angico		Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Grajaú	
Comunidade Imbiruçu Pedra de Pau	Grajaú		Vendas de Lotes
PA Vera Cruz			
Comunidade Quilombola de Santo Antônio dos Pretos	Grajaú	Regularização Fundiária – F4.	Denúncias de Invasão, Desmatamentos
Assentamento São José	Balsas	Eva Vasconcelos	Conflitos
Fazenda Cabeceira	Fortaleza dos Nogueiras	Nelson Fontoura da Costa	Reintegração de Posse
PA Cachimbeiro			Vendas de lotes, desmatamentos das matas ciliares, Extração irregular de madeiras e caça predatórias de animais silvestre
PA Santa Amélia	Barra do Corda	Superintendência	
PA Remy Soares	Barra do Corda	Superintendência	Irregularidades na Aquisição da área do Projeto de Assentamento em relação ao perímetro.

PA Lagoa da Fortuna\Inveja	Fortuna	Secretaria Geral do STTR de Fortuna	Vendas de Lotes e Extração ilegal de madeiras
PA Castanha	Buriti Bravo	Superintendência	Extração ilegal de madeiras e Plantação de maconha.
PA Monte Castelo	São Raimundo do Doca Bezerra	Superintendência	Irregularidade na Aquisição da área do Projeto de Assentamento em relação ao perímetro.
PA Bacuri	São Raimundo das Mangabeiras	Superintendência	Mediação de Conflitos Agrário.
PA Pedra Suada	Cachoeira Grande	Associação Agroecológica Tijupá	Conflitos Iminente relacionado a questão de uso e posse da terra envolvendo famílias de assentados
Assentamento São José da Lena	Parnarama	Inácio Gonçalves Teixeira	Desmatamentos, Ameaças de Morte
Brejo São Felix	Parnarama	José Arimateia Alves (Pedi Sigilo)	Mediação de Conflitos; Ameaças
Associação dos Produtores Rurais do Sítio dos Arrudas	Fernando Falção	Ridson Martins Arruda Presidente da Associação	Conflitos Agrários
Povoado Vilela	Boa Vista do Gurupi	Superintendência	Mediação de Conflitos; Ameaças
Fazenda Maja	Cantanhede	Mauro Costa Mendes Cateb	Ação de Reintegração de Posse
Fazenda São José	São Raimundo do Doca Bezerra	Macário Cardoso Morais	Reintegração de Posse
Comunidade Campo da Bandeira	Alto Alegre	MDA	Mediação de Conflitos
Fazenda São Raimundo II	Pedreiras	Raimundo Luciano Carvalho	Reintegração de Posse
PA Santa Helena	Governador Nunes Freire	Antônio Izaias Brito Sec. De Política Agrária e Agrícola	Conflitos Agrários
Imóvel Sítio Fé em Deus	Pedro do Rosário	Alex Márcio Lopes	
Povoado Imbiral			Reintegração de Posse
PA Flor do Vale	Monção	Lucas Evangelista Melo	Mediação de Conflitos; Ameaças

Associação dos Remanescentes do Quilombo Jutay	Monção	Superintendência	Solicita vistoria e Providencias no território quilombola
Associação dos Remanescentes do Quilombo Jutay	Monção	Cipriano J. Vitor Filho Associação	Que a área do assentamento esta sendo demarcada, loteada e vendida por terceiros
PA Camacaoca			
Povoado Serraria	Monção	José Raimundo Coelho Santos	Mediação de Conflitos Ameaças de Morte
Fazenda Boa Esperança			
Povoado Tarumã	Igarapé do Meio	Antônio de Jesus Silva	Ameaças de morte
Povoado Passarinho	Igarapé do Meio	José Petrolino da Silva	Invasão
Fazenda União	Igarapé do Meio	Marco Marquinhos Agropecuária e Comercio LTDA	Reintegração de Posse
PA Jeová	Pio XII	Francisco Alves dos Santos	Mediação de Conflitos; Ameaças
PA Lago da Carnaúba	Pio XII	Francisco de Carvalho Simão Tadeu José Wilson	Mediação de Conflitos
Comunidade Olinda Nova	Olinda Nova	Valdenir Penha Diniz	Agendamento de reunião com o INCRA pra tratar de conflitos e processo de regularização que tramita no mesmo.
PA Monte Alegre Dendê	São Mateus	Francisco Gomes da Silva	Comercialização de madeiras, Desmatamentos
Associação da Subárea III do PA Jitirana	São Mateus	Manoel Luis Alves da Cunha	Mediação de Conflitos
PA Jitirana	São Mateus	Gilberto Araujo Barros	Mediação de Conflitos; Ameaças
Parque Tapuio	São Mateus	Walber Viana Maria Ninfá	Reintegração de Posse
PA Bocaina	São Mateus	Valentim Souza	Mediação de Conflitos
PA São Raimundo II	São Mateus	Valentim Souza Presidente	Mediação de Conflitos
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Junco do Maranhão	Junco do Maranhão	Raimundo Paulo	Mediação de Conflitos
Projeto Agroextrativista Bacuri	S Raimundo das Mangabeiras	Superintendência	Implantação de Brigadas e Capacitar Assentados

PA Monte Cristo\Marmorana	São Luis Gonzaga do Maranhão	Associação	Irregularidades
Assentamento Santana Mourinho	Mirador	Josefa Lima João Pedro Sousa	Mediação de Conflitos; Ameaças
Povoado Raposa	Codó	Presidente Francisca Delgado Baima	Conflitos Agrários
Propriedade Santa Maria	Codó	Ministério Publico	Ação de manutenção de Posse
Povoado Puraquê	Codó	Associação	Conflitos envolvendo Ameaças e expulsão dos quilombolas.
PA Cit/Novo Horizonte	Codó	Aureliano Lira	Conflitos Agrários
Povoado Puraquê	Codó	Cezarina Ferreira	Reintegração de Posse
Buriti Corrente	Codó	Comunidade	Conflitos Fundiários
Povoado Raposa	Codó	Presidente Francisca Delgado Baima	Conflitos Agrários
Propriedade Santa Maria	Codó	Ministério Publico	Ação de manutenção de Posse
Povoado Puraquê	Codó	Associação	Conflitos envolvendo Ameaças e expulsão dos quilombolas.
PA Cit/Novo Horizonte	Codó	Aureliano Lira dos santos	Conflitos Agrários
Povoado Puraquê	Codó	Cezarina Ferreira	Reintegração de Posse
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Pequenos Produtores Rurais do Centro das Cabeceiras	Caxias	Antônio José Vieira Mota Sec. De Politicas Agraria do STTR de Caxias	Conflitos Agrários Ameaças de Morte
PA Porto do Paiol	Caxias	Francisco de Jesus Silva	Reintegração de Posse
PA Porto do Paiol	Caxias	Francisco de Jesus Silva	Reintegração de Posse
Povoado Soledade	Caxias	Claudiane Silva Presidente	Invasão; Ameaças de morte.
Associação dos Agricultores Familiares do povoado Cana Brava	Caxias	Expedito Cardoso da Silva	Invasões; Ameaças de morte.
PA Buenos Aires	Caxias	José Pocino do Vale	Venda de lote ilegal
Lote localizado quadra 6 no bairro baixa do coco	Timon	Francisco das Chagas Alves	Ação de Usucapião
Fazenda Castiça	Matões	Suzano Papel e Celulose	Manifestação de Interesse
Acampamento Matões	Matões	Superintendência	Conflitos Agrários

Acampamento Matões	Matões	Irailton José dos Santos	Mediação de Conflitos Agrários; Ameaças de morte e ameaças de despejos das famílias existentes
Povoado São Lorêncio	Lima Campo	Edivaldo Vieira de Souza	Mediação de Conflitos; Ameaças
Povoado Baixão	Lima Campo	Valdomiro Sousa Vieira	Mediação de Conflitos

9.2 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

Das demandas recepcionadas pela Ouvidoria Agrária foi traçado plano de ação que compreendeu a realização de visitas *in loco* para conhecimento e levantamento de informações acerca dos conflitos agrários apresentados. As mobilizações iniciaram no mês de Junho e encerraram em Dezembro de 2013, recebendo destaque as seguintes atividades desenvolvidas:

Tabela 16: Atividades Desenvolvidas x Recomendações

Período	Objeto	Atividades Desenvolvidas/Situação encontrada/Recomendações
03 a 08/06/2013	Averiguar denúncias protocoladas na SR(12)MA. Conflitos agrários. Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas. Audiências públicas em Cururupu e Santa Helena.	Registro de relato feito pelo presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Agendamento das oitivas dos envolvidos com o Delegado Regional de Santa Inês. Caso a ser acompanhado pelo Delegacia Agrária. Indicação de retorno.
21 a 23/06/2013	Reunião com as comunidades quilombolas de Santa Maria dos Moreiras e Bom Jeses (Codó), Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Baixão do Barbosa (Santo Antônio dos Lopes). Denúncia de ameaças.	Registro de relato feito pelas lideranças locais (Sr. Mário Sérgio Moreira). Indicação de reunião com setores do INCRA/MA (Setor de Quilombolas), e Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA) no Maranhão. Agendamento de vistoria de desapropriação junto ao Setor de Obtenção de Terras.
02 a 07/07/2013	Averiguar denúncias de conflito agrário no Projetos de Assentamento: Engenho Central Clarice (Alto Alegre do MA), Flechal (Santa Luzia), Bacuri (São Raimundo das Mangabeiras), e Santana/Morrinhos (Mirador).	Constatação de existência de inquérito policial. Constatação da necessidade de recadastramento e revisão ocupacional com urgência. Notificação dos ocupantes ilegais. Necessidade de demarcação de lotes.
16 a 19/07/2013	Averiguar denúncias de conflitos no processo de reforma agrária envolvendo assentados. Comunidade Santa Maria dos Moreiras (Codó), São Benedito (Timon), Engenho D'água (Caxias).	Acompanhamento de inquérito policial instaurado na Promotoria de Justiça de Codó. Constatação de ocupação irregular de lotes. Desenvolvimento de atividades de produção de forma irregular. Ocupantes ilegais, não assentados.

		Mediação de conflito decorrente de disputa de margem de terra.
25 a 28/07/2013	Mediar situações de conflitos, reunião em assentamento e audiências públicas no Fórum de Cidadania do Maranhão. Fazenda Retiro (Colinas), PCA Varandado (São Domingos), Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Fazenda Boa Esperança (Peritoró).	Situação encontrada enseja ações de cadastramento de famílias a serem assentadas. Maior engajamento da Unidade Avançada de Barra do Corda nos trabalhos a serem desenvolvidos na Fazenda Retiro. Verificar e acompanhar junto a Divisão de Obtenção de Terra a situação atual do processo de desapropriação da Fazenda Boa Esperança.
01 a 03/08/2013	Apurar denúncias, realizar visitas e mediar situações de conflitos. PA Rio Pirangi, Povoado Contrato (Morros), PA Baturité (Chapadinha), Mangueira/Vila Esperança (Nina Rodrigues).	Situação encontrada enseja subsidiar a delegada de Polícia de Morros com a relação dos projetos de assentamento do INCRA para dirimir o conflito existente. Verificar e acompanhar junto ao Serviço de Regularização Fundiária de Quilombos a situação atual do processo de demarcação do território da área em conflito e informar à comunidade o andamento do processo.
19 a 24/08/2013	Apurar denúncias, realizar visitas e mediar situações de conflitos: PA Bocaína I (São Mateus), PA Morro Alto/São José (Barreirinhas), Comunidade Quilombola Canto do Lago (Paulino Neves), PA Barro Duro (Tutóia), PCA Mutirão (Icatu).	Necessidade de acompanhamento do Processo Administrativo nº 54230.000326/2013-85 junto a Divisão de Desenvolvimento do INCR/DF (cessão de 95 hectares para o PA Bocaína I). Consultar legalidade de ato do Juiz da Comarca de São Mateus junto a PFE/R/MA. Encaminhar ao Setor de Regularização de Territórios Quilombolas demanda referente a busca cartorial. Necessidade de demarcação de lotes. Ação Civil Pública/MPF/MA.
11 a 14/09/2013	Mediar situações de conflitos: Acampamento Canarama (Lago Verde), PA São Bartolomeu/Luzilândia (Vitorino Freire), PA Jeová e PA Lago da Carnaúba (Pio XII).	Acompanhamento junto a Divisão de Obtenção de Terras o estágio atual do processo de emissão do Decreto de Desapropriação da área. Exclusão de beneficiário.
23 a 28/09/2013	Apurar denúncias, realizar visitas e mediar situações de conflitos: Comunidade Vergel, Comunidade Quilombola Santa Maria dos Moreira/Bom Jesus e Comunidade Livramento, PA Monte Cristo (Codó), Povoado Baixão do Barbosa (Santo Antônio dos Lopes), Povoado Ipiranga (Capinzal do Norte), PA Santa Mônica (Coroatá). Participação de reunião das Redes e Fórum de Defesa dos Direitos da Cidadania em São Mateus/MA.	Constatou-se necessidade da definição de locais de plantio e os de criação de gado, evitando que os animais continuem a causar prejuízos aos agricultores.
09 a 11/10/2013	Mediar situação de conflito na comunidade quilombola Bem-Fica em Santa Helena/MA.	Constatou-se necessidade de levantamento de laudo antropológico por parte do INCRA/MA.

13 a 14/11/2013	Apurar denúncias de conflitos: ações de reintegração de posse na Comunidade Boa Vista (Rosário/MA). Comunidade Quilombola.	Área objeto de litígio e identificado no processo de regularização fundiária de território quilombola. Processo Administrativo nº 54230.000424/207-74.
18 a 24/11/2013	Realizar visitas para apurar denúncias de conflitos envolvendo comunidades rurais, comunidades quilombolas e áreas de assentamento do INCRA/MA, em São Mateus/Barra do Corda.	Identificação de desmatamento descontrolado, encaminhamento ao Setor de Meio Ambiente. Acompanhamento do cronograma de elaboração de relatório antropológico junto ao Serviço de Regularização Fundiária de Quilombos.
26 a 26/11/2013	Reunião de negociação: desinterdição da Rodovia MA 006, ligação Mirinzal/Cururupu. Comunidade Quilombola Aliança.	Negociação realizada com êxito, onde determinadas ações do INCRA/MA foram agendadas para fins de atualização cadastral das famílias quilombolas e não-quilombolas que residem na área.
09 a 14/12/2013	Realizar reunião e mediar situações de conflitos nas áreas de acampamento e assentamento. Demanda apresentada pela unidade avançada de Pindaré Mirim.	Necessidade de comunicação/conhecimento aos interessados do Decreto de desapropriação.
17 a 22/12/2013	Realizar reunião e mediar situações de conflitos nas áreas de assentamentos e comunidades quilombolas. PAs dos municípios de Igarapé do Meio, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim e Monção.	Requerer a Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA) no Maranhão o necessário acompanhamento do assassinato do Sr. José Mariano. Agendar reunião dos representantes da Associação do PA Diamante Negro com SR12(MA)/G.
26 a 31/12/2013	Realizar reunião e mediar situações de conflitos nas áreas dos assentamentos e comunidades quilombolas, em atenção ao requerido pelas entidades representativas nos PAs dos municípios de Turiaçu, Turilândia e Itapecuru Mirim (MA).	Necessidade de abertura de processo administrativo para efeito de exclusão do SIPRA o assentado Sr. Angelo Ribeiro (SIPRA MA032300000098), visto conduta incompatível com a pacificação das relações sociais no PA. Necessidade de revisão ocupacional e recadastramento dos moradores do Povoado Centro do Geraldo (PA Outeiro). Informar ao Setor do Meio Ambiente do INCRA/MA sobre a investigação de suposta anuência dos assentados do PA Santo Antônio do Rio Caxias.

10 Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência.

Em atenção ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal instituído pela Controladoria-Geral da União, identificado por meio do Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005, regulamentado através da Portaria/CGU nº 335/2006 que, de forma sucinta, definiu os instrumentos a serem utilizados nas atividades relacionadas à correição e estabeleceu competências, esta seção do Relatório vem demonstrar a estrita observância a esses normativos, consolidando as informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares instaurados no âmbito desta Superintendência Regional.

A dinâmica da atividade de correição é exercida de forma sistêmica, e estão definidas como autoridades instauradoras: o Presidente do INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

Depreende-se do Regimento Interno que os procedimentos de correção alcançam as seguintes alçadas: INCRA/SEDE e Superintendências Regionais. Centralizadamente identificamos a unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares – GABT 1 que é vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia, e exerce as atividades/atribuições elencadas a seguir:

Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro

de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;

VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;

VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e

IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Em relação às Superintendências Regionais a estrutura organizativa atribui à competência para instaurar procedimentos disciplinares e aplicar as penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação (inciso XIV, do art. 132 do Regimento Interno). Contudo, registra-se que não existe uma unidade organizativa/divisão específica para tratar gestão das atividades disciplinares.

Assim, a dinâmica atual não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações acerca da conduta dos servidores seja exercida plenamente, uma vez que a ausência de unidade seccional implica de forma negativa no bom andamento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Conhecida as limitações, a Superintendência Regional do INCRA no Maranhão vem adotando a postura proativa em relação ao uso e implementação dos sistemas disponíveis, bem como, na busca de capacitação adequada para os membros componentes das comissões processantes. Destaca-se a alimentação/registro de informações no sistema CGU-PAD. A utilização desse Sistema se deu em estrita observância ao normativo infralegal, com a ressalva de que no exercício de 2013 houve um tempestivo descontínuo na gestão dos processos de trabalho.

As interrupções dos trabalhos das comissões disciplinares decorrem da ausência de disponibilidade orçamentária para arcar com as despesas de deslocamentos para diligências e oitivas. Diante deste cenário, foi recepcionado comando no sentido de que as Superintendências Regionais verificassem a existência de processos disciplinares que estejam pendentes de instauração e passem a programar para o próximo exercício (leia-se 2014) os recursos necessários para atender as demandas. No intuito de agregar informações, extraiu-se do Sistema CGU-PAD a seguinte posição:

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado do Maranhão	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	1

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54230007856201354	11/11/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

FIGURA 9: Relatório de Procedimentos Instaurados

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado do Maranhão	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	2
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	2

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54000001968200929	25/07/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000002067201098	23/04/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

FIGURA 10: Relatório de Procedimentos em indiciamento/citação

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado do Maranhão	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	2

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54000001018201208	28/02/2013	Sindicância
54000002067201098	09/10/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

FIGURA 11: Relatório de Procedimentos encaminhados para julgamento

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado do Maranhão	
Período:	01/01/2013 a 31/12/2013
Quadro Consolidado:	
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	2

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54000001018201208	04/03/2013	Sindicância
54000002067201098	09/10/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

FIGURA 12: Relatório de Procedimentos Julgados

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Brasil. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; DE, Diretoria de Desenvolvimento Estratégico; DEA-1, Divisão de Monitoramento da Gestão. **Orientações para preenchimento da execução física no RG 2013. Brasília, DF, 2014.**

Brasil. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; DE, Diretoria de Desenvolvimento Estratégico; DEA-1, Divisão de Monitoramento da Gestão. **Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação. Brasília, DF, 2012.**

Brasil. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; DEA, Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão. **Plano de Ação 2013: Critérios para revisão da distribuição de créditos orçamentários e das metas físicas. Brasília, DF, 3º versão, 2013.**

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) /Alterações do PPA 2012-2015.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

PLASTER, O.B.; MANENTE, F.G.; RODRIGUES, P.J.; SOUZA, F.M.L.; SANSÍGOLO, C.A.; FENNER, P.T. **Análise dos Custos de Reflorestamento em Área de Preservação Permanente (APP).** Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal – FCA – UNESP – São Paulo, 2010.